

ISSN 2238-9083

VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010

VERSÃO ONLINE



revista de psicanálise

ANO 7, Nº 2, JUL-DEZ/2018 - PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

SIG REVISTA DE PSICANÁLISE

REVISTA SEMESTRAL DA SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

ANO 7, NÚMERO 2, JUL-DEZ/2018

ISSN 2238-9083 VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010 VERSÃO ONLINE

SIG Revista de Psicanálise é uma publicação semestral da Sigmund Freud Associação Psicanalítica e tem como objetivo publicar artigos teóricos e teórico-clínicos, resenhas e entrevistas no campo psicanalítico.

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados pertencem a SIG Revista de Psicanálise.

A reprodução total dos artigos desta revista em outras publicações, ou para qualquer outra utilidade, por quaisquer meios, requer autorização por escrito do editor. Reproduções parciais de artigos (resumo, abstract, mais de 500 palavras do texto, tabelas, figuras e outras ilustrações) deverão ter permissão por escrito do editor e dos autores.

As normas para a publicação e instruções para submissão de artigos estão disponíveis em:

<http://sig.org.br/sig-revista-de-psicanalise/>

VERSÃO ONLINE DA REVISTA EM: <http://sig.org.br/sig-revista-de-psicanalise/>

TIRAGEM: 130 EXEMPLARES | IMPRESSÃO: JUNHO DE 2019

S574 Sig: revista de psicanálise / Sigmund Freud Associação
Psicanalítica. - Vol. 7, n. 13 (jul./dez.2018). - Porto Alegre:
Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2012-

Semestral
ISSN 2238-9083

1. Psicanálise - Periódicos. I. Sigmund Freud Associação
Psicanalítica.

CDU 159.964.2(05)

Bibliotecária responsável: Clarice da Luz Rodrigues, CRB 10/1333.

Sig revista de psicanálise

REVISTA DE PSICANÁLISE

PUBLICADA POR SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

PORTO ALEGRE, RS - BRASIL

2018

SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

GESTÃO 2018/2020

Presidente: Janete Rosane Luiz Dócolas

Diretora Administrativa: Carolina Neumann de Barros Falcão

Diretora de Ensino: Marina Lucia Tambelli Bangel

Diretora Científica: Karin Hellen Kepler Wondracek

Diretora da Clínica Psicanalítica: Juliana Martins Costa Rancich

Diretora de Comunicação: Isabel Cristina Moraes Doval

Secretária do Conselho Deliberativo e Fiscal: Débora Marcondes Farinati

SIG REVISTA DE PSICANÁLISE

Editora Responsável: Lísia da Luz Refosco

CORPO EDITORIAL:

Almerindo Boff	Eneida Cardoso Braga	Miriam Chnaiderman
Ana Lúcia W. dos Santos	Eurema Gallo de Moraes	Mônica Medeiros K. Macedo
Bárbara de Souza Conte	Gabriela Xavier de Araújo	Nelson da Silva Júnior
Bianca Savietto	José Luiz Novaes	Patrícia Alkolombre
Carolina N. de Barros Falcão	Julio Bernardes	Paulo Endo
Cláudia Perrone	Karin Wondracek	Rafael Marucco
Clarice Moreira da Silva	Lizana Dallazen	Roberta Araujo Monteiro
Cristina L. Saint Martin	Luciana Maccari Lara	Sidnei Goldberg
Christian Ingo Lenz Dunker	Luís Claudio Figueiredo	Simone Perelson
Daniel Kupermann	Magda Mello	Sissi Vigil Castiel
Débora Farinati	Maria Cristina Poli	Vera Blondina Zimmermann
Denise Costa Hausen	Marília Etienne Arreguy	
Edson Luiz André de Souza	Marina Lucia Tambelli Bangel	

COMISSÃO EXECUTIVA:

Cristina Gudolle Herbstrith
Emylle Savi
Felipe Canterji Gerchman
Nathalia Hammerschmitt

PROJETO GRÁFICO:

Débora Dutra
*Capa: arte sobre fragmento da obra de Henri Matisse (reprodução), Litografia para a Verve, 1937.

DIAGRAMAÇÃO:

Marconbrasil Comunicação Direta

*Os textos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

SUMMARY

EDITORIAL/CONTENTS.....7

ARTIGOS/ARTICLES

DE UM *OUTRO* AO OUTRO NA CONTEMPORANEIDADE.....9

From an Other to the other in contemporaneity

- *Vitor Hugo Couto Triska*

CORPO TORTURÁVEL, SER MATÁVEL21

Torturable body, *killable* being

- *Marilena Deschamps Silveira*

“SE VOCÊ NÃO OUVES AS CRIANÇAS, VOCÊ PERDE AS CRIANÇAS”: UM ESTUDO ACERCA DO LUGAR DA INFÂNCIA NO CONTEMPORÂNEO E SUAS REPRESENTAÇÕES33

“If you not listen to children, you lose the children”: a study about the place of childhood in the contemporary and its representations

- *Vanessa Krummenauer*

- *Bibiana Godoi Malgarim*

A ATUALIDADE DA POSIÇÃO ÉTICA PROPOSTA NOS PRIMÓRDIOS DA PSICANÁLISE À LUZ DO CASO DORA.....43

The present of ethical standpoint proposed in the primordiums of psychoanalysis in light of dora case

- *Tatiane Regina Assis Sousa*

- *Magali Milene Silva*

EM PAUTA/ON THE AGENDA

TOTUMCALMUM: A CONDIÇÃO DE EXÍLIO DA ESCRITA57

Totumcalmum: The condition of exile of writing

- *Edson Luiz André de Sousa*

TEXTURAS PSÍQUICAS, ESPAÇO POTENCIAL E A ESCRITA EM TRAVESSIA: ALGUMAS NOTAS PARA PENSAR OS FLUXOS DA PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA69

Psychic textures, potential space and the writing in crossing: some aspects to reflect on the streams of contemporary psychoanalysis

- *Renata Lisbôa*

A ESCRITA, O ESCRITO E O PSICANALISTA ENQUANTO DICHTER.....77

The writing, the written and the psychoanalyst as *dichter*

- *Lucas Krüger*

CONVIDADO/GUEST

DIFERENCIA(S): NUEVAS CONSTRUCCIONES87

Difference(s): new constructions

- *Leticia Glocer Fiorini*

SUMÁRIO

ENTREVISTA/INTERVIEW

ENTREVISTA COM TANIA RIVERA 97

An interview with Tania Rivera

RESENHAS/REVIEW

AS MAIS RECENTES ASSOCIAÇÕES NA TRANSMISSÃO CLÍNICA DE JACQUES ANDRÉ.. 105

The latest thoughts on the clinical transmission of Jacques André

- *Eduardo Kives*

SOBRE O HOMEM DOS LOBOS: UM ENCONTRO E REENCONTRO COM O
INESPERADO 109

About the wolf man: an encounter and reencounter with the unexpected

- *Manola Vidal*

Neste editorial, apresento a edição de número 13 da SIG Revista de Psicanálise, que, seguindo a sua tradição, oferece aos leitores textos consistentes teoricamente e que estimulam o pensar. Também, de acordo com a ideia de pluralidade, a presente publicação traz a possibilidade de entrarmos em contato com escritos produzidos a partir de concepções teóricas distintas. Nessa edição, podemos acompanhar, nos textos, as várias formas como a psicanálise e o psicanalista podem estar implicados: na escrita, no campo social e no desenvolvimento de construções teóricas que consideram as transformações culturais.

Na seção **Artigo Convidado**, a psicanalista argentina Leticia Glocer Fiorini promove um interessante percurso teórico sobre o tema da “diferença”. Aborda a diferença sexual e a diferença de gênero (e o intrincamento entre ambas categorias) e suas expressões no plano lingüístico e discursivo. Iniciando com Freud e passando por autores contemporâneos, Fiorini discorre, de maneira muito interessante, sobre a questão da dicotomia binária e as relações de poder. Dentro de um paradigma da complexidade, ao expor uma série de questionamentos, o trabalho *Diferencia(s): nuevas construcciones*, convida a pensar, teorizar e seguir trabalhando: “¿nuestra teoría, nuestras creencias, nuestras herramientas están preparadas para pensar estos desafíos?”.

A seção **Em Pauta** é composta por três trabalhos que mostram aos leitores a potência da escrita, tema esse, que foi a consigna proposta aos autores para elaborarem seus escritos. Por caminhos diferentes, os textos enfatizam as dimensões da falta e da experiência como marcas da escrita.

Em *Totumcalmum: a condição de exílio da escrita*, Edson Luiz André de Sousa enfatiza o ato de escrever como instaurador de uma necessária condição de exílio no sujeito. Apresenta, de maneira complexa e consistente, muitas interrogações sobre a temática, como por exemplo, o que é um autor; as condições de uma autoria e como a experiência inconsciente reposiciona essas mesmas questões. Mostra, ainda, que o ato de escrita não se trata de uma experiência de calma (totumcalmum), mas que gera um estranhamento, um “certo descentramento do autor na sua relação com a linguagem”. O trabalho seguinte, *Texturas psíquicas, espaço potencial e a escrita em travessia: algumas notas para pensar os fluxos da psicanálise contemporânea*, de Renata Lisbôa, traz a belíssima concepção de “escrita em travessia”. Partindo da clínica, dos conceitos winnicottianos de experiência e espaço potencial e tendo como referência e inspiração a obra *Grande sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, o trabalho apresenta a escrita em travessia como expressão singular que deve transmitir a experiência da clínica. Para a autora, essa escrita traz consigo riscos, marcas que falam de belezas, dores e luto. Já em *A escrita, o escrito e o psicanalista enquanto Dichter*, Lucas Krüger levanta alguns questionamentos histórico-críticos acerca da escrita e do escrito em psicanálise, para refletir sobre a proposição que apresenta: o psicanalista enquanto *Dichter*. Para isso, lança mão da obra freudiana *Der Dichter und das Phantasieren* para falar, de maneira inteligente e instigante, do escritor, do ato de criação, do poeta, do fantasiar e das relações e composições dessas proposições com a intervenção do analista.

Seguindo nessa temática, na seção **Entrevista**, Tania Rivera transmite suas elaborações a respeito do tema da escrita. De maneira clara, apropriada e sensível, a psicanalista afirma que “a escrita deveria performar, ou seja, pôr em ato, a implicação do enunciador em sua enunciação como disjunção e desestabilização da própria linguagem”.

Entrevista potente que dá ao leitor a chance de se aprofundar nesse tema tão importante para os psicanalistas e para a cultura.

A seção **Artigos** inicia com *De um Outro ao outro na contemporaneidade*, de Vitor Hugo Couto Triska. A partir de uma escrita consistente e crítica, o autor parte da concepção freudiana de *Kultur* para falar dos limites de alcance na atualidade quando essa concepção está colada na ideia de declínio paterno. Para propor outros caminhos de compreensão, o autor dialoga com um conto de Borges e com algumas produções fílmicas.

Em *Corpo torturável, ser matável*, Marilena Deschamps Silveira explora o tema da alteridade (campo do *ser*) e da tortura (condição de *não ser*). Enlaçando o individual e o social, interroga: “como a psicanálise pode se implicar na construção de uma narrativa ética para o nosso tempo?”. Texto preciso e necessário, principalmente nos tempos de hoje.

No artigo “*Se você não ouve as crianças, você perde as crianças*”: um estudo acerca do lugar da infância no contemporâneo e suas representações, as autoras Vanessa Krummenauer e Bibiana Godoi Malgarim abordam o lugar da infância e do brincar, considerando as transformações contemporâneas. Leitura instigante para pensar os efeitos, na constituição do sujeito, do predomínio da tecnologia nas brincadeiras infantis.

A atualidade da posição ética proposta nos primórdios da psicanálise à luz do caso Dora, artigo de Tatiane Regina Assis Sousa e Magali Milene Silva, faz um interessante percurso teórico para refletir, a partir do caso Dora, de Freud, a posição do analista frente às demandas atuais de eficácia e imediatismo.

Já a seção **Resenha** conta com o trabalho preciso e bem elaborado *Sobre o homem dos lobos: um encontro e reencontro com o inesperado*, de Manola Vidal, acerca do livro *O retorno do homem dos lobos*, organizado por Débora Zaffari Lora e Sander Machado da Silva. Em *As mais recentes associações na transmissão clínica de Jacques André*, Eduardo Kives, de maneira criteriosa e inteligente, escreve sobre o livro *L'inconscient est politiquement incorrect*, de Jacques André.

Boa leitura!

Lísia da Luz Refosco
 Editora responsável

DE UM *OUTRO* AO OUTRO NA CONTEMPORANEIDADE

FROM AN OTHER TO THE OTHER IN CONTEMPORANEITY

Vitor Hugo Couto Triska¹

Resumo: A partir da hipótese de que a *Kultur* freudiana encontra limites de alcance na atualidade, realiza-se um recorrido crítico pela literatura psicanalítica. Nela se reconhece uma ampla aderência ao declínio paterno como lógica explicativa da contemporaneidade, tomada como desordem. Ensaando novas vias de diálogo, investiga-se duas dimensões de alteridade presentes em Lacan: o Outro e o outro. De um conto de Borges propõe-se a noção de um Outro contemporâneo, não pai-centrado nem trans-histórico. A dimensão do outro, por sua vez, é abordada através de produções fílmicas que exploram a digitalização da realidade e as alteridades baseadas em correspondências imaginárias.

Palavras-chave: Contemporaneidade. Psicanálise. Literatura.

Abstract: Assuming the hypothesis that the Freudian notion of *Kultur* finds limits of scope in the present time, this article proposes a critical reading of the psychoanalytic literature based on the paternal decline as an explanatory logic of contemporaneity, taken as disorder. Seeking new paths of dialogue, two dimensions of alterity in Lacan are investigated: the Other and the other. From a Borges story it is proposed the notion of a contemporary Other, neither father-centered nor trans-historical. The dimension of the other hand is approached through filmic productions that explore the digitization of reality and the alterities based on imaginary correspondences.

Keywords: Contemporaneity. Psychoanalysis. Literature.

1 PSICANÁLISE E CONTEMPORANEIDADE

Existem conceitos analíticos de uma vez por todas formados? A manutenção quase religiosa dos termos dados por Freud para estruturar a experiência analítica, a que se remete ela? Tratar-se-á de um fato muito surpreendente na história das ciências – o de que Freud seria o primeiro, e permaneceria o único [...] a ter introduzido conceitos fundamentais? Sem esse tronco, sem esse mastro [...] onde amarrar nossa prática? Poderemos dizer mesmo que se tratam, propriamente falando, de conceitos? Serão conceitos em formação? Serão conceitos em evolução, em movimento, a serem revistos (LACAN, 1998, p. 17-18)?

A heresia de ontem é o canto de hoje e o fundamentalismo de amanhã (KASNER; NEWMAN, 2001, p. 193).

¹ Psicanalista, pós-doutorado no PPG em Psicanálise Clínica e Cultura (UFRGS), com mestrado e doutorado em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), especialização em atendimento clínico (Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS).
E-mail: vhriska@gmail.com

A articulação da psicanálise à problemática da cultura não se justifica por um interesse específico de Freud pela Europa vitoriana. A noção freudiana de *Kultur* almeja um estatuto universalista e trans-histórico, isto é, que ultrapasse as particularidades de um contexto geográfica e historicamente localizado e que interprete, assim, toda a atividade humana compreendida como cultural. Há relativo consenso, porém, como bem expressa Birman (1997, p. 10), de que “a leitura freudiana sobre o sujeito na cultura é uma elaboração psicanalítica sobre os impasses do sujeito na Modernidade”. De acordo com esse argumento, a *Kultur* freudiana equivaleria à própria Modernidade europeia, ou seja, ela toca um contexto localizado, não universal. Além das marcas de seu tempo e lugar, a psicanálise carrega, portanto, limites de origem. Que problemas isso traz à clínica na contemporaneidade? O alcance interpretativo oriundo de balizas teóricas fundamentais, como o Complexo de Édipo, estaria restrito ao seu contexto de surgimento?

Desse problema foram secretadas notórias pesquisas acerca da extensão *geográfica* da eficácia da psicanálise. Entre outras, destacam-se a de Malinowski – que fomenta o famoso debate com Jones² – e *Édipo Africano* (ORTIGUES; ORTIGUES, 1989), ambas destinadas a examinar a *existência* do Complexo de Édipo fora do Ocidente. Nas últimas décadas, porém, observa-se a prevalência de uma pergunta pela extensão *histórica* da eficácia da psicanálise. Não se trata mais de saber até *onde*, mas até *quando*. Poder-se-ia pensar que esse deslocamento de interesse se deve a um relativo freio no etnocentrismo que marca as teses universalistas modernas – dentre as quais a *Kultur* freudiana é exemplar. Para isso contribuem autores como Bauman (1999), Cuche (2002) e Wagner (1999) que demonstram, por diferentes vias, que pensar a cultura em termos de ordem universal – tal como a ciência Física concebe o universo – é uma característica do pensamento moderno embutida no próprio conceito de cultura e que, por isso mesmo, diz mais deste do que de propriedades trans-históricas de uma suposta cultura universal. Resumidamente, a assunção da existência de *culturas*, localizadas no tempo e no espaço, participa do desmonte da suposição de um fundamento cultural universal – que hoje sabemos tratar-se de uma idiosincrasia do pensamento científico moderno – e, assim, abre a possibilidade da pergunta acerca de um contexto posterior à Modernidade ocidental.

O emprego frequente do termo *contemporaneidade* para descrever a atualidade talvez se justifique pelo conforto de sua generalidade e, portanto, indeterminação. Essa seria a sua vantagem sobre a profusão de noções e de teorias que buscam apreender a atualidade ocidental, se é que ela sequer pode ser assim unificada. Como principais exemplos, temos *pós-modernidade* (HALL, 2005; LYOTARD, 1986), *hipermodernidade* (LIPOVETSKY, 2005), *modernidade líquida* (BAUMAN, 2000), *sociedade do espetáculo* (DEBORD, 1992) e *cultura do narcisismo* (LASCH, 1983). O termo *pós-modernidade*, mais difundido, diz respeito à concepção de que ocorre no Ocidente uma gradual e relativa ruptura com os valores modernos. Os códigos sociais que garantiriam estabilidade de identificações simbólicas ao sujeito, situando-o na cultura e em relação a ele mesmo, estariam evaporando e dando lugar a novas formas de sofrimento e de identificação (HALL, 2005). Segundo Dardot e Laval (2016, p. 361), trata-se de “definimento dos quadros institucionais e das estruturas simbólicas nos quais os sujeitos encontravam seu lugar e sua identidade”. A preferência de Lipovetsky (2005) por hipermodernidade, por sua vez, refere-se à compreensão de que a contemporaneidade é mais uma exacerbação dos valores modernos do que um rompimento com eles, afinal, estes já pressuporiam a desconstrução das tradições herdadas em prol de novos ideais. Desse ponto de vista, o termo

pós-modernidade perderia seu sentido. De toda forma, mais do que discutir a pertinência e as diferentes consequências da integração dessas hipóteses sobre a contemporaneidade no corpo teórico psicanalítico, assume-se que esse debate convoca a psicanálise a revisar sua teoria da cultura e a colocar-se diante de novas perguntas. Assoun (2012, p. 248), por exemplo, sugere três questões sobre o estatuto do mal-estar na contemporaneidade:

1ª O custo se modificou, aumentou ou diminuiu? 2ª A relação entre sofrimento e sublimação se confirmou ou se deslocou? 3ª A neurose continua a ser a operação adequada para “medir” a forma coletiva do mal-estar?

Assim como a genérica *contemporaneidade* carrega a potência da indeterminação que antes faz pensar sobre o próprio tempo em vez de unificá-lo sob uma noção, talvez essas perguntas valham mais não respondidas; pelo menos por enquanto. Isso se justifica quando é submetida à crítica a literatura freudo-laciana sobre a contemporaneidade, isto é, aos autores que respondem a perguntas como as de Assoun. São numerosos os trabalhos de psicanalistas que afirmam deparar-se regularmente com novos sintomas e tipos clínicos que põem em suspenso a diagnóstica psicanalítica tradicional e a relação entre sujeito e cultura. Assim como a neurose seria correlata à cultura moderna, novos tipos clínicos seriam correlatos à contemporaneidade. Não se questiona a pertinência dessa articulação e de sua temática, por óbvio, mas a conclusão mais comumente produzida se mostra problemática. Trata-se da racionalidade explicativa centrada na hipótese de declínio paterno. Esta compreende a cultura contemporânea e seus sujeitos majoritariamente em termos de déficit sem, no entanto, submeter à crítica os limites de alcance dos seus próprios instrumentos teóricos.

O psicanalista brasileiro Forbes (2012, p. 29) relaciona “anorexia, bulimia, epidemia de depressão, etc.” a um laço social que não mais seria “disciplinado pela hierarquia paterna”. Segundo Dufour (2005, p. 10), também não haveria mais um poder superior de ordem transcendental (como uma função paterna) que servisse de referência à troca mercadológica, o que promoveria uma “dessimbolização do mundo” (DUFOUR, 2005, p. 12) e a substituição do sujeito moderno e neurótico por um “sujeito precário, acrítico e psicotizante” (DUFOUR, 2005, p. 21). O autor (DUFOUR, 2005, p. 23) destaca uma diversidade de fenômenos sociais e clínicos resultantes dessa condição: “toxicomania, dificuldades de subjetivação e de socialização, explosão da delinquência, novas formas sacrificiais e novos sintomas”. Interessado na clínica da depressão na contemporaneidade, Chemama (2007, p. 131), por sua vez, também sublinha o descrédito da figura paterna (CHEMAMA, 2007, p. 131). O argentino Harari (2010, p. 337) considera que há “efeitos negativos” que podem ser depreendidos da “decadência psíquica do pai na contemporaneidade”, como a segregação social.

O que se apresenta em trabalhos influentes de Melman (2003), que sugere a figura do “homem sem gravidade”, e Miller (2012), cuja abordagem se dá a partir da noção de “desordem no Real”, tem ecos notáveis, respectivamente na concepção de “mundo sem limites” de Lebrun (2004) e no sujeito “desbussolado” trabalhado por Santos (2005) e outros millerianos. Limites, gravidade e bússola, entenda-se, aparecem como termos representativos do pai simbólico, elemento organizador da *Kultur* freudiana cujo déficit caracterizaria a contemporaneidade sob o signo da *desordem*.

O grande impasse que pode ser aí identificado, e de cuja nomeação espera-se uma abertura para a reflexão epistemológica, é o colamento irrefletido entre o conceito e a coisa que ele aborda. O fato de que o conceito de cultura de que dispõe a psicanálise seja pai-centrado e universalista não permite a conclusão de que uma cultura não pai-centrada esteja em déficit ou desordem. Pelo contrário, deve-se pensar no déficit ou limite de alcance do próprio conceito, oriundo de um contexto localizado, para dar conta de problemas que lhe são estranhos. Com isso concorda Dunker (2015, p. 404), que, problematizando o alcance da base antropológica totêmica empregada por Freud, afirma que “o déficit paterno é na verdade um déficit do totemismo como esquema explicativo”. O que se apresenta como dissonante da racionalidade diagnóstica e teoria da cultura psicanalíticas está sem limites, sem gravidade, sem ordem e sem bússola ou, via inversa, para além de suas possibilidades atuais de compreensão?

A lista de exemplos acima, que poderia ser estendida sem dificuldades, demonstra a disseminação da hipótese do declínio paterno como racionalidade explicativa da desordem da cultura e dos novos fatos clínicos a ela articulados. Estaria o Pai, imprescindível à noção freudiana de cultura, obstaculizando o debate entre psicanálise e contemporaneidade? Sigo a hipótese de que a literatura psicanalítica freudo-laciana acaba por conceber a contemporaneidade a partir de um déficit sem colocar em questão seus próprios limites: a ausência de uma racionalidade explicativa que não seja pai-centrada para uma abordagem contemporânea da cultura.

Almejando então explorar traços da atualidade que promovam um diálogo profícuo com a psicanálise, ensaio a seguir uma abordagem dos dois níveis de alteridade presentes na obra de Lacan: o Outro, simbólico, e o outro, imaginário. O Outro contemporâneo será pensado a partir da estrutura da Biblioteca construída por Jorge Luis Borges no conto *A Biblioteca de Babel*. As relações contemporâneas com o outro, por sua vez, serão tomadas a partir da análise de algumas produções fílmicas recentes que põem em cena a digitalização e a mecanização das interações e da produção da intimidade. Busca-se desdobramentos produtivos que deixem em suspenso uma resposta sobre a contemporaneidade, que resista à tentação de unificá-la muito rapidamente sob um único nome ou elemento, pois, conforme Petry (1993, p. 129), “que o psicanalista faça a pergunta pelo social, isto é importante. Que ele a responda, isto é impossível”.

2 A BIBLIOTECA: OUTRO CONTEMPORÂNEO³

A Biblioteca descrita no conto é o universo de seus habitantes. Ela possui livros que realizam todas as combinações possíveis de 25 elementos ortográficos (22 letras, espaço, vírgula e ponto). Suas galerias, de forma hexagonal, têm características invariáveis: cada parede tem cinco prateleiras e cada uma destas abriga trinta e dois livros. Os livros também seguem um padrão: têm o mesmo número de páginas e estas têm o mesmo número de linhas, mas, no que diz respeito a seu conteúdo, não há dois livros idênticos. A Biblioteca é “total”, contém “tudo o que é dado a expressar: em todos os idiomas” (BORGES, 2015, p. 73), isto é, todas as realidades possíveis. Ainda que o narrador a considere “interminável” (BORGES, 2015, p. 70), pois “periódica” (BORGES, 2015, p. 78), ela não é infinita.

As perguntas dos habitantes da Biblioteca são análogas às perguntas e hipóteses (científicas ou religiosas) sobre as origens e leis do Universo: “[...] se esperou então o esclarecimento dos mistérios básicos da humanidade: a origem

da Biblioteca e do tempo” (BORGES, 2015, p. 74). Devido à sua ordenação, há os que concluem que ela “somente pode ser obra de um deus” (BORGES, 2015, p. 71). Supersticiosos antigos acreditavam em um livro que fosse “a chave e compêndio perfeito de todos os demais”, cultuando como um deus o bibliotecário hipotético que o teria lido (BORGES, 2015, p. 76). Outros buscavam um hexágono cheio de livros “onipotentes, ilustrados e mágicos” (BORGES, 2015, p. 76). O narrador do conto ainda cita peregrinações por um “catálogo dos catálogos” (BORGES, 2015, p. 70) e roga aos deuses que ao menos um homem tenha encontrado o “livro total”, lembrando que, se da Biblioteca só fica excluído o impossível, tal livro *deve* existir (BORGES, 2015, p. 76).

Essas hipóteses são diferentes formas da busca por algo que explique e justifique a existência da Biblioteca e de seus habitantes. A ausência desse elemento diferenciado, dessa chave interpretativa que tornaria a Biblioteca inteligível, faz dela um paradoxo que alia totalidade e incompletude: ela é total, mas lhe falta algo que explique ela mesma. Segundo o narrador, “a biblioteca é uma esfera cujo verdadeiro centro é qualquer hexágono” (BORGES, 2015, p. 70), ou seja, nenhum hexágono ou livro seria particularmente especial. Como um conjunto de significantes, cada um é tão somente um elemento de um sistema não hierárquico de oposições. O fato de que nenhum livro ou hexágono é, em princípio, especial, permite que qualquer um deles seja suposto enquanto tal.

Lembrando que a palavra *biblioteca* pode significar *pão* ou *pirâmide* em outra língua, Borges bem expressa a indecidibilidade inerente à Biblioteca: “Tu, que me lês, estás seguro de entender minha linguagem?” (BORGES, 2015, p. 78). O narrador debate com “ímpios” que dizem que a Biblioteca é quase toda disparate e que suas partes inteligíveis são “uma milagrosa exceção” (BORGES, 2015, p. 77). Uma vez que ela inclui todas as combinações possíveis dos símbolos, ele defende que não há disparate, pois não haveria nenhuma combinação que “em alguma de suas línguas secretas não encerrem um sentido terrível” (BORGES, 2015, p. 77).

Se, segundo Lacan (2008, p. 87), “a linguagem em sua essência não significa nada”, da mesma forma, será por poder não significar nada que a Biblioteca é, paradoxalmente, total e contém tudo o que é exprimível. Se cada um de seus livros tem necessariamente algum sentido, se cada palavra tem algum significado, isso não está, porém, determinado a priori, afinal, tudo depende de qual elemento ocupa a posição de S1, ou seja, qual é a chave interpretativa escolhida.

Em *O avesso da psicanálise*, quando Lacan esmiúça as distinções entre o Édipo e o mito da horda freudianos, mostrando que não podem ser equiparados, também é sugerida uma distinção entre o Pai da horda e o Mestre (S1). A implementação da noção de Mestre na teoria psicanalítica permitirá prescindir, ao menos parcialmente, do Pai? Segundo Lacan (1992, p. 83):

[...] o significante-mestre [...] não só induz, mas determina a castração. De início, seguramente, ele não está. Todos os significantes se equivalem de algum modo, pois jogam apenas com a diferença de cada um com todos os outros, não sendo, cada um, os outros significantes. Mas é também por isso que cada um é capaz de vir em posição de significante-mestre, precisamente por sua função eventual ser a de representar um sujeito para outro significante.

Da passagem acima algumas conclusões são extraíveis: (a) a castração ganha o sentido de determinação ou constrangimento simbólico que produz

um sujeito; (b) não há, a priori, de forma absoluta ou universal, um significante diferenciado que represente o sujeito e ordene o campo do saber, pois a função do significante-mestre é “eventual”; (c) *só-depois*, qualquer significante pode vir a ocupar a posição de S1 que representa o sujeito para S2; e (d) S1 não é necessariamente paterno – ao contrário de teorizações anteriores, aqui Lacan não utiliza *P* ou alguma de suas derivações. A passagem acima segue: “[...] o sujeito que ele [S1] representa não é unívoco. Está representado, é claro, mas também não está representado. Nesse nível, alguma coisa fica oculta em relação a esse mesmo significante [S1]” (LACAN, 1992, p. 83). Ainda que algum significante venha a ocupar a posição Mestre que ordena uma cadeia e representa o sujeito, isso não se dá de maneira plena e unívoca, ou seja, S1 (determinação) opera solidariamente ao objeto *a* (indeterminação).

Inspirado nos teoremas de Gödel e no Paradoxo de Russel, Lacan (2008, p. 74) afirma que o que se articula como significante deve obrigatoriamente deixar um elemento fora do Outro, o que faz deste um conjunto total e incompleto – como a Biblioteca. Por isso, e por sua função de alteridade radical de linguagem, proponho uma homologia entre a estrutura topológica da Biblioteca e a do Outro: lugar de toda significação possível, mas faltante.

Diante da dúvida acerca de a Biblioteca ter ou não um sentido, Borges situa seus habitantes entre dois polos: “desmedida esperança” e “depressão excessiva” (BORGES, 2015, p. 75). A primeira diz respeito à “certeza de que alguma prateleira em algum hexágono encerrava livros preciosos”, enquanto a segunda à constatação “quase intolerável” de que esses livros são “inacessíveis” (BORGES, 2015, p. 75). Teria havido uma “extravagante felicidade” dos homens quando “se sentiram senhores de um tesouro intacto e secreto”, afinal, “não havia problema pessoal ou mundial cuja eloquente solução não existisse: em algum hexágono” (BORGES, 2015, p. 74). Esse trecho, que exalta a felicidade dos homens diante da descoberta de um tesouro, ao terminar com “em algum hexágono”, demonstra o contraste entre a riqueza do universo de livros que cerca os homens e a sua inacessibilidade. Afinal, a Biblioteca é um tesouro ou um lixo? Qual é o sentido da existência de seus habitantes? Ora, as mesmas perguntas poderiam ser direcionadas à contemporaneidade que, pela oferta de um volume incalculavelmente grande de informações não ordenadas por um sistema de valores absoluto, coloca seus sujeitos diante de uma alteridade igualmente enigmática que oscila entre o excesso e a aridez de sentido.

Tão ou mais importante do que os diferentes posicionamentos diante da Biblioteca, destacam-se a *possibilidade de ocupar qualquer posição* e a *impossibilidade de se certificar de alguma posição*; ambas devido à mesma razão: a inconsistência da Biblioteca que não esclarece seus próprios enigmas. Se nenhum elemento serve de chave interpretativa da Biblioteca, todos servem. No conto, a produção de significantes-mestres se dá de várias formas: a busca pelo livro total, pelo catálogo dos catálogos, pelo livro que descreve a vida de um homem, pela “câmara com um grande livro circular de lombada contínua, que dá toda a volta nas paredes” (BORGES, 2015, p. 70) ou ainda baralhando letras e símbolos até construir “livros canônicos”, como propõe uma seita blasfema que sugere cessar a busca por livros especiais (BORGES, 2015, p. 75). De cada S1 produzido para interpretar a Biblioteca, depende a posição de cada sujeito. Desordem desoladora ou abertura potente?

O que foi colocado acima ajuda a conceber um modelo de Outro contemporâneo, no sentido de que não marcado por universalismos trans-históricos que hoje sabemos serem expressões de um modo de pensar historicamente situ-

ARTIGO

ado? Poderíamos abandonar – junto com nossas ilusões neuróticas – as diversas noções psicanalíticas marcadas pelo paterno?

O diálogo de Agamben com Débord ajuda a esboçar, finalmente, o que pode vir a ser um Outro contemporâneo. Segundo o italiano, a política contemporânea é um “devastador *experimentum linguae*, que em todo o planeta desarticula e esvazia tradições e crenças, ideologias e religiões, identidades e comunidades” (AGAMBEN, 1993, p. 65). Agamben afirma que a falta de sentido da existência individual transformou-se em exibição cotidiana, comparando a vida contemporânea a um filme publicitário “do qual foi apagado qualquer sinal do produto publicitado” (AGAMBEN, 1993, p. 51). Apesar de destacar a função da exibição, o filósofo de forma alguma entende tal condição como que se opondo à experiência linguageira, pois o “espetáculo é a linguagem” (AGAMBEN, 1993, p. 62). Por isso, “a época em que vivemos agora é também aquela em que se torna pela primeira vez possível para os homens terem a experiência da sua própria essência linguística” (AGAMBEN, 1993, p. 64-65), isto é, não de algum conteúdo ou proposição, mas da própria linguagem e do fato de que falamos. Isso só se dá a partir do esvaziamento de lugares oraculares, justamente o que é entendido, por outros, como um declínio.

O Outro contemporâneo é uma alteridade de estatuto radicalmente linguageiro, onde mesmo a abundância de imagens que compõem o espetáculo são, como os livros da Biblioteca, realizações quaisquer das possibilidades da linguagem que, invariavelmente, revelam o nada no qual se apoiam. O Outro contemporâneo não apresenta, a priori, hierarquia ou verticalidade entre seus elementos, ou seja, não submete seus habitantes a alguma posição, mas deixa-os livres para que experimentem tanto a angústia quanto a liberdade dessa indeterminação.

3 Os OUTROS REFLEXIVOS

Resta ainda uma dimensão não menos importante da alteridade, a imaginária, o que na terminologia lacaniana se designa por *outro*, em minúsculo. Considerando o *eu* como formado pela assunção precipitada de uma imagem bem-acabada do outro, o par *a-a'* – que compõe o eixo imaginário dos esquemas L e R (LACAN, 1998) – trata da relação estruturante do eu, imagem de si, com seus duplos especulares. Estes correspondem, em um polo, às alteridades com as quais o sujeito se identifica (*a'1*, *a'2*, *a'n*) e, em outro, àquelas que ele objetifica (*a1*, *a2*, *an*). Dotados de consistência imaginária, são objetos que compõem deslizamentos metonímicos aos quais subjaz o objeto causa de desejo. Esses polos balizam a realidade particular do sujeito a partir de seu próprio narcisismo na medida em que seus objetos e seus pares seriam compostos por reflexos do próprio eu.

Tanto no narcisismo freudiano quanto no eixo imaginário lacaniano – de forma que este se inspira naquele sem que sejam equivalentes –, essas relações são inconscientes, ou seja, não são correspondências imaginárias voluntariamente buscadas pelo sujeito. Eis um ponto onde acontece um giro que parece se apresentar como um dos traços da contemporaneidade: haveria agora uma incitação deliberada ao encontro com o *mesmo*.

Em *Reinvenção da intimidade*, Dunker (2017, p. 81) investiga a intimidade na contemporaneidade e a maneira como ela se articula a técnicas que sugerem uma ordem de comportamentos para produzi-la. Trata-se de um impasse entre indeterminação e determinação, afinal, a intimidade, cujo cerne é

um não saber sobre si mesmo, resistiria a ser absorvida por técnicas prescritivas. Segundo o autor (DUNKER, 2017, p. 82, meus grifos):

Ocorre que essa intimidade administrada torna-se assim mais um *exercício narcísico* do que a elaboração coletiva da falta de saber sobre si mesmo. Acompanhando sites de relacionamento ou plataformas que visam a *conectar pessoas, observa-se a recorrência de um discurso cujo cerne é a produção de identificações*. Mesmos gostos, mesmas orientações, mesmos estilos de vida, como se nossas escolhas fossem determinadas por agrupamentos definidos por uma mesma equação entre prazer, satisfação e gozo [...]

Eis como a apreensão técnica da intimidade procederia: a conexão entre pares baseada na semelhança objetivável. No trecho acima Dunker cita sites de relacionamento, mas seu raciocínio os ultrapassa e pode ser estendido às redes sociais que apontam os interesses e amigos comuns e às propagandas e ofertas cujas sugestões são baseadas no histórico do comportamento de consumidor do usuário. A particularização da experiência parece antes, na verdade, a criação de um ambiente digital narcísico que promove o encontro com o mesmo e a exclusão da diferença. Essa temática já havia sido proposta por Dunker (2015) através da noção de *forma de vida em condomínio*, destinada a abordar as formas brasileiras de sofrer na contemporaneidade. Em *Reinvenção da intimidade*, porém, a lógica do condomínio é também reconhecida no meio digital:

A vida no *condomínio digital* cria muros de indiferença baseados na seletividade de oferecimentos, filtrados por *targets* e *bigdata*, repetindo escolhas anteriores, tornando cada vez mais invisível a diferença. *Isso reduz o tamanho do mundo, o que acaba por aumentar o volume proporcional do eu*. A exclusão do outro perturbador, a recusa da diversidade e o bullying digital são signos dessa patologia da gramática da demanda (DUNKER, 2017, p. 140, meus grifos).

Esse tema tem sido amplamente abordado em seriados e filmes recentes, preponderantemente dentro do gênero ficção científica. *White Christmas*, episódio do seriado *Black Mirror* (2011), aborda as possíveis consequências sociais de um aparato chamado Z-eye: espécie de dispositivo de realidade aumentada a partir do qual pelo menos dois sentidos – audição e visão – podem ser controlados ou filtrados. Essa digitalização da realidade cria a possibilidade de que pessoas sejam bloqueadas umas pelas outras, tornando-se tão somente vultos cujas vozes não podem ser ouvidas. Se no ambiente digital o bloqueio age sobre um usuário ou um perfil, a exacerbação tecnológica proposta pelo seriado permite um bloqueio mais contundente: o das próprias pessoas. Explorando a crescente digitalização da realidade e as suas possibilidades, *White Christmas* mostra esse bloqueio como forma de punição. Um homem, bloqueado por sua ex-esposa, fica impedido do contato com esta e com a própria filha. O protagonista, por sua vez, por seus crimes, acaba condenado ao bloqueio de todas as pessoas, para sempre. Em uma cena muito representativa, ele encontra-se completamente isolado em uma praça repleta de pessoas para quem ele é tão somente um borrão inaudível.

Numa época onde a interação digital tem importante valor social, que tipo de isolamento ou desconexão é esse produzido pelo bloqueio nas redes sociais? Até onde a crescente digitalização do cotidiano, e a possibilidade de

ARTIGO

bloqueio que ela oferece, fomenta novas experiências de solidão e isolamento? No episódio mencionado a criação de uma realidade narcisicamente controlada passa do meio digital para o cotidiano. Trata-se de um futuro possível ou de mecanismos de exclusão já vigentes?

De toda forma, destaca-se, como traço de uma contemporaneidade a ser apreendida, a ampliação do ambiente digital em forma de condomínio e a realização dessa inflação narcísica que acontece com o excesso de determinação de espaços de intimidade orientados ao encontro com o mesmo. É um tema tocado por *The lobster* (2015), filme de Yorgos Lanthimos, onde uma curiosa situação é apresentada: adultos solteiros, necessariamente definidos como hétero ou homossexuais – sem margem para indefinições –, são compulsoriamente direcionados a encontrar um(a) parceiro(a) para casamento em 45 dias sob pena de serem transformados em animais, ou seja, banidos da condição humana. Apesar de não apresentar elementos tecnológicos específicos, o filme sugere um imperativo do encontro do mesmo, do par ideal como baseado em semelhanças: os casais se formam exclusivamente a partir do encontro de um traço comum banal como, em um dos casos, a miopia. Um grupo de rebeldes contrários a esse regime vive escondido na selva, fora do meio urbano e da própria lei. Entre suas ações destacam-se atos de resistência destinados a atacar as falhas do sistema vigente, como quando expõem uma pessoa que, buscando evitar a pena máxima, simulava um traço comum à sua parceira para sustentar o casamento. Os rebeldes, longe de serem apresentados como razoáveis, são o exemplo extremo e totalitário do individualismo. Por exemplo: em suas festas obrigatoriamente usam fones de ouvido para que cada um escute e dance sozinho a própria música; relações amorosas são absolutamente interditas e duramente punidas; a autonomia é estimulada a ponto de cada indivíduo ser obrigado a cavar a própria cova e inclusive desenvolver um método de enterrar a si mesmo, etc.

The lobster aponta, assim, para duas diferentes consequências dessa ampliação narcísica: ou o outro coincide com o *eu* (imperativo do encontro com o mesmo) ou será excluído para que o *eu* siga sendo ele mesmo (*eu* individualista que prescinde do outro). Cada uma à sua maneira, ambas as formas criam “condomínios”, elidindo a causa de desejo e impedindo encontros por ele atravessados, pois, conforme Dunker (2017, p. 82-83):

O desejo depende de uma espécie de hiância ou hiato no saber sobre si mesmo. Sua experiência é muito similar à descoberta de que não sabíamos tudo sobre o que queremos e que esta pessoa que surge em nossa vida trará a promessa de que esse fragmento de saber exilado de nós mesmos pode ser explorado em uma aventura comum.

Há ainda produções que desdobram a possibilidade de que o sucesso do encontro com o outro possa ser calculado. É tanto o caso de *Hang the DJ*, também episódio de *Black Mirror*, quanto de *Zoe* (2018), filme de Drake Doremus. No primeiro, inspirado nos já existentes sites destinados a conectar pessoas “compatíveis”, um programa de computador é capaz de realizar um imenso número de simulações digitais do relacionamento de duas pessoas. Conhece-se assim os riscos de um possível mau encontro ou da perda de tempo investido em uma relação cujas chances de sucesso são dadas por um programa. Em *Zoe* a compatibilidade de duas pessoas para um relacionamento amoroso também é passível de conhecimento prévio através de serviço oferecido por uma empresa de tecnologia. A ênfase, porém, é colocada no amor entre um humano,

o criador, e uma robô, a criatura que dá nome ao filme. O criador, que ainda enfrenta as dores de um divórcio – cuja única razão conhecida é, ironicamente, o diagnóstico de incompatibilidade com sua então esposa –, inventa Zoe como uma espécie de remédio para que ninguém mais precise sentir a dor que ele sente. Protótipo de um fabuloso produto prestes a ser comercializado, Zoe é a parceira ideal, criada para amar espontânea e verdadeiramente. Outro protótipo, divulgando-se em uma feira, promete: “Nunca vou partir seu coração”. Os robôs surgem, então, como parceiros ideais para os humanos.

Seja pelo cálculo que assegura o sucesso de um relacionamento, seja pela invenção de robôs capazes de amar plenamente e sem o risco do abandono, supomos que essas ficções desenhem traços da contemporaneidade. O primeiro destacado acima diz respeito ao imperativo de encontrar o mesmo e de evitar as alteridades que abalem a consistência narcísica, o que é facilitado e promovido pela digitalização da realidade. O segundo, por sua vez, refere-se à contabilidade e à eliminação do risco de relacionar-se com o outro, ou seja, o *eu* também será mantido em sua estabilidade imaginária na medida em que o outro que causa dor será afastado. Ambos expressam um excesso de prescrição na construção da intimidade e das relações entre pares destinada a promover uma espécie de condomínio narcisicamente controlado.

O pequeno *a* é, na obra de Lacan, inicialmente empregado para designar o outro imaginário, do francês *autre*. Num segundo momento, porém, torna-se o objeto *a*, hiância causa do desejo. Sendo assim, o *a* guarda uma função dupla na instável álgebra lacaniana: por um lado é a letra que designa uma metonímia de objetos imaginários (o outro, correspondente narcísico), mas também designa o vazio que lhes é subjacente. Trata-se da articulação entre uma hiância e as imagens que a cobrem. No raciocínio de Dunker (2017), baseado nessa dupla dimensão do *a*, à indeterminação é atribuída a potência de esvaziamento e a relativização dos excessos de determinação imaginária que estagnariam o desejo – o que se buscou demonstrar como traço contemporâneo a partir das produções fílmicas abordadas acima. Segundo o autor:

A mudança de nosso polo de subjetivação da produção para o consumo, com a conseqüente mutação de nossos sistemas morais da interdição para a prescrição, tornou mais difícil deixar vazia uma parte do saber sobre o que queremos. Produziu-se uma falsa identificação entre o que queremos e aquilo de que gostamos. Isso dificulta a produção de espaços de indeterminação, antes chamados de experiência de intimidade, na qual o compartilhamento desse não saber faz função de causa do encontro e de laço amoroso (DUNKER, 2017, p. 82).

É o não saber produtivo, ou seja, a indeterminação, que as técnicas de aproximação entre pares e de digitalização da realidade parecem elidir. Justifica-se assim que o Outro contemporâneo proposto a partir da Biblioteca borgeana – onde não há um ordenador absoluto, mas uma falta irreduzível – não seja tão somente tomado como lugar de déficit ou declínio paterno, mas de possibilidades dos mais diversos rearranjos. Se o Outro é a alteridade languageira, lugar de um tesouro enigmático, o outro compreende as balizas imaginárias que circunscrevem nossa realidade. A consideração do Outro como total, pleno de sentidos irrevogáveis, parece correlata à condominialização da realidade, isto é, à construção de muros imaginários tão relacionados a práticas identitárias. Infelizmente, outro traço de nosso tempo que não podemos ignorar.

ARTIGO

NOTAS

² Ver Assoun (2012) e Micela (1982).

³ A equivalência estrutural entre o Outro lacaniano e a Biblioteca borgeana é abordada em *A Biblioteca de Babel e o Outro: Borges e Lacan* (TRISKA; D'AGORD, 2018).

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, G. **A comunidade que vem**. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

ASSOUN, P.-L. **Freud e as ciências sociais: psicanálise e teoria da cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BIRMAN, J. **Estilo e modernidade em psicanálise**. São Paulo: Editora 34, 1997.

BORGES, J.L. *A Biblioteca de Babel*. In: _____. **Ficções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 69-79.

CHEMAMA, R. **Depressão: a grande neurose contemporânea**. Porto Alegre: CMC, 2007.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, G. **La société du spectacle**. Paris: Lesv Éditions Gallimard, 1992.

DUFOUR, D.-R. **A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUNKER, C.I.L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano**. São Paulo: Ubu, 2017.

FORBES, J. **Inconsciente e responsabilidade: psicanálise do século XXI**. Barueri: Manole, 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARARI, R. *Palavra, violência, segregação*. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 333-368, 2010.

KASNER, E.; NEWMAN, J. **Mathematics and the imagination**. New York: Dover Publications, 2001.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **O seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **O seminário: livro 16: de um Outro ao outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **O seminário: livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LEBRUN, J.-P. **Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**. Barueri: Manole, 2005.

LYOTARD, J.-F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MELMAN, C. **O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

MICELA, R. **Antropologia e psicanálise: uma introdução à produção simbólica, ao imaginário, à subjetividade.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MILLER, J.-A. **Hay gran desorden en el real, en el siglo XXI.** 2012. Disponível em: <<http://www.lacanquotidien.fr/blog/2012/05/hay-gran-desorden-en-lo-real-en-elsiglo-xxi/>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

ORTIGUES, M.-C.; ORTIGUES, E. **Édipo africano.** São Paulo: Escuta, 1989.

PETRY, L.C. Possibilidade e macroposições na Teoria de Jacques Lacan. In: FLEIG, M. (Org.). **Psicanálise e sintoma social.** Unisinos: São Leopoldo, 1993. p. 119-129.

SANTOS, T.C. A prática lacaniana na civilização sem bússola. In: _____ (Org.). **Efeitos terapêuticos da psicanálise aplicada.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 61-92.

TRISKA, V.H.C.; D'AGORD, M.R.L. A Biblioteca de Babel e o Outro: Borges e Lacan. **Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental**, v. 21, n. 1, p. 167-181, 2018.

WAGNER, R. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 1999.

CORPO TORTURÁVEL, SER MATÁVEL

TORTURABLE BODY, KILLABLE BEING

Marilena Deschamps Silveira¹

Resumo: Compreendemos com a psicanálise que a construção subjetiva do sujeito se faz na relação com o outro semelhante, que no reconhecimento da alteridade permite o ser. Apontamos que a tortura caminha em sentido oposto e envia o sujeito a uma condição de não ser, marcando-o como ser matável. Na dobradiça do individual com o social, consideramos que o Estado, ao não intervir, e mesmo autorizar o exercício desta violência, permite que o interdito fique em suspenso. Como a psicanálise pode se implicar na construção de uma narrativa ética para o nosso tempo?

Palavras-chave: Tortura. Trauma. Ética. Testemunho. Psicanálise.

Abstract: We understand through psychoanalysis that the subjective construction of the subject occurs in the context of a "similar other", that it is the recognition of otherness that allows the state of being. We point out that torture works in the opposite way and sends the subject into a condition of not being, marking him/her a killable being. At the intersection of the individual and the social, we consider that the State, by not intervening in, and even authorizing, the exercise of this violence, allows the interdict to be suspended. How can psychoanalysis play a role in the construction of an ethical narrative for our time?

Keywords: Torture. Trauma. Ethic. Testimony. Psychoanalysis.

1 CLÍNICAS DO TESTEMUNHO: ATRAVESSAMENTO DE FRONTEIRAS

Nossa participação no Projeto Clínicas do Testemunho², da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, permite-nos considerar que as graves violações de direitos humanos praticadas durante os anos da ditadura civil-militar no Brasil produziram danos tanto nas vítimas diretas como nas suas famílias e descendentes, e no tecido social. A escuta psicanalítica oferecida pelo Estado às vítimas da ditadura buscou promover reparação psíquica àqueles que, direta ou indiretamente, sofreram os efeitos da violência de Estado. Não só a escuta clínica, mas também outros dispositivos utilizados no desenvolvimento do trabalho possibilitaram a construção de memórias por meio dos testemunhos.

Dessa forma, o Projeto Clínicas do Testemunho contribuiu para o reconhecimento da verdade histórica. Permitiu que as pessoas escutadas se reconhecessem naquilo que lhes havia ocorrido e contribuiu para um reposicionamento da sociedade em relação à violência estatal no período ditatorial e sua repetição no presente.

¹ Psicóloga, psicanalista, membro efetivo e coordenadora de seminários da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. E-mail: marilenedeschampss@gmail.com

Temos refletido que o silenciamento histórico sobre o período ditatorial participa da autorização estatal para a repetição e manutenção da tortura no nosso país. É preciso destacar que a tortura continua a vigorar como dispositivo aceitável e “recomendado”, tendo no sistema prisional brasileiro sua expressão obscena – “bandido bom é bandido morto”. Nesse sentido, tornar visível aquilo que aconteceu e insiste em se repetir participa da prevenção às violações de direitos humanos.

Porém, servindo ao propósito das considerações deste artigo, que irão ressaltar o papel fundante do reconhecimento da alteridade para o *ser* do sujeito, e a implicação da psicanálise na construção de uma narrativa ética para o nosso tempo, é necessário ressaltar que o Projeto Clínicas do Testemunho nos colocou diante de uma tarefa complexa e delicada. Esteve marcada por alguns fatores que, inicialmente, desconsideramos. Hoje poderíamos dizer que não dimensionamos as implicações subjetivas às quais estaríamos expostos.

Um dos fatores que não havíamos previsto foi a desconfiança com relação ao projeto. Compreendemos através da escuta que o projeto, ao se apresentar como iniciativa do Estado brasileiro significava uma contradição. Ou seja, aquele que anteriormente havia rompido o interdito e sido o protagonista das várias formas de violência sobre os sujeitos e suas famílias, como mortes, desaparecimento dos corpos, tortura física e psíquica, agora oferecia reparação. Assim, os psicanalistas envolvidos no trabalho receberam um revestimento duvidoso daqueles que poderiam se beneficiar da proposta do projeto.

Na circunstância franqueada pelo descrédito, a demanda de atendimentos clínicos não acontecia. Foi preciso tempo para construí-la com delicados movimentos de escuta para além do *setting*, mas sem perder de vista os fundamentos teóricos e éticos no estabelecimento do fazer clínico. Para estabelecer a confiança, nos oferecemos aos movimentos de indiferença das pessoas que viriam a demandar a escuta. Percebíamos em nós a qualidade dilacerante da indiferença que experimentaram durante a sistematizada ação de violência ditatorial. Tais percepções ganharam sentido para um processo de tradução, mas não sem nos ameaçar, num primeiro tempo, com a fragmentação e angústia correlata. Da condição de indiferença nos indicavam a necessidade de reconhecimento.

Junto da desconfiança, enfrentamos também a oposição do silenciamento histórico, já assinalado anteriormente. Porém, o silenciamento histórico continha e se favorecia do silenciamento decorrente do efeito traumático da intensidade do ato violento. Sabemos, com Freud, que no sujeito invadido pelo excesso, as redes de representação psíquica não alcançam trilhas possíveis de escoamento que poderiam culminar na simbolização oferecida pelos recursos de linguagem, impossibilitando uma narrativa do ocorrido.

Ao destruir as redes de representação psíquica que acolhem novos eventos e lhes conferem sentido, o trauma destrói, pelo menos em parte, o valor da experiência (KEHL, 2009, p. 160). Marcelo Viñar (2011) partilha da mesma posição e ressalta que o horror e a dor extrema não produzem experiência, mas espanto relativo a um vazio representacional. Parece-nos que Robert Antelme (2013) indica a condição do espanto como assombroso e estranho, impossível de ser colocado em palavras, ao escrever sobre a sua vivência num campo de concentração nazista:

[...] Mas acabávamos de voltar, trazíamos conosco nossa memória, nossa experiência ainda viva, e experimentávamos um desejo frenético de contá-la exatamente como ela se passara. Entretanto, desde os primeiros

dias, parecia impossível superar a distância que descobríamos entre a linguagem de que dispúnhamos e essa experiência que, na maior parte dos casos, ainda operava em nossos corpos. Como nos resignarmos a não tentar explicar como chegávamos àquele estado? No qual ainda estávamos. Contudo, era impossível. Mal começávamos a contar, sufocávamos. A nós mesmos, o que tínhamos a dizer principiava então a nos parecer *inimaginável* (p. 9).

Pensamos, então, que Antelme nos indica que a vivência impossível de sofrer uma distensão temporal através da linguagem continua no presente como sensação viva na carne, já que não sofreu o trabalho das palavras. Aponta também que o inimaginável diz respeito à crueldade humana sobre outro humano no contexto de barbárie – a redução do sujeito humano à condição de resto e misturado ao dejetivo.

Num segundo momento no desenvolvimento do Projeto Clínicas do Testemunho em Santa Catarina³, os laços transferenciais se efetivaram e estabeleceram demanda aos atendimentos. Através da escuta iríamos nos tornar testemunho do horror e da barbárie.

Atravessávamos, portanto, duas fronteiras. Uma delas estava demarcada pelo muro do silenciamento engendrado como objetivo primeiro da violência ditatorial – calar o sujeito sem deixar registros, reforçada pelo trauma. Já a outra fronteira dizia respeito à demarcação conhecida das quatro paredes do consultório. Atravessá-la nos conduziu ao território da psicanálise como intervenção clínico-política e para dentro dos confins do excesso, em que o *ser* é abertamente matável.

2 NOS PRIMÓRDIOS DO SER: A ALTERIDADE E O SOCIAL

Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud assinalou que não é possível diferenciar psicologia individual de social, considerando que o sujeito desde sempre esteve dependente dos laços sociais para sua constituição, e raramente poderá prescindir deles. Assim, ao nos apontar que “a psicologia individual é simultaneamente psicologia social, no sentido mais amplo, porém inteiramente legítimo” (2004, p. 67), lembra-nos que nosso advento humano se faz a partir de um outro.

Nosso desamparo originário não prescinde da intervenção alheia para apaziguar nossas necessidades básicas. Ao sermos satisfeitos iniciamos nossa inserção numa relação libidinal capaz de nos transportar para as representações de linguagem. Nessa direção, Freud nos apresenta a cena na qual o bebê, ao sentir fome, experimenta uma condição de desprazer e manifesta-a através do choro. Esse ato de descarga “exige assim uma função secundária, importante ao extremo, da comunicação, e o inicial desamparo do ser humano é a fonte primordial de todos os motivos morais” (FREUD, 2004, p. 362).

Essa citação freudiana aponta que a ação específica – os cuidados do adulto – se faz quando o choro da criança é convertido em mensagem à qual o adulto busca responder. Portanto, a ação específica traz junto para a criança uma tradução em forma de linguagem, por exemplo: “Tens fome”. Freud assinala que nesse entendimento possível, necessário a partir da condição de desamparo da criança, reside a fonte primordial de todos os motivos morais. Ou seja, nessa delicada ligação se promove não só a sobrevivência física, mas através

dela também se fará a construção psíquica, a partir de alguns outros que nos creditam a condição humana (FREUD, 2004) e nos possibilitam o germe do *ser*.

Dessa forma, mesmo que o primeiro encontro com o outro possa se fazer a partir de uma condição inicial de desprazer/dor, quando o bebê é acolhido e investido pelas figuras parentais encontra um receptor que quer compreender e traduzir o sentido do ato. Bleichmar (2016) amplia esse entendimento para refletirmos que, na medida em que o adulto sabe que a criança não é o mesmo que ele, trata de explorar o que é que o outro sente e necessita e, assim, nesta exploração e decodificação já existe um reconhecimento da alteridade.

Em 1914, no texto sobre o narcisismo, entendemos que Freud integra à ação específica a ideia de uma nova ação psíquica para que o *eu* se constitua. Essa nova ação psíquica considera o suporte narcísico oferecido pelas figuras parentais que proporciona uma imagem unificada do corpo, um *vir a ser*, oferecendo à criança um deslocamento do autoerotismo como corpo fragmentado para uma ligação em unidade. Quando a criança é tomada como totalidade, e não parcialidades, está sendo oferecido a ela traços humanos – uma precipitação ontológica: “És da minha espécie”, afirma Bleichmar (2011, p. 22).

Portanto, enquanto o autoerotismo diz respeito ao pulsional disperso, o narcisismo oferecerá ao corpo uma imagem de unidade através do olhar do outro sobre a criança. A este olhar, articula-se o discurso proferido que a designa como ser único. Enriquez define que “nós só podemos nos ver porque o outro nos vê e nos fala de nós” (1990, p. 69). A partir dessa junção, ao ser tomado como objeto de amor, o incipiente *ser* pode se amar através da identificação com o olhar e o discurso de amor das figuras parentais. Assim, há um início de intersubjetivação na relação com o outro e um primeiro momento do corpo como si mesmo.

O distanciamento da criança do narcisismo primário, registro de completude, depende da forma pela qual o adulto se coloca diante dela. Ou seja, é decorrente da condição de que o adulto esteja atravessado pela renúncia. A castração ontológica está sempre relacionada com o modo em que o adulto vive a própria impossibilidade de dar tudo à criança maravilhosa, nos diz Bleichmar (2011). Mais ainda, afirma a autora, a forma pela qual o adulto se coloca diante da criança antecede os modos com os quais vai renunciar ao desejo edípico. Assim, a vicissitude edípica reestrutura o narcisismo e barra a onipotência do desejo ao reeditar o comprometimento ético. É possível dizer que dessa reorganização se revigora a fonte de todos os princípios morais.

Nesse sentido, Bleichmar (2011) destaca que o Édipo se sustenta numa assimetria entre o adulto e a criança, numa diferença de poder e de saber que, submetido à lei, não viola o corpo que está em suas mãos. O outro constitutivo, portanto, se apresenta numa dupla função, inscreve a sexualidade, e ao mesmo tempo limita a apropriação do corpo da criança, se colocando dentro de um referencial ético. Ou seja, o Édipo pauta não só a proibição do incesto, mas também a proibição da apropriação do outro como lugar de gozo. No edípico, sustenta a autora, é o impedimento do parricídio que se efetiva na renúncia ao desejo em relação à mãe (BLEICHMAR, 2016).

Isso nos remete à ética capaz de promover a vida, e revela que a anulação ética presente no não reconhecimento do outro como semelhante é capaz de prescrever uma sentença de morte. Ou seja, o reconhecimento ao outro implica o exercício da lei que barra a onipotência do desejo homicida. Pellegrino destaca que “somos humanos na medida de renúncias decisivas, de recalques

e exílios amargos, de perdas e danos que ferem de morte nossas exigências originárias” (1988, p. 98).

Até aqui, tentamos indicar que o desenvolvimento do *eu* percorre um caminho complexo. A partir de uma intervenção que nos atende nas necessidades de sobrevivência física somos banhados por mensagens simbólicas, possíveis a partir do amor. Compreendemos o amor sempre dentro da organização da lei. Dessa inscrição simbólica se tece a operacionalidade do psiquismo, capaz de transformar quantidade em qualidade, regular a morte pela afirmação do prazer, falar e pensar no lugar de agir (SILVEIRA, 2016).

Ou seja, nossa condição humana que atende à ordenação civilizatória implica uma constituição na qual o reconhecimento da alteridade é fundante do *ser*. Esta vivência possibilita o entrelaçamento do corpo e do psiquismo para sempre, gerando uma apropriação de *si mesmo* pelo sujeito, criando recursos psíquicos para empreender um processo que lhe permita *ser* outro na relação com os outros *eus* (MORAES; MACEDO, 2011). O entrelaçamento entre corpo e psiquismo gera um *eu* próprio, em que já não se distingue o corpo e o *eu*. Nesse sentido, “meu corpo passa a ser o meu *eu*”.

Na contramão do constitutivo do sujeito, nos deparamos com a violência advinda do outro semelhante. Podemos destacar que a violência de Estado, na tortura de ontem e de hoje, apresenta o insuportável que é o exercício da crueldade sobre outro humano, marcando que se desfaz o reconhecimento da alteridade e do interdito (BARROS; SILVA; SILVEIRA, 2018). Onde faltar o reconhecimento ao outro como sujeito humano sempre há o ingresso de um excesso experimentado como dor de *não ser* no olhar do outro. A indiferença extrema sentida diante do outro semelhante, como numa condição de tortura, promove desamparo psíquico, o *não ser*.

Assinalamos que a condição de *não ser* para o outro denota a experiência traumática. O corpo torturável experimenta a condição de *ser* “matável”, sem direito à vida. O *ser* matável por outro semelhante é um excesso impossível de ser metabolizado, perfurando e rompendo a organização psíquica. *Ser* reduzido a mero objeto não cabe dentro do humano sem gerar desamparo. Portanto, o traumático é da ordem do pesadelo, no qual nos sentimos em risco e sem a garantia de que outro nos proteja.

Pellegrino (1988, p. 19) afirma: a tortura à custa do sofrimento corporal insuportável introduz uma cunha que leva à cisão entre corpo e mente, mortificando o sujeito na sua existência. Pontua o autor:

O corpo é nossa casa, pela qual nos plantamos no mundo. Ao mesmo tempo que a habitamos, suas vigas, paredes, tubulações e aposentos fazem parte de nós e nos constituem. Sem um mínimo de solidariedade do corpo próprio para conosco, ficamos não apenas desabrigados, expostos a um frio e duro relento, mas literalmente sem chão, sem apoio elementar, entregues às ansiedades inconscientes mais primitivas.

3 DA TORTURA: “COMO SE EU NÃO ESTIVESSE”

Destacamos que a tortura toca e incide, como bem define Viñar e Viñar (1993, p. 128), no ponto de intersecção que está no fundamento do humano: o corpo e a palavra. O martírio físico, através da dor impensável e inimaginável, rompe essa intersecção e constitui o paradigma do horror. Tanto Antelme como

Primo Levi (1988) nos apresenta nos seus relatos sobre a vivência nos campos nazistas sentimentos relativos ao desfalecimento da condição humana.

Levi nos apresenta um sonho que expressa com agudeza o desfalecimento do *ser*. Descreve que na cena onírica sente uma felicidade muito grande em estar em casa, com a irmã, amigos, e poder ter tanta coisa para contar do que havia vivido, “mas bem me apercebo de que não me escutam. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse. Minha irmã olha pra mim, levanta, vai embora em silêncio” (LEVI, 1988, p. 60).

Poderíamos supor algumas associações de Levi sobre seu sonho. Talvez tivéssemos ouvido dele uma referência sobre o número de vezes que sentiu desejo de estar perto do calor dos familiares e longe da situação em que os maus-tratos se faziam contínuos. Poderia, também, nos falar da condição de solidão diante de uma vivência inominável – de que aquilo que viveu nunca faria parte do inferno de quem não viveu. Poderia, ainda, nos dizer da angústia diante da indiferença daqueles que poderiam ouvi-lo, ou mesmo de que ele estivesse se sentindo tão indigno como sujeito que não cogitaria que alguém quisesse ouvi-lo; ou de que seria arriscado ouvir-se e reviver as sensações mais primitivas no horror de *não ser* – condição na qual o psíquico está soterrado e a fragmentação sufoca.

Pensamos, porém, que o retorno ao *não ser* representa-se por “como se eu não estivesse”. O *eu* deixou de estar. Há um desfalecimento do *eu* a partir da indiferença do outro humano que executa a violência, remetendo-o à condição de resto, cindindo corpo e linguagem. Nesse sentido, o insuportável da violência está não só na dor que atinge o corpo, mas naquilo que desmantela o sujeito enquanto *ser*, anulando a condição humana.

Ao mesmo tempo, o sonho de Levi nos ratifica que o psiquismo está sempre buscando dar conta daquilo que o invade como excesso. Assim, alertamos que a necessidade de falar e ser ouvido faz-se num movimento para que a quantidade, além do princípio do prazer (FREUD, 2003), tome um destino mais suportável através do escoamento efetuado pela linguagem e alcançando representações.

Pensamos, então, que no sonho de Primo Levi é possível reconhecer tanto o desfalecimento do *eu* diante da violência, gestada na indiferença em relação ao outro humano, quanto aquilo que participaria da recomposição do *eu*, passando pela escuta de um outro que sustente o olhar e a fala. Descrição significativa através da produção psíquica que é o sonho, trazendo notícias de que o *eu* busca por um outro que não lhe seja indiferente, capaz de estar como receptor e de uma ação possível no alcance da tradução daquilo que reverbera como excesso.

Acreditamos que falar do horror só acontece quando oferecemos e restabelecemos o interdito num comprometimento ético, marcando que a violência, representada pela tortura, não deveria e não deve acontecer. Precisamente, é no comprometimento com a vida daquele que quiseram colocar por fora da condição humana por onde a fala pode percorrer um caminho para reencontrar o corpo e o *ser*.

4 ALÉM DO NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS

Freud trabalha o conceito “narcisismo das pequenas diferenças” (2003) e nos surpreende com a antítese ali presente. Pois, enquanto o narcisismo assinala

ARTIGO

o mesmo, o espelho, a quietude e o tempo que é, as diferenças nos remetem ao espaço da alteridade, do *nós*, da linguagem, da temporalidade, do tempo num movimento de passado, presente e futuro. Assim, habituados a contemplar essa divisão, o termo “narcisismo das pequenas diferenças” provoca uma sensação de estranhamento, possivelmente por borrar, ou esfumazar, a fronteira entre narcisismo e diferença. As fronteiras permeáveis permitem a entrada do estrangeiro.

No texto *O estranho* (2003), Freud nos faz compreender que o estranho é também familiar, e nos assombra por nos remeter à nossa anterioridade arcaica. Ou seja, nos reconduz à presença do outro dentro de nós. Um outro que foi fonte da nossa constituição subjetiva. Porém, esse mesmo outro provocou nosso primeiro movimento hostil em relação à diferença ao nos implicar numa outra realidade que não fosse narcísica.

Freud aponta com o termo que o narcisismo evidencia seus efeitos no enfrentamento das diferenças presentes nos laços sociais. Somos, assim, lembrados que o narcisismo que esteve nos nossos primórdios como fundamento constitutivo do *ser* não é fácil de ser abandonado. Ressurge como guardião protetor do *eu* sempre que se sentir ameaçado na ruptura da sua integridade. Apesar de divisão, e não síntese, o *eu* pretende-se forma. Apesar de precário, busca completude.

Nesse sentido, em *Psicologia das massas e análise do eu* (2004), Freud recorre à delicada parábola de Schopenhauer sobre a sociedade de porcos-espinhos para assinalar que a aproximação entre as pessoas não é vivida com tranquilidade. Suscita operações que encobrem a hostilidade. Ou seja, a intimidade é espinhosa e movimenta espetadas. Os espinhos, pensamos, dizem respeito às diferenças apresentadas pelo outro, enquanto o incremento das espetadas aponta a dificuldade de que sejam aceitas formando muros defensivos de classificação.

Freud, ao derrubar nesse mesmo texto os limites entre psicologia individual e social e apontar as dificuldades suscitadas pelo narcisismo nas relações entre as pessoas, permite-nos considerar que os movimentos de ódio à diferença no campo social apontam para um além do narcisismo das pequenas diferenças. Se a civilização se faz atendendo ao recalque, que drena o narcisismo, e dessa forma delimita o mal-estar (FREUD, 2004), a barbárie pretende extirpar a singularidade e a diferença através da violência extrema. A barbárie desarticula a civilização ao suspender a inscrição cultural “não matar”.

Os campos nazistas, nesse sentido, expressaram o pior dos seres humanos no que diz respeito aos maus-tratos com outro humano. Quando cai a eficiência simbólica, retorna-se ao pedestal narcísico e a guerra entre matar ou morrer se eleva ao máximo. Na atualidade brasileira, é possível afirmar que as nossas prisões representam a expressão máxima dessa barbárie e se constituem em verdadeiros campos de tortura.

Na dobradiça com o social, é preciso apontar que quando se desarticula a oposição civilização/barbárie, a barbárie passa a se localizar do lado da civilização (BLEICHMAR, 2016). Assim, a barbárie passa a fazer parte do cotidiano como tolerável, aceita e recomendada. E o matável se faz por conta da civilização e da lei.

A contribuição de Agamben é indispensável para tal compreensão. Ao analisar a expressão cunhada por Karl Binding, “vida indigna de ser vivida”,

nos diz “é como se toda valorização e toda ‘politização’ da vida [...] implicasse uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, é então somente ‘vida sacra’ e, como tal, pode ser impunemente eliminada” (2010, p. 135).

Aponta que a vida indigna de ser vivida é um conceito político sobre o qual se baseia o poder soberano na biopolítica moderna, colocada na intersecção entre a vida matável e a tarefa de zelar pelo corpo biológico da nação. Assim, a biopolítica se converte em tanatopolítica, permitindo ao soberano decidir qual vida pode ser morta sem que se cometa homicídio. O crime pode ser cometido em nome da lei. No interior da norma se cria a exceção.

Quando nos referimos à população carcerária brasileira⁴, nos parece muito claro que a permissão da tortura, e o convívio da sociedade com ela como se não existisse, num processo de indiferença, coloca essa população como vidas matáveis – vidas de segunda categoria que devem ser excluídas, e até extinguidas, dos nossos olhos.

Freixo (2019) assinala que a concepção “bandido bom é bandido morto” surge de quem entende que há seres entre nós que não têm humanidade. Há o estabelecimento de um corte ético: ele é o outro, e eu não me vejo sendo um deles, e sobre este outro admito que sejam praticados os atos de barbárie.

Nossa população carcerária, assinala Freixo, é composta por uma juventude não escolarizada, mas mesmo assim não há investimento em educação nas unidades prisionais. Há quem entenda que seria um absurdo tal benefício para quem não merece, e passa a ser indiferente se o sujeito vai passar dez anos estudando ou sendo torturado. Entendimento e lógica de exclusão.

A negativa de uma sociedade e do Estado em relação à crueldade possível sobre outro humano gesta um processo de indiferença que permite a repetição da violência articulada a um processo social de exclusão. Ou seja, nos deparamos com uma lógica perversa na qual todo um grupo social, identificado por fora da categoria do humano, é passível de tortura, nas suas mais variadas versões.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: A PSICANÁLISE COMO RESISTÊNCIA AO ROMPIMENTO ÉTICO

O recorte apresentado da teoria psicanalítica, neste artigo, inscreve a política no cerne da constituição do *ser* ao nos revelar que nos fazemos psíquicos e humanos na dependência de alguns primeiros laços sociais. O desejo passa a nos acompanhar regido pela lei, na produção de um viver em que o conflito nos impõe o mal-estar, mas possibilita que estejamos inseridos e promovendo a civilização e a cultura.

Portanto, o nosso método resguarda e instrumentaliza a ética a partir de uma compreensão que não perde de vista o lugar significativo do outro, nas origens e *a posteriori*, numa dialética em que o individual e o social estarão para sempre articulados. Então, também a clínica psicanalítica de consultório não será nunca uma terapêutica individual, mas será sempre política – tomando aqui a noção de política como ato de engendrar laços sociais.

Contudo, quando iniciamos este artigo aludindo ao trabalho desenvolvido no Projeto Clínicas do Testemunho, quisemos revelar o protagonismo significativo da psicanálise como intervenção dentro de um comprometimento público, e que acontece num outro modelo da clínica conhecida como privada.

ARTIGO

Nessa contribuição, denominada clínico-política, atravessamos fronteiras e nos colocamos muito perto das violências vividas no social cometidas pelo Estado em tempos passados, mas também no presente. Participamos de uma construção histórica junto à sociedade, que permite um saber do que esteve silenciado, que constituiu testemunhos e nos tornou testemunhas, capazes de colaborar na construção de memórias.

No percurso que nos constituiu como testemunhas oferecemos uma escuta que inseriu nossos corpos numa imersão efervescente de sensações. Foi assim, através do atravessamento do afeto de horror no corpo, que a construção de narrativas de histórias individuais foi possível. Narrativas individuais que também carregam a história de sofrimentos sociais: uma história intimamente nossa, desconhecida por ser silenciada, mas que se torna nossa quando sentimos na carne os efeitos sinistros da violência e identificamos que pertencemos à mesma sociedade. Caem os muros e o horror da barbárie está desnudado, no passado e no presente. A barbárie significa uma gravíssima e inaceitável oposição à perspectiva civilizatória.

Assim, sensibilizados pela condição do testemunho, passamos a integrar a Comissão Estadual Pró-Estabelecimento do Comitê e Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura em Santa Catarina, constituída por representantes de muitas instituições ocupadas com a defesa dos direitos humanos. Apesar de a lei federal n.º 12.847/2013 ter instituído e criado o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o governo estadual não vem cumprindo com as diretrizes da lei para criação, também, de comitês e mecanismos em cada unidade da federação.

Então, fomos reencontrar o vigor do silenciamento, agora relativo às questões da violência e da tortura nas instituições com privação de liberdade. O Estado, ao não exigir o cumprimento das diretrizes nas unidades federativas do Brasil, silencia e corrobora a invisibilidade de tal realidade de barbárie. Destacamos a população carcerária apenada como paradigma da exposição à tortura sistemática.

É sabido que o Estado é responsável pela aplicação da pena em nome da justiça, porém percebe-se um pacto macabro do Estado com a sociedade, que replica e consente com mecanismos de vingança, e não de justiça, aos apenados. Dessa forma, Estado e sociedade participam de um movimento duplo, de vingança e exclusão, colocando por fora do humano todo um grupo social que representa a miséria, sem possibilidades de ser reconhecido e de ser incluído em uma totalidade do nosso corpo social. Lembramos que a população carcerária é majoritariamente negra e pobre.

Com o encerramento do Projeto Clínicas do Testemunho em 2017, continuamos participando da Comissão Estadual Pró-Estabelecimento do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura. A partir daquela data, já não representávamos mais o Clínicas do Testemunho, mas nos inscrevamos convergindo testemunho e psicanálise. Nesse sentido, percebemos nossa condição dentro da comissão, como colaboração de força ética que resguarda a pontuação de que a tortura é inadmissível.

Assim, como testemunha, somos constantemente solicitados pelos demais integrantes da comissão a falar dos prejuízos psíquicos da tortura ao sujeito humano e ao tecido social. Ao mesmo tempo, da psicanálise requerem amparo teórico que aponte que na constituição do *ser* a violência se inscreve como destrutividade – *ser* matável, sem direito à vida.

Nos mais diversos eventos públicos promovidos para conscientizar a sociedade do “tortura, não!” temos escolhido e levado o recorte teórico apresentado neste artigo, que nos parece o mais passível de compreensão e capaz de tocar as plateias que nos ouvem. É objetivo da comissão que as atividades tenham falas que reverberem e contribuam para que a sociedade reconheça sua própria indiferença aos processos de desumanização dessas violências. Apostamos na possibilidade de que se abram reflexões sobre os movimentos de exclusão em relação àqueles que, nas suas diferenças de cor e condição social, passam a ser tomados como ameaça. Não por acaso, as prisões podem ser consideradas favelas muradas.

Concluimos evidenciando que nossa experiência no Clínicas do Testemunho e, atualmente, na Comissão Estadual Pró-Estabelecimento do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura em Santa Catarina, nos deslocou para outras possibilidades de intervenção da psicanálise. Não sem inquietações, podemos vislumbrar a psicanálise se revigorando em outros espaços através da promoção de subjetividade que atenda ao reconhecimento da alteridade.

A potencialidade ética da psicanálise, então, permite que, em tempos de indiferença, possamos resistir aos movimentos sombrios de destrutividade narcísica. A escuta que permite a construção de narrativas, devolvendo a fala àqueles que estão inseridos numa invisibilidade, alimenta com alteridade e resgata do *ser* matável a possibilidade de vida.

A psicanálise tem força de resistência ao silenciamento e à invisibilidade das violências vigentes que transformam seres humanos em descartáveis. Nossa possibilidade de intervenção aponta para a defesa da construção de sentidos a partir da fala na qual se tem o outro como semelhante na sua diferença, num compromisso com a criação de simbolizações possíveis, para que se abram novas expectativas nos laços sociais. Nesse sentido, pode a psicanálise ficar afastada da sociedade em que está inserida? Podemos nos silenciar?

NOTAS

² O Projeto Clínicas do Testemunho foi uma proposta do programa de reparações da Comissão da Anistia, do Ministério da Justiça, para proporcionar reparação psíquica aos afetados, direta ou indiretamente, pela violência de Estado cometida no período da ditadura civil-militar brasileira. Instalado como projeto piloto entre 2013 e 2015, teve uma segunda fase de trabalho entre 2015 e 2017, e foi desenvolvido por instituições da sociedade civil que constituíram núcleos de apoio para desenvolvimento dos objetivos do projeto.

³ Para uma maior compreensão do trabalho desenvolvido, sugerimos a leitura do artigo “Isso também aconteceu aqui: construção de um espaço de escuta em Santa Catarina” (BARROS; SILVA; SILVEIRA, 2018).

⁴ Para dados a respeito da tortura nas prisões brasileiras, sugerimos a leitura das informações contidas no livro *Questões fundamentais para prevenção à tortura no Brasil* (BRASIL. Presidência da República. *Questões fundamentais para prevenção à tortura no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2015).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ANTELME, R. **A espécie humana**. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- BARROS, A.F.O.; SILVA, J.R.; SILVEIRA, M.D. **Por que uma clínica do testemunho?** Clínicas do Testemunho RS e SC. Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018.
- BLEICHMAR, S. **La construcción del sujeto ético**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2011.
- _____. **Vergüenza, culpa, pudor**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2016.
- ENRIQUEZ, E. **Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- FREIXO, M. O que acontece nas prisões? In: LOPEDOTE, M.L.G. et al. (Orgs.). **Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** São Paulo: Elefante, 2019.
- FREUD, S. El malestar en la cultura. In: _____. **Obras completas**. v. 21. Buenos Aires: Amorrortu, 2004. (Original publicado em 1930 [1929].)
- _____. Introducción del narcisismo. In: _____. **Obras completas**. v. 14. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. (Original publicado em 1914.)
- _____. Lo ominoso. In: _____. **Obras completas**. v. 17. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. (Original publicado em 1919.)
- _____. Más allá del principio de placer. In: _____. **Obras completas**. v. 18. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. (Original publicado em 1920.)
- _____. Proyecto de psicología. In: _____. **Obras completas**. v. 1. Buenos Aires: Amorrortu, 2004. (Original publicado em 1950 [1895].)
- _____. Psicología de las masas y análisis del yo. In: _____. **Obras completas**. v. 18. Buenos Aires: Amorrortu, 2004. (Original publicado em 1921.)
- KEHL, M.R. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- MORAES, E.G; MACEDO, M.M.K. **Vivência de indiferença: do trauma ao ato dor**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- PELLEGRINO, H. A tortura política. In: _____. **A burrice do demônio**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- SILVEIRA, M.D. Você tem fome de quê? Os efeitos da violência na subjetividade. **Revista Psicologia em Movimento** – Conselho Regional de Psicologia – 12 região, n. 6, p. 43-45, jan./fev. 2016.
- VIÑAR, M.; VIÑAR, M. **Fracturas de memoria: crónicas para una memoria por venir**. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993.
- VIÑAR, M. El enigma del traumatismo extremo. Notas sobre el trauma y la exclusión. Su impacto em la subjetividad. **Revista Uruguaya de Psicoanálisis**, Uruguai, n. 113, dez. 2011.

“SE VOCÊ NÃO OUVES AS CRIANÇAS, VOCÊ PERDE AS CRIANÇAS”: UM ESTUDO ACERCA DO LUGAR DA INFÂNCIA NO CONTEMPORÂNEO E SUAS REPRESENTAÇÕES

“IF YOU NOT LISTEN TO CHILDREN, YOU LOSE THE CHILDREN”: A STUDY ABOUT THE PLACE OF CHILDHOOD IN THE CONTEMPORARY AND ITS REPRESENTATIONS

Vanessa Krummenauer ¹

Bibiana Godoi Malgarim ²

Resumo: O artigo aborda o processo de constituição do sujeito mediante a inscrição de linguagem em seu Outro primordial e se propõe a relacionar o lugar do livre brincar na estruturação do corpo às demandas da narrativa contemporânea. O objetivo desta escrita é pensar o lugar da infância e do brincar, considerando como a vinculação infantil se manifesta no corpo, na subjetividade e no brinquedo. Pretende-se lançar o olhar ao sujeito contemporâneo e à função do grande Outro e da lógica mercadológica e digital, costurando os efeitos das transformações parentais e sociais com a relação da criança com o brincar.

Palavras-chave: Infância. Contemporâneo. Brincar. Psicanálise.

Abstract: The article approaches the process of constitution of the subject through the inscription of language in its primordial Other and proposes to relate the place of free play in the structuring of the body to the demands of the contemporary narrative. The purpose of this writing is to think about the place of childhood and play, considering how child bonding is manifested in body, subjectivity and toy. The aim is to look at the contemporary subject and the function of the Other and the marketing and digital logic, sewing the effects of the parental and social transformations with the relationship of the child with the play.

Keywords: Childhood. Contemporary. Play. Psychoanalysis.

¹ Psicóloga clínica, especialista em Psicologia da Criança e do Adolescente. E-mail: vanessak.psicologia@gmail.com

² Psicóloga clínica, especialista em Psicoterapia Psicanalítica de Crianças e Adolescentes, Mestre em Psicologia Clínica e Doutora em Psiquiatria. Membro Provisório do Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre/Serra. Docente na UNISINOS. E-mail: bmalgarim@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da criança é um percurso amparado pelo investimento do Outro, da voz e do corpo maternos, de quem fará as funções primordiais e lançará o seu olhar em todo o seu processo de crescimento, desde a mais tenra infância. No documentário *O começo da vida*, a ativista Leah Ambwaya sugere, em sua fala, que “se você não ouve as crianças, você perde as crianças”. Entende-se, neste trecho – e por isso compõe o título deste artigo –, um ouvir da subjetividade. De uma escuta na qual se expande e se permite o espaço

da infância. Nesta escrita, falaremos dos efeitos disto no que tange à esfera da brincadeira.

Sabemos da importância do brincar enquanto linguagem na constituição de sujeito psíquico e as suas decorrências ao longo do desenvolvimento infantil. No entanto, em tempos em que os jogos e brincadeiras que perpassam o corpo dão lugar aos jogos eletrônicos, à mídia e à tecnologia, faz-se pertinente que nos debruçemos a investigar como estas inscrições estão se dando na constituição da singularidade do sujeito e quais as suas implicações no registro simbólico da criança.

Para tanto, será lançado um olhar acerca do contemporâneo a fim de elucidar as transformações do significado da infância e qual o espaço que esta recebe no contexto social e familiar. As inscrições constituintes do psiquismo se operam somente a partir do laço com o Outro primordial. Sendo assim, se faz importante a costura entre o papel do Simbólico enquanto inconsciente e linguagem na constituição de sujeito, o entendimento da psicanálise no que tange à realidade contemporânea na infância e o papel do brincar na construção da narrativa infantil. Portanto, este texto se propõe a pensar o lugar da infância, do brincar e do lúdico nos dias atuais, considerando como a vinculação infantil se manifesta na construção da história, no corpo, na subjetividade e, conseqüentemente, no brinquedo.

1 O SIMBÓLICO NA CONSTITUIÇÃO DE SUJEITO

Freud (2010) expõe que todos os atos e desejos dos sujeitos são determinados inconscientemente de modo universal e este aparelho psíquico, a partir da estrutura proposta por Lacan (1975), é constituído por três registros: o Real, o Simbólico e o Imaginário. Hoyer (2010) nos diz que a Ordem Simbólica, por sua vez, é a condição para a existência do inconsciente, portanto, só há inconsciente por haver linguagem e a relação humana é dada pelo manejo do simbólico, isto é, pelo laço intersubjetivo que leva em conta a singularidade do desejo e seus significantes. Se a estrutura do inconsciente é a estrutura da linguagem, é no ato da palavra que este se constituirá. Sendo assim, a “determinação inconsciente evidencia a primazia do simbólico na constituição de sujeito, visto que se mostra uma característica geral das formações do inconsciente” (JORGE, 2005, p. 68).

Quando falamos de infância, nos referimos não só à maturação das estruturas fisiológicas de desenvolvimento ou das aquisições de linguagem e construção do pensamento lógico-cognitivo, mas, também, ao tempo da plena constituição do sujeito psíquico (JERUSALINSKY, 2014). Este tempo se dá pelo interjogo entre as pessoas do ambiente e a criança, que acontece a partir do ritmo da corporeidade humana. A origem da subjetividade humana se dá, então, no registro de trocas sensoriais que alcançam o registro de códigos significantes, elementos que indicam a presença humana e que originam o idioma da dupla mãe-bebê (COMPARATO; MONTEIRO, 2009).

Na clínica com bebês, o sujeito ainda terá que se produzir, terá que se inscrever a partir da suposição que dele faz o Outro. Nesse sentido, estamos aí num tempo da pré-história do sujeito da enunciação, pois ainda não se inscreveram no bebê as marcas fundantes que, pela inscrição da fantasia e pelo recalque, produzirão o sujeito do inconsciente, ordenando sua enunciação, permitindo-lhe contar sua história e contar-se (JERUSALINSKY, 2002, p. 259).

De tal modo, o ser humano precisa iniciar seu processo de constituição a partir de uma posição, de um lugar, a fim de que ele possa emergir como si mesmo. Não se refere aí a um lugar físico, mas sim ao lugar na subjetividade de um outro. Ou seja, além de pensar como o sujeito entra na ordem simbólica, é necessário considerar, também, como um sujeito é produzido pela ordem simbólica, pelo significante (JERUSALINSKY, 2002), visto que todo recém-nascido, para sua constituição psíquica, depende de como seja tomado pelo Outro nesta estrutura simbólica que o antecede.

2 LEITURA DA PSICANÁLISE ACERCA DO SUJEITO CONTEMPORÂNEO

A velocidade muda o modo como percebemos o que nos rodeia. Hoje, expostos à velocidade voraz de centenas de informações pela via das telas portáteis, vivemos em um bombardeio sensorial que satura o nosso sistema perceptivo e de compreensão (JERUSALINSKY, 2017). Com isso, as sociedades contemporâneas se apresentaram como corpos inertes atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação, os quais não respondem a nenhuma subjetivação real (AGAMBEN, 2011).

Atualmente, segundo Birman (2006) e Levin (2007), vivenciamos uma contração significativa da infância e um início precoce da adolescência, onde o mundo e a cultura infantil mudaram e as expectativas e exigências se multiplicaram. Este fenômeno está diretamente associado à exigência de produtividade sobre as crianças, que está significativamente mais intensa, sobretudo no que se refere à variedade de atividades e ocupações da infância.

O sujeito inserido na sociedade contemporânea está fixado num paradoxo. Ora vive voltado a si próprio, sem se preocupar com suas tradições ou com sua posterioridade, ora depende do olhar do outro para validar-se. Junto a isso, percebem-se mudanças do sujeito na forma de subjetivar-se e de vivenciar a dor e o sofrimento, sendo estes evitados a todo custo, por meio de diversas fontes de ocupação (FORTES, 2009). Portanto, é preciso considerar o quanto os corpos tão agitados das crianças da atualidade podem dar-se a ver como uma mortificação e não como vitalidade dentro de uma cultura de excessos sensoriais fragmentados (JERUSALINSKY, 2017).

Julieta Jerusalinsky (2017, p. 14) sublinha que

É preciso um intervalo temporal para esquecer e poder lembrar, para passar do impacto inicial cheio de cores estridentes a uma evocação que revisita a vivência, transformando-a em memória, às vezes com cores mais queimadas e esmaecidas ou com formas fragmentadas, em que as percepções são deformadas e reconstruídas pelo que se transforma também o sujeito quando ele, através da passagem do tempo alinhava e realinha sua narrativa, retomando os traços nele inscritos e podendo resignificá-los de forma inusitada em sua extensão e associação discursiva.

Assim, num conceito trabalhado por Agamben (2009), a contemporaneidade pode ser compreendida como uma relação singular com o próprio tempo. O contemporâneo não é aquilo que, percebendo o escuro do presente, nele apreende e resoluta luz; é sim aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos. Isto é, olhando para sua época com a distância, a ruptura e a divergência necessárias para que ela se desloque e, então, passe por um processo de transfor-

mação. Com isso, é possível voltar-se para o passado e questioná-lo acerca de suas consequências.

3 O GRANDE OUTRO E A TRANSMISSÃO DA ORDEM SIMBÓLICA NA LÓGICA ELETRÔNICA

Ao iniciar este tema, lembro-me da leitura de Julieta Jerusalinsky, na escrita *A criação da criança* (2014), em que nos conta uma de suas experiências. Um de seus pacientes, diante da massinha de modelar, pede-lhe para que se faça um controle remoto. Esta é uma montagem da cena familiar da criança, onde ficam todos reunidos sentados à mesa olhando para a TV e a mãe cuida dele trabalhando no computador. O controle remoto é um representante, aí, do totem na atualidade, que significa, por sua vez, uma marca de família.

Consideremos aí que língua materna implica a língua na qual o Outro primordial, ao qual a criança ficou referida, lhe fala, na medida em que é desde essa língua que o Outro encarnado interpreta, sustenta e interdita o acesso à satisfação que propicia ao bebê. Consequentemente, é por meio dessa língua que a criança pode representar o que a afetou em sua percepção, apropriando-se subjetivamente do seu corpo. Portanto, língua materna é aquela através da qual um bebê ficou referido, simbolicamente identificado, ao Outro, representado seus modos de obter prazer e também as interdições do mesmo (JERUSALINSKY, 2014, p. 12).

Assim, percebe-se que a relação ao Outro comporta a inscrição de um traço. Esse traço depositário da primeira identificação é o que permite tecer uma referência simbólica para a vida. É esse traço que inaugura uma série simbólica e, então, pode-se produzir para o sujeito o reconhecimento.

No que tange aos recursos e mídias contemporâneos, Dolto (2007, p. 31) ressalta que “com a televisão, entra na família um ambiente totalmente estranho, artistas, gente que fala seja lá o que for e que se tornam o centro da vida dos adultos e das crianças”. Esse movimento permite uma aparência superficial de ajustamento e, por fim, cada ser humano se percebe cada vez mais solitário e fragilmente enlaçado ao outro.

Não são poucas as mães surpresas com o profundo trabalho que dá cuidar de um bebê, com o fino bordado que é tecer e articular corpo-linguagem (JERUSALINSKY, 2014). Descobrir que talvez o mais difícil da maternidade não seja o exercício de um saber ativo, mas a posição psíquica de disponibilidade à criança costuma ser uma grande surpresa. Junto a isso, o mercado oferece uma gama de objetos que se vendem como eficazes e de grande valia para cuidados com bebês e crianças, como “apetrechos para o banho, almofadas para a postura, monitores para controlar o sono, aplicativos para os ritmos de mamada e até decodificadores de choro” (p. 13). O fenômeno que percebemos hoje é o da promoção de aparelhos, brinquedos e ferramentas ditas didáticas a fim de estimular excessivamente, inclusive, o desenvolvimento desde os primeiros dias do bebê.

Toda essa promessa mercadológica é efetuada na lógica de que tais objetos, em lugar de funcionar como representantes, acabam resultando em uma economia da relação, supostamente “poupando” o trabalho de se relacionar com todo o mal-estar e equívocos que isso comporta (JERUSALINSKY, 2014). Augé (1994) vai além quando discorre sobre a constatação de um sentimento que atravessa a atualidade e diz respeito à solidão que invade a sociedade. Para ele, é um sentimento que se configura na impossibilidade de construção de

laços afetivos, fazendo com que se instale o espaço persecutório do isolamento e do abandono.

Diante deste contexto, uma discussão acerca da função de continência da mídia e do consumo se mostra pertinente, seguindo este capítulo.

4 ESTÍMULO MERCADOLÓGICO DO OBJETO COMO GRANDE OUTRO

Pontes (2017, p. 214), ao encontro das ideias assinaladas anteriormente, sublinha que assim “como a sociedade vem sofrendo mudanças, a ideia de infância também estará sujeita a transformações”. O fato de a família e a escola estarem distantes da realidade vivenciada pelas crianças (visto que estão mais preocupadas em prepará-las para a vida adulta) faz com que estas instituições deixem de ser referências para elas, construindo uma infância consumidora da mídia e de seus produtos, com tarefas rígidas e regradas, das quais se espera um desempenho muito sofisticado.

Juntamente a esta questão, Maria Rita Kehl (1991) salienta a expressão em que “cabeça vazia é oficina do diabo” e tece esta ideia com um mecanismo de castração e repressão da brincadeira, inibindo uma das marcas mais cruciais da infância: a imaginação livre. As aventuras, a fantasia, as encrencas e as bobagens passam a ser consideradas desnecessárias e uma perda de tempo numa realidade de agendas abarrotadas de compromissos que, no lugar de uma ocupação lúdica, dão possibilidade para aquele que cresce ser “bem-sucedido” em seu futuro.

Em decorrência destas transformações, a pedagogia do certo e errado e a educação pela obtenção de resultados entram no brincar, produzindo o espaço para a ascensão da tecnologia. O enamoramento da criança com a máquina surge quando algo no ambiente lhe falta e ela pode se ocupar sozinha em uma configuração que exclui a presença, o corpo, o “estar ali”. Quando o caos e a bagunça não são mais tolerados, visto que uma infância quieta é almejada, é relevante considerarmos o fato de que o jogo eletrônico é algo construído pelo programador, mas as formas como o jogador irá viver essa experiência são imprevisíveis. Ou seja, as fronteiras deste círculo mágico poderão ser expandidas pela criança, podendo agir de forma inesperada, introduzir eventos próprios e deixar sua identidade no jogo, indo além das regras estabelecidas.

Devido ao prolongamento do corte de contato com a realidade, nos deparamos com a possibilidade de a criança ter o desenvolvimento de seu processo simbólico e de sua capacidade de pensar prejudicados. Portanto, ao falarmos de crianças pequenas, poderá ser desfavorável permanecer diante de recursos eletrônicos, pois ela não consegue discriminar o que escuta, o que vê, o que é real e o que é imaginário. E é diante desta linguagem visual posta pela tela que a criança aprenderá a se ver, como que diante de um espelho que lhe subtrai a imagem própria para lhe devolver outra, reconstruída, como consumidora (COMPARATO; MONTEIRO, 2009).

5 SOBRE O BRINCAR E A NARRATIVA DO CORPO INFANTIL

Nos primórdios do desenvolvimento da análise infantil, Melanie Klein (2007) observa que a criança, ao brincar, vence realidades dolorosas e domina medos instintivos, projetando-os ao exterior dos brinquedos. Permite vencer o medo dos objetos, assim como vencer o medo dos perigos internos; faz possível uma prova do mundo real, sendo por isso uma ponte entre a fantasia e a rea-

lidade. Ou seja, é uma manifestação de extrema importância quando falamos de linguagem e dos recursos de elaboração psíquica das crianças. A linguagem, aqui, não se confunde com o objeto da linguística. É um sistema significativo baseado na língua e sua relação com uma organização própria (ROZA, 1993). Antes disso, Freud (1996) já dizia que o limite da verbalização é uma característica da criança que a diferencia do adulto e, portanto, existem diferenças em termos de estrutura do aparelho psíquico.

O brincar exerce um papel fundamental na construção do pilar da fantasia. Se a constituição de uma criança se dá relativamente bem, caracteriza-se por brincar simbolicamente, visto que o brincar, como sintoma da infância, é uma resposta da criança à estrutura. É a forma que a criança tem de tecer ativamente uma rede singular de representações a partir daquilo que a marcou. Certamente trata-se de um sujeito em constituição, que precisa ser sustentado pelo desejo e pela rede de representações do Outro.

A essência do jogo, para Henriot (1983), é determinada pelo estado mental de ilusão, consciência e paixão. Nesse sentido, a forma surrealista de lidar com as coisas, tão frequente na infância, está relacionada a essa capacidade de mudança de estado mental, que em primeira instância transforma magicamente o jogador (ROZA, 1993, p. 36).

O jogo se baseia na manipulação de imagens e sua função é a de representar a realidade. Essa realidade – matéria, natureza – é recriada pela metáfora, e toda metáfora é um jogo de palavras (HUIZINGA, 2017). Sendo assim, as sequências de jogo, brinquedos e partes de desenho constituem-se, então, em símbolos, remetendo às representações de coisa e às representações de palavra da criança.

Como descrito anteriormente, o estímulo visual e tecnológico tece uma satisfação imediata dos desejos do sujeito. Nesse sentido, Flesler (2012) pontua que, para que a cena lúdica exista, é necessário que uma falta esteja operando. O brincar, assim, implica em um lugar de incerteza, pois na dimensão lúdica reside uma imprevisibilidade, uma indeterminação dos resultados e dos efeitos. No entanto, voltando à clínica atual, é constatado que a infância perde sua especificidade de tempo lúdico, de tempo mágico, de pertinência às fantasias simbolizadas, toda vez que essa urgência do “futuro adulto” atravessa o imaginário parental (ROZA, 1993). É considerável o quanto as histórias e sintomas que chegam para uma análise estão colados aos princípios de competitividade, aparência física e outras formas de notoriedade na vida adulta, nas quais a infância não é tolerada, já que as bagunças simbolizam o caos tão evitado.

Atualmente, percebe-se que o brincar é jogado no quarto de despejo da casa, tem uma existência sem importância, dando lugar a outras ocupações e dirigindo um não lugar à infância. Podemos constatar esta questão na escuta psicanalítica. Precisamos, assim, nos voltar e lembrar as etapas do desenvolvimento infantil e recapturar o conhecimento de que o conteúdo ideacional de um brinquedo jamais determina a brincadeira, pelo contrário: esta é que orienta o uso dos objetos.

6 DISCUSSÃO

Brincar é, também, poder mudar o rumo de uma narrativa, encontrar novas possibilidades para ela. Do ponto de vista da psicanálise, isso evoca a possibilidade de uma nova história e o ingresso no mundo simbólico (GUTFREIND, 2014). Então, o que acontece quando uma criança não consegue simbolizar ou representar conscientemente?

No campo da clínica, espaço onde se dá o jogo do inconsciente, a criança se depara com a associação livre que opera pelo livre brincar. Exemplifico com uma pequena parte do acompanhamento de uma menina que chegou encaminhada por sua neuropediatra, aos seis anos de idade. Na sua primeira sessão, ao ver a quantidade de brinquedos à sua disposição, ela começa a pegá-los, imaginando qual seria a função de cada um deles. Ela não revela sua representação, num primeiro momento. A brincadeira aconteceria algumas semanas depois, após chamar o pai para se juntar à sessão, o convocando para o jogo. Observa-se, nos encontros iniciais, embotamento e rigidez na narrativa do jogo, que se desloca nas semanas seguintes, à medida que a paciente se apropria de seu espaço. Quando lidamos com crianças, podemos perceber a alternância e a fixidez da representação. A criança passa a brincar somente quando essa representação opera. Ela pode “brincar de ser. Algo bem diferente de ser realmente. O gozo que isso proporciona não se deve ao fato de representar ativamente este ou aquele personagem, mas de pôr em jogo o valor representacional da própria brincadeira” (FLESLER, 2012, p. 29).

Juntamente ao pudor do brincar, percebem-se traços concretos no modo em que a criança vê o mundo. Neste caso que citei, ao final de cada encontro, a menina deixava um risco de tinta ou caneta na minha pele. Com isso, abrem-se grandes possibilidades de trocas. Deleuze (2000) nos diz que a criança não para de dizer aquilo que faz ou que tenta fazer. Ela explora os meios e desenha o seu mapa essencial à atividade psíquica. Sendo assim, há desejo, há linguagem e há potência no desenvolvimento de um registro simbólico. O simbólico como linguagem é o que caracteriza a Ordem Simbólica enquanto conjunto estrutural independente do sujeito que fala. “Esse é o lugar do Outro (o grande Outro), sistema de elementos significantes ao qual o sujeito é submetido desde o começo.” (GARCIA-ROZA, 2003, p. 118)

A criança que não brinca não consegue produzir estes movimentos fundamentais ao desenvolvimento psíquico. Sem o faz de conta, ela não consegue elaborar o real. Considerando que, como nos ensina Dolto (2015), é seguindo as dimensões do tempo e do espaço que a realidade se simboliza nas relações da criança com o Outro, qual é o espaço que o tempo da infância vem ocupando no núcleo familiar e no mundo?

Este novo social, ao invadir o familiar e o privado, modifica profundamente a relação entre seus membros. Uma das maneiras é a disjunção entre conjugalidade e parentalidade, onde cada vez mais os representantes da sociedade intervêm na relação entre pais e filhos. Na sociedade do consumo, na qual a felicidade é o único mandamento, é decisivo considerar o que está sendo transmitido às crianças.

A sociedade de consumo, que favorece o princípio do prazer absoluto, está vinculada ao desejo de vivência e tendência incestuosa, primitiva, em que a falta de limite e a busca da satisfação prazerosa imediata conduzem à intolerância de qualquer frustração, sentida como uma catástrofe similar à vivida na cisura do nascimento, e cuja revivência torna-se insuportável, pois pode levar à desorganização mental caso não haja imediata satisfação do desejo (COMPARATO; MONTEIRO, 2009, p. 67).

Na era contemporânea, na qual tudo pode ser mais rápido, este funcionamento inscreve na criança que a satisfação de seus desejos se dará somente pela via do atendimento imediato de seus pais. No entanto, é errôneo limitar a criança

à derivação de seus pais, visto que o pai e a mãe não são as coordenadas de tudo aquilo que o inconsciente envolve (DELEUZE, 2000). A criança precisará do espaço e do tempo necessários para encontrar recursos internos e lidar com o sofrimento e a frustração. Sobre isso, Dolto (2015) diz que o espaço de segurança é aquele deixado à sua liberdade e que a mãe investiu em palavras. Estas palavras assistem a criança no espaço da ausência do Outro, visto que sem o espaço do vazio, não há lugar para o desejo do sujeito. Para que um sujeito possa se constituir na linguagem, é fundamental a possibilidade de comunicar-se com o outro, mas também de não ter comunicação. É importante que haja visibilidade do mundo, mas também ocultar-se do mundo. O fato é que não há subjetividade sem ocultamento, assim como não há comunicação sem a possibilidade de não dizer (COMPARATO; MONTEIRO, 2009). É desta forma que a criança poderá simbolizar a realidade.

Observa-se que o totem infantil vem sendo construído a partir da mídia e dos recursos eletrônicos. Consequentemente, pode-se pensar que o que a palavra materna não inscreve passa a ser suprido pela lógica do consumo e do imediatismo. Não há mais tempo de decifração e compreensão. É o tempo da velocidade. Todavia, sabemos que, para que a linguagem produza seus efeitos de inscrição, é crucial que venha nomear o que afeta o corpo.

Lembro-me, também, do caso de outra menina, à época com quatro anos. Quando a recebo no contexto clínico, por volta de sua terceira sessão, ela, que falava muito pouco, aponta dúvidas à presença de um adulto que promove o brincar. Uma das queixas de seus pais é que a filha não desenvolvia uma brincadeira sem eles por perto. Então, se para a menina a brincadeira de um adulto é vista com estranhamento, em sua casa, este ato não era vivido pela via da simbolização, mas sim de forma mecânica. Para ela, se um brinquedo não falasse, não cantasse ou não “disse” como se brinca com ele, este não fazia nenhuma função. Neste sentido, Flesler (2012) sublinha que no desenvolvimento da criança, a brincadeira é produtora de um texto que vai recalando o próprio brincar e produzindo giros de cena. Em um contexto que considera o tempo da infância, apenas quando há jogo no plano simbólico é que haverá, depois, jogos de palavras.

No começo da vida, “as regras do jogo vêm do Outro. Muito cedo, o salvo-conduto para dar início a ele estará absolutamente nas mãos de quem aloja o recém-nascido. Dele depende o surgimento do primeiro jogo” (FLESLER, 2012 p. 93). No entanto, conforme Julien (2000), esta transmissão não está mais reservada apenas aos pais: o terceiro social intervém para garanti-la, controlá-la e completá-la. Entende-se como o terceiro social o papel de médicos, psicólogos, juízes – que, teoricamente, sabem o que é mais saudável e justo para a criança – e, também, os mecanismos de buscas virtuais – que podem encontrar respostas para qualquer pergunta. Esta transmissão também vem acontecendo por meio dos *youtubers*: personagens que parecem muito próximos à criança, que costumam ser estereotipados, que se encontram com as fantasias inconscientes infantis e que produzem identificações muito fixas (BERNARDINO, 2017). Com todos estes outros e os mais variados meios de se acessar as informações e ensinamentos sobre como proceder em qualquer situação, os pais passam a sustentar que o lugar para o seu conhecimento e suas vivências vem se tornando cada vez mais escasso.

Portanto, estamos diante de um paradoxo da infância, no qual, de um lado, a comunidade não toma responsabilidade pelo desenvolvimento e o cuidado com a criança e a rua não é mais palco da brincadeira e, de outro, temos uma geração de pais apresentando dificuldades em se apropriar da transmissão e inscrição de corpo e inconsciente aos seus filhos. Em tempos em que a maquinaria midiática e a lógica do capital vêm tomando este lugar, temos as crianças

e os jovens como vítimas mais vulneráveis a esta crise geral da atenção. Estes são convocados a se expressar sobre tudo e não se deter em nada. Não há tempo a perder e o espaço para o brincar se torna, logo, restrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há tempo a perder. Não há tempo digital a perder. Os efeitos das transformações referentes à subjetividade e à formação do inconsciente que se desenha pela via da linguagem são marcados, também, pelo círculo do social. O passatempo, o jogo e a brincadeira ocupam representações secundárias, devendo se contornar a supressão do tempo. Se na demanda contemporânea o objeto não falta na infância, sem ele não se faz metáfora, não há fantasia e não há mais o tempo subjetivo. Se o objeto não falta, não se abre o desejo e, por conseguinte, o sujeito não encontra o seu objeto. Ele passa, deste modo, a encontrar a angústia.

No decorrer desta escrita, apresentou-se diversos questionamentos a respeito da infância, seu lugar no mundo e a construção do brincar. Observou-se a importância do desejo do Outro na constituição de sujeito e o significado que quem faz as funções para o bebê opera quando há uma inscrição subjetiva de linguagem. Além disso, foi evidenciada a relevância do brincar na elaboração psíquica das vivências dolorosas na infância, inclusive quando o Outro primordial não se coloca como sua totalidade.

Entretanto, vivenciamos uma contemporaneidade que passa a exigir produtividade, agilidade, resposta ao sistema do consumo e do capital, utilização da automação, das máquinas e das ferramentas de busca on-line como os instrumentos singulares de construção de saber. A experiência humana, com suas falhas e faltas, ocupa um lugar de não lugar, que não tece transmissão e onde não se constrói respostas – por muitas vezes, não se levanta perguntas. A não totalidade do Outro primordial e a falta são preenchidas pelo enamoramento com a máquina.

Este estudo se propôs a produzir o movimento de interrogação acerca de algo que só poderá ser respondido a posteriori. As respostas poderão ser dadas apenas pelas construções do sujeito – objeto de estudo da psicanálise – que está em etapa de desenvolvimento e estruturação psíquica. Pela via do contexto clínico, podem-se perceber os pilares de fundação do desejo na criança e que este necessita de amparo para edificar-se e emergir na superfície. Uma superfície tão abarrotada de demandas sociais e demasiadas informações que provocam o apagamento da palavra. Por fim, entende-se que a devolução da criatividade e o protagonismo aos pais e/ou cuidadores poderá produzir na criança o fazer de seu próprio brincar.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. ¿Qué es un dispositivo? **Sociológica (México)**, v. 26, n. 73, p. 249-264, 2011.
- _____. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. [S.l.]: Editora Argos, 2009.
- AUGÉ, M. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papyrus, 1994.
- BERNARDINO, L. Da babá “catódica” aos duplos virtuais: os novos “outros” da infância contemporânea. In: BAPTISTA, A.; JERUSALINSKY, J. (Orgs.). **Intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais**. Salvador: Ágalma, 2017.
- BIRMAN, J. Tatuando o desamparo. In: CARDOSO, M. (Org.). **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, 2006.

COMPARATO, M.; MONTEIRO, D. **A criança na contemporaneidade e a psicanálise:** mentes e mídia: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

DELEUZE, G. **Crítica e clínica.** Lisboa: Século XXI, 2000.

DOLTO, F. **A imagem inconsciente do corpo.** São Paulo: Perspectiva, 2015.

_____. **As etapas decisivas da infância.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FLESLER, A. **A psicanálise de crianças e o lugar dos pais.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FORTES, Isabel. A psicanálise face ao hedonismo contemporâneo. **Revista Subjetividades**, v. 9, n. 4, p. 1123-1144, 2009.

FREUD, S. História de uma neurose infantil. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Psicopatologia da vida cotidiana.** São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

GARCIA-ROZA, L. **Acaso e repetição em psicanálise:** uma introdução à teoria das pulsões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GUTFREIND, C. **A infância através do espelho:** a criança no adulto, a literatura na psicanálise. Porto Alegre: Artmed, 2014.

HENRIOT, J. **Le jeu.** Paris: Synonyme – SOR, 1983.

HOYER, C. **A função paterna na instituição:** do individual ao coletivo. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens:** o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2017.

JERUSALINSKY, J. **A criação da criança:** brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê. Salvador: Ágalma, 2014.

_____. As crianças entre os laços familiares e as janelas virtuais. In: COLÓQUIO DE PSICANÁLISE COM CRIANÇAS, .3, 2014. **Anais.** Disponível em: <http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise_crianca/coloquio2014/images/Anais_IIIcoloquio_2014.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. **Enquanto o futuro não vem:** a psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês. Salvador: Ágalma, 2002.

_____. Que rede nos sustenta no balanço da web? O sujeito na era das relações virtuais. In: BAPTISTA, A.; JERUSALINSKY, J. (Orgs.). **Intoxicações eletrônicas:** o sujeito na era das relações virtuais. Salvador: Ágalma, 2017.

JORGE, M.A.C. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan:** vol. 1: as bases conceituais. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

JULIEN, P. **Abandonarás teu pai e tua mãe.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

KEHL, M.R. Imaginar e pensar. In: NOVAES, A. (Org.). **Rede imaginária.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

KLEIN, M. A psicanálise de crianças. **Obras completas de Melanie Klein.** Rio de Janeiro: Imago, 2007.

LACAN, J. RSI. In: SOCIEDADE FRANCESA DE PSICANÁLISE. **Ornicar?.** Paris: Le Graphe, 1975.

LEVIN, E. **Rumo a uma infância virtual?** A imagem corporal sem corpo. Petrópolis: Vozes, 2007.

O COMEÇO da vida. **Direção de Estella Renner.** Brasil, 2016. (97 min.).

PONTES, A. A constituição da infância na sociedade midiática: notas para compreensão de outro universo infantil. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 8, n. 17, 2017.

ROZA, E. S. **Quando brincar é dizer:** a experiência psicanalítica na infância. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

A ATUALIDADE DA POSIÇÃO ÉTICA PROPOSTA NOS PRIMÓRDIOS DA PSICANÁLISE À LUZ DO CASO DORA

THE PRESENT OF ETHICAL STANDPOINT PROPOSED IN THE PRIMORDIUMS OF PSYCHOANALYSIS IN LIGHT OF DORA CASE

Tatiane Regina Assis Sousa¹

Magali Milene Silva²

Resumo: Em *Estudos sobre a histeria*, ao apresentar a nova técnica de tratamento, Freud parte da afirmativa de que não pode asseverar uma felicidade ou cura, mas sim uma “infelicidade comum”. Como Freud propõe caracterizar o escopo de sua intervenção clínica, visto que a noção de cura é retirada de seu lugar tradicional de remoção do sintoma? Visamos a discutir a direção do tratamento analítico proposto por Freud a partir de dois pontos: a posição inaugural adotada em *Estudos sobre a histeria* e os impasses levantados pelo primeiro caso clínico publicado na psicanálise, intitulado caso Dora. Esse caso permite que Freud discuta a posição do analista frente às demandas trazidas em análise e o questionamento do ideal de eficácia como via de direção do tratamento. Posição que reverbera e assume forma na atualidade, tendo em vista o imediatismo das demandas contemporâneas de eliminação do mal-estar. O convite deixado por Freud, por outro lado, é de não recuar diante do trabalho constante a que o mal-estar nos convoca.

Palavras-chave: Infelicidade comum. Dora. Cura.

Abstract: In *Studies on hysteria*, when presenting the new technique of treatment Freud starts from the affirmative that he cannot assert happiness or cure, but rather a “common unhappiness”. How does Freud propose characterizing the scope of his clinic intervention, whereas the notion of cure is taken away from its typical place of symptom’s removal? We aim to discuss the direction of the analytic treatment proposed by Freud from two points: the inaugural position adopted in *Studies on hysteria* and the impasses raised by the first clinical case published in psychoanalysis, entitled *Dora case*. This case allows Freud to discuss the analyst’s position in front of the demands brought to analysis and the questioning of the efficacy’s ideal as a way of treatment direction. This position reverberates and takes shape in the actuality, owing to the immediacy of the contemporary demands for malaise elimination. The invitation left by Freud, on the other hand, is to not retreat in front of the constant effort to which the malaise calls us.

Keywords: Common unhappiness. Dora. Cure.

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Lavras – Unilavras; Lavras/MG. E-mail: souzatatiane161@gmail.com

² Doutora em Psicanálise pela UERJ, Mestre em Psicologia pela UFMG, graduada em Psicologia pela UFSJ; Lavras/MG. E-mail: magalimilene@gmail.com

1 A CLÍNICA DA HISTERIA E A SEMPRE ATUAL INVENÇÃO DA PSICANÁLISE

Os impasses colocados pela clínica são o fio condutor de Freud para a criação da psicanálise e para as elaborações que permeiam toda a sua obra. A inclinação de Freud em considerar a etiologia dos fenômenos histéricos faz com que ele percorra o método hipnótico proferido por Charcot, bem como o método catártico fundado por Breuer, para, a *posteriori*, prescindir de ambos os mecanismos de tratamento. Se a hipnose consistia, segundo Roudinesco e Plon (2000), em um estado alterado da consciência proporcionado por uma influência sugestiva de outro (médico), o método catártico de Breuer iria de encontro a esse, aplicando a hipnose não marcada pela sugestão, mas como meio de se conseguir a catarse por ab-reação. Nesse momento, Freud conjecturava que a hipnose não seria suficiente para a obtenção da gênese do fenômeno histérico, como também o desdobramento do progresso terapêutico.

O tratamento proposto por Breuer baseia-se na noção de que o psiquismo deve seu bom funcionamento à livre circulação de energia pelo aparelho psíquico. No entanto, eventos traumáticos poderiam provocar grande movimentação energética sem que essa energia pudesse circular e ser descarregada pelo aparelho, provocando retenção patógena de energia ligada a esse evento e mau funcionamento, culminando na formação de sintomas corporais provenientes do psíquico. A partir dessa concepção, Breuer cria o método catártico, cujo modelo consiste em fazer com que o paciente reviva o evento traumático que se ligou a uma representação assonante à consciência, sendo possível a eliminação dos traços mnêmicos patógenos por meio dessa técnica, através da circulação de energia retida pelo trauma. O modo como Breuer conduzia sua técnica ainda se via influenciado pela hipnose, tendo em vista que, para se chegar à ab-reação, esse mecanismo ainda se fazia necessário. Assim, o estado entre o sono e a sonolência proporcionado pela hipnose era o agente viabilizador da catarse e, por conseguinte, da descarga. (BREUER; FREUD, 1990a).

Em *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar* (1990b), ambos os médicos defendiam a ideia de que tal estado impossibilitava a elaboração associativa do conteúdo psíquico. Isso significa que o estado promovido pela hipnose destituía ligações com o estado normal da consciência, ocasionando, desse modo, a dissociação entre dois conteúdos, o conteúdo promovido pela hipnose e o conteúdo consciente. Ao perceber essas contradições entre dois estados psíquicos, Freud se questiona sobre qual razão sintomática haveria neste movimento, que impedia com que tais conteúdos chegassem até a consciência, apontando para uma espécie de força que resiste à elucidação do material “recalcado”, levando-o, então, a inferir sobre a fundamental importância da resistência para a etiologia do sintoma neurótico:

E visto que essa insistência exigia esforços de minha parte, e assim sugeria a ideia de que eu tinha de superar uma resistência, a situação conduziu-me de imediato à teoria de que, por meio de meu trabalho psíquico, eu tinha de superar uma força psíquica nos pacientes que se opunha a que as representações patogênicas se tornassem conscientes (fossem lembradas) (BREUER; FREUD, 1990a, p. 192).

A resistência observada em seus pacientes possuía uma interface direta com a gênese do sintoma. Apesar de o termo *defesa* ter sua primeira aparição em *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar*, é somente em *As neuropsicoses de defesa* que Freud decorre laborio-

samente sobre o estatuto que instaura o sintoma como defesa para o conflito. De acordo com Mezan (2011), Freud considera que o fato de essas resistências serem provenientes de uma ideia incompatível para a consciência faz com que, dessa maneira, tais mecanismos atuem negando essas ideias incompatíveis ao eu, proferindo, assim, as primeiras elaborações que se dirigem para a afirmativa do sintoma como égide. Esse mecanismo de defesa atua:

[...] sempre que a chegada de uma nova impressão da mesma espécie consegue uma ruptura na barreira erigida pela vontade, suprimindo a representação enfraquecida de um afeto renovado e restabelecendo provisoriamente o elo associativo entre os dois grupos psíquicos até que uma nova conversão estabeleça uma defesa (FREUD, 1990a, p. 28).

Pois bem, com as novas descobertas sobre a análise depurada de tais fenômenos, há algo nesse movimento conceitual que nos possibilita fazer algumas considerações face às produções percorridas por Freud até aqui. Se o sintoma é a defesa contra o conflito, é certo que, ao instituir isso, Freud rompe com o discurso médico vigente. Ao se valer dessas afirmativas, propõe uma interseção no modelo clínico psicoterápico de sua época, cuja concisão se comporta pela ordem do discurso da histórica em detrimento de um saber prévio da medicina, um modo de tratar o sintoma que podemos situar como subversivo ainda hoje.

Em *Cinco lições de psicanálise*, na segunda lição, Freud (1996) salienta algumas barreiras impostas à cura e enfatiza a razão resistente em que atuam. A natureza das reminiscências patogênicas demonstrava em sua práxis que havia algo que atuava de modo a resistir a todas as acepções do ego em decorrência ao trauma. Dessa forma, havia um movimento que impossibilitava que os conteúdos latentes fossem à superfície da consciência. Esse mecanismo, na neurose, Freud intitulou recalque, sendo uma resolução encontrada pelo eu para lidar com o conflito proveniente da ideia indesejada oriunda da cena inconsciente. Conduz, ainda, para a importância da resistência como defesa, pois confirma a existência de uma cena esquecida. Essa outra cena traria a gênese do sintoma histórico. Assim, uma das primeiras maneiras como o pai da psicanálise nomeia o inconsciente é outra cena (FREUD, 1996).

Freud critica também as teorias que consideram a histeria como efeito de degenerescências, tal como compreendidas por Pierre Janet e grande parte do círculo psiquiátrico francês de sua época (FREUD, 1996). O argumento defendido por Freud parece expressar uma insatisfação com o reducionismo conceitual do fenômeno histórico, propondo, com isso, um movimento contrário àquele articulado por Janet. Como, para o autor, nada havia de incapacidade na histeria, parece clara essa afirmativa quando Freud discorre sobre a personalidade intelectual de uma das pacientes de Breuer, Anna O., destacando-a como dotada de toda a capacidade intelectual e propondo a histeria como uma classe de sintoma seguramente regida pela lucidez (BREUER; FREUD, 1990a).

Nos artigos *As neuropsicoses de defesa* e *Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa*, Freud (1990a; 1990c), preconiza que o trauma é proveniente de uma representação insuportável para o paciente. Assim, na neurose, a representação incompatível ao eu é recalçada, operacionalizando a divisão da consciência e existindo, a partir daí, um deslocamento do afeto da representação investida. Haveria um deslocamento desse afeto no caso da histeria, em sua representação do corpo, e na neurose obsessiva, para a representação ideativa. No que concerne à psicose, essa representação é rejeitada pelo sujeito.

Isto é, o afeto é investido como se a representação não tivesse ocorrido, dando origem às alucinações e delírios. Logo, parte da realidade seria perdida juntamente com a representação. Freud (1990a) propõe ainda que esta discordância representativa ocorrida na gênese das neuropsicoses de defesa seria proveniente do trauma sexual.

No instante do trauma³, impossibilitado por sua precocidade sexual de dar livre fluxo aos afetos ou de representá-los no pensamento, adviria o mecanismo de recalque, cuja função é desvincular o afeto da ideia incompatível, enfraquecendo-a para a operação de torná-la inconsciente, a fim de deslocar o afeto para outra representação. O que poderia ocorrer na vida adulta são as vivências que provocam certa remissão ao evento traumático ocasionado em uma elevação da carga afetiva, acionando, com isso, um novo processo de deslocamento proveniente do recalque e direcionando o afeto para a formação do sintoma⁴. Essa premissa leva Freud a afirmar que “os histéricos sofrem principalmente de reminiscências” (BREUER; FREUD, 1990b, p. 22), uma vez que não são os eventos traumáticos em si que provocam o sintoma, mas as lembranças recordadas pelos pacientes na vida adulta. Dessa maneira, podemos inferir que, se o sintoma é efeito de um evento psíquico que desencadeou o trauma, o tratamento, nesse momento da obra freudiana, iria ao encontro da reorganização dos afetos, possibilitando que a representação traumática pudesse entrar em um movimento associativo e o afeto ser liberado.

Concebendo o sintoma dessa forma, o que seria uma direção para o tratamento que não a catarse e a ab-reação propostas por Breuer? *Em A psicoterapia da histeria* (BREUER; FREUD, 1990), Freud se coloca frente ao leitor como supostamente questionado por um de seus pacientes sobre a finalidade do tratamento psicanalítico. Uma vez que o sintoma é derivado do trauma e não haveria como modificá-lo, como tratar? Freud admite uma posição que intersecciona, novamente, o discurso da medicina, ao sustentar a réplica: “Mas você pode convencer-se de que haverá muito a ganhar se conseguirmos transformar seu sofrimento histérico em uma infelicidade comum” (BREUER; FREUD, 1990a, p. 217).

Faz-se pertinente pensar: qual seria, então, a proposta levantada por Freud quando este não alude a uma cura como direção do método psicanalítico, mas a uma “infelicidade comum”? Ademais, essa proposição iria ao encontro de uma pedagogia da aceitação? Revisitar esse momento da obra freudiana nos convida a discorrer sobre a posição que a psicanálise ocupa frente à noção de cura e, sobretudo, os efeitos que esta produz hoje.

2 AS PSICANÁLISES FREUDIANAS: UMA “PETITE HYSTÉRIE”

Utilizaremos o primeiro caso clínico publicado pelo pai da psicanálise intitulado *Fragmentos de análise de um caso de histeria* (1990b), para remontarmos, não conclusivamente, o caminho percorrido por Freud, questionando a noção de cura concebida pela medicina e as próprias possibilidades da técnica psicanalítica em seus primórdios.

O notoriamente conhecido caso Dora foi o primeiro a ser publicado por Freud e, por isso, é um dos mais elementares patrimônios da literatura psicanalítica. Freud demorou cerca de quatro anos para publicá-lo, sendo sua escrita datada de dezembro de 1900 e 1901. Sua importância estaria desde o início em demonstrar o destaque do método psicanalítico presente em *A interpretação dos sonhos* (FREUD, 1977), assim como a “revolução radical” (FREUD, 1996b,

ARTIGO

p. 9) ocorrida na nova técnica desde *Estudos sobre a histeria* (BREUER; FREUD, 1990a) com o advento da livre-associação e a hipótese da etiologia sexual dos fenômenos neuróticos e das fantasias inconscientes.

Dora, cujo verdadeiro nome é Ida Bauer, foi uma jovem burguesa, de origem judaica, filha de um industrial bem-sucedido, que, anteriormente à sua chegada a Freud, sofria de alguns sintomas neuróticos em sua infância e puberdade. Embora alguns sintomas desaparecessem com o seu crescimento, como o caso da dispneia, outros se mantiveram até sua adolescência. Seu pai já havia se tratado com Freud nutrindo por ele um forte reconhecimento pelos seus bons trabalhos prestados em relação a uma sífilis contraída quando mais jovem, antes do casamento com a mãe de Dora (ROUDINESCO; PLON, 2000).

Em virtude disso, Dora chegou a Freud por intermédio de seu pai quando tinha 18 anos, aceitando a proposta feita por este. Ao destinar Dora ao tratamento, o pai pediu a Freud: “Por favor, tente agora colocá-la no bom caminho” (FREUD, 1990b, p. 17). Nesse momento de seu percurso, Freud parece asseverar em seu ato a continuidade da posição ética proposta em *Estudos sobre a histeria* (BREUER; FREUD, 1990a), em que o propósito primeiro da psicanálise cursa sobre a sustentação da escuta e a fidedignidade do discurso do paciente, abstendo-se de qualquer juízo (FREUD, 1990b).

Cabe-nos reconhecer que, ao recusar as reivindicações colocadas pelo pai da jovem, Freud subverte uma ordem normalizadora. Isso equivale a dizer que não se tratava para ele de atender à demanda atravessada por um discurso normativo, mas de encontrar na palavra de Dora a única verdade possível. O autor parece certificar-se de tais inclinações ao indicar em *Sobre psicoterapia* (2017d) uma das limitações impostas à práxis analítica, acusando que “ela também não pode ser aplicada em pessoas que não se sintam impelidas à terapia por si próprias através de seu sofrimento, mas que se submetem a ela apenas por uma imposição de seus parentes” (FREUD, 2017d, p. 71-72).

Em *Intervenção sobre a transferência* (1998), Lacan inicia sua exposição no congresso de psicanalistas de língua românica com considerações tão preconizadas por Freud no caso Dora, e nos *Estudos sobre a histeria* (BREUER; FREUD, 1990a), de que a psicanálise se ocupa da dimensão do discurso, sendo sua finalidade última a verdade que fala através do sintoma. Faz-se pertinente corroborar os argumentos de Lacan ao apontar uma crítica sobre as ideias das propedêuticas naturalistas, do psicologismo e do ideal científico, que nos ensinaram a tratar as doenças psíquicas sob um ideal de eficácia que nada diz do que Freud tão honestamente buscou em sua obra, reconhecer e legitimar o estatuto da verdade presente no sintoma, sendo o único meio, segundo Lacan, em que o analista reconhece seu papel (LACAN, 1998).

Após a descoberta de uma carta deixada por Dora em sua escrivaninha, cujo conteúdo era de seu suicídio, seus pais a abordaram e ela manifestou um ataque de “perda da consciência” (FREUD, 1990b, p. 16) seguido de amnésia. Diante disso, o pai resolveu levá-la para os cuidados de Freud. A jovem começou por relatar seus incômodos em relação à mãe, que se ausentava de sua função de cuidado e atenção com seus filhos, uma vez que se dedicava, exclusivamente, à limpeza e organização exagerada de sua casa. Ela sofria do que Freud chamou de “psicose da dona de casa” (FREUD, 1990b, p. 14). Freud parece ater-se à tessitura fina do material endereçado por Dora aos seus pais, a anúnciação da jovem de que “não podia suportar mais a vida” (FREUD, 1990b, p. 16), tomando, para Freud, uma dimensão de discurso. A questão levantada

é: o que na vida a jovem não poderia suportar? Assim, Freud nos indica uma dimensão clínica importante, pois trata, simbolicamente, a ponderação sobre o suicídio, recusando-se a moralizá-lo.

Dora relata também sobre seu incômodo a respeito da sua relação com os pais. Em 1888, devido a uma tuberculose contraída pelo pai, Dora e sua família se mudaram para uma pequena cidade chamada Merano, localizada no interior da província de Bolzano (ROUDINESCO; PLON, 2000). Lá, eles passaram a conhecer os nomeados por Freud de Sr. e Sra. K. Como o pai de Dora caiu novamente enfermo, a família se viu amparada com a ajuda da Sra. K., que se mostrou benevolente ao auxiliar a família, dando início a uma relação de forte amizade entre ambas. O pai de Dora, devido aos cuidados dedicados da Sra. K., passou a ter por ela grande estima. Dora também se envolveu em uma relação íntima com a família, ajudando a Sra. K. e o Sr. K. nos cuidados de seus filhos e nutrindo por ambos grande amizade. As sessões de Dora mostram-na às voltas com suas moções infantis sendo laboriosamente resgatadas por Freud em decorrência do fenômeno da transferência definido pelo autor como reedições de fantasias infantis para a pessoa do médico (FREUD, 1990b). Dora relatou a Freud que possuía indubitável ideia de que seu pai e a Sra. K. possuíam um caso e que, de maneira discreta, sentia que o Sr. K. a apreciava amorosamente.

Ida Bauer narrou a Freud que, quando mais jovem, em vista do seu envolvimento com a família dos K., desde a enfermidade do pai, se via envolvida proximamente com os Srs. K. em várias circunstâncias, como, por exemplo, ajudando a Sra. K. nos cuidados de seus filhos na ausência do marido. Contou também que o Sr. K. parecia reconhecer o valor de sua amizade ao fazer questão de sua presença, presenteando-a e mandando-lhe flores sempre que possível. Certa ocasião, quando Dora possuía seus 14 anos, o Sr. K. a chamou para que o acompanhasse com sua esposa em um evento religioso e convenceu a esposa a ficar em casa, dispensando os empregados de sua loja para quando Dora chegasse. E então, tendenciosamente, a trouxe para diante de si e lhe roubou um beijo. Embora Dora tenha reagido com profunda rejeição, ela não denunciou os cortejos do Sr. K. e seguiu, mesmo que evitando estar sozinha com ele, a amizade e o envolvimento com a família.

Freud pontua nesse momento um trauma diante do sexual, uma vez que Dora, possivelmente, obteve grande carga de excitação sexual. Diante desse sentimento, Freud deixa clara a histeria manifestada por Dora ao realizar, segundo ele, uma inversão do afeto seguida de um deslocamento, produzindo, com isso, três sintomas: a repugnância, uma sensação de pressão na parte superior do corpo (Dora sentiu a excitação do Sr. K.) e a aversão a homens com conversas inclinadas sexualmente a uma mulher (FREUD, 1990b). Erick Laurent (2012) comenta feições importantes para situarmos a questão localizada por Freud, desde *Estudos sobre a histeria* (BREUER; FREUD, 1990a), do sintoma como efeito das dificuldades do encontro com o corpo sexual. A psicanálise aprendeu, durante seu desenvolvimento, a união das palavras e dos corpos através do sintoma. O sintoma vinha denunciar o que se furtava na sexualidade da histerica em sua representação de corpo (LAURENT, 2012). Assim, alguma coisa que ressoou no corpo de Dora fez com que esta obtivesse do sintoma uma resposta.

A jovem relatou que, desde muito tempo (antes da primeira cena), já desconfiava, e tinha razões para isso, de que seu pai mantinha um caso amoroso com a Sra. K. e que, mesmo sabendo desse segredo, a jovem ainda mantinha laços fortes de amizade com a família, optando por não delatar os cortejos do Sr. K. e

ARTIGO

nem sua suspeição do romance de seu pai com a Sra. K. Cuidadosamente, Freud interpreta essa narrativa como endereçamento a ele da pergunta: “Tudo isso é perfeitamente verdadeiro e correto, não é? Que quer o Sr. modificar agora que lhe contei?” (FREUD, 1990b, p. 22). Ele, então, comunicou a ela essa observação e discutiu os encadeamentos possíveis de ligação que recaíam sobre seu próprio relato. O que Freud parece aduzir desse momento é que houve, inexoravelmente, um processo de autocensura, conceito que será recolocado por Freud em uma das funções executadas pelo superego (CARDOSO, 2000), como modo de defesa instituída por Dora, escamoteando em seu discurso a posição assumida por ela na sustentação desse entrelaçamento. Ora, a pergunta colocada aqui por Freud é: o que faz com que Dora alimente e se torne cúmplice dessa relação? (FREUD, 1990b). Essas autocensuras se dariam em virtude de uma conexão interna, que iria ao encontro de um objeto de amor, o qual, nesse intervalo, parecia estar ligado a um amor proibido de Dora pelo Sr. K.

A segunda trama passa-se na cena do lago. A família dos K. possuía uma casa de verão nos Alpes, onde levavam para passear a família da jovem. Em um passeio com Dora à margem desse lago, o Sr. K. abordou-a com uma proposta romântica proferindo à jovem: “Sabe, não tenho nada com a minha mulher” (FREUD, 1990b, p. 62). Dora reagiu rapidamente com um tapa no rosto do Sr. K. afastando-se depressa dele. Após alguns dias, Dora relatou a seus pais o ocorrido exigindo que o pai rompesse sua amizade com os K. Quando o pai de Dora partiu para averiguar o ocorrido com o Sr. K., este negou tais acusações e apresentou o argumento de que ficara sabendo por intermédio de sua esposa que Dora estaria lendo romances de Montegazza que, como todos sabiam, possuíam conteúdos eróticos, e que só poderia ser dessa literatura que Dora havia extraído tal conteúdo. Inclinado a manter a proximidade com a Sra. K., o pai de Dora renunciou à verdade de sua filha apontando seu adoecimento. Surpreendida pela posição tomada pelo pai e seguida pelo ódio sentido pelo Sr. K., Dora caiu em sua neurose.

Freud tenta propor, em suas primeiras interpretações, que Dora talvez sofresse, assim como grande parte dos histéricos, de uma supressão das moções sexuais originadas, no caso, pelo ciúme edípico do pai em seu relacionamento com a Sra. K., recaindo sobre suas tendências amorosas pelo Sr. K. No entanto, haveria algo nessa relação quartanária, que Freud percebeu tardiamente, que se colocava frente ao enigma da sexualidade de Dora. A jovem nutria forte amizade pela Sra. K. Ambas eram confidentes e possuíam uma relação amistosa. Dora a descrevia com os mais profundos elogios: “Quando Dora falava sobre a Sra. K., costumava elogiar seu ‘adorável corpo alvo’ num tom mais apropriado a um amante do que a uma rival derrotada” (FREUD, 1990b, p. 39). Ora, a suposta amiga íntima de Dora havia lhe traído ao contar de suas experiências com a literatura erótica de Montegazza. Chega ao ponto nodal em que uma implicação se coloca a Freud: como não odiar a Sra. K., uma vez que esta havia traído a confiança de Dora? (FREUD, 1990b).

A propósito, Freud reconheceu em Dora um desejo homossexual. Desse modo, a sequência de pensamentos de que seu pai a trocara pela Sra. K. trazia em seu oposto a inveja de Dora em relação ao fato de a Sra. K. tê-la trocado pelo seu pai. Nas palavras do próprio autor: “Invejava o pai pelo amor da Sra. K. e que não perdoava à mulher amada a desilusão que ela lhe causara com sua traição” (FREUD, 1990b, p. 40). No entanto, Freud segue em outra direção utilizando o argumento de que tais moções deveriam ser avaliadas como comuns aos sintomas histéricos (FREUD, 1990b), não se havendo, aqui, com o

enigma da sexualidade expresso no sintoma de Dora. Talvez, Freud esbarrasse em questões pessoais, as quais o conduziram ao que ele mesmo interpretou como um erro, pois passou, inclusive, a considerar o desejo homossexual como componente constitutivo do desejo na histeria.

Parece-nos que transparece nessa interpretação as pretensões de Freud quanto a um objeto ideal para a sexualidade de Dora, pois o mau encontro com o sexual, que produziu a conversão em seu sintoma, teria um final adequado se a jovem reconhecesse no Sr. K. seu objeto de amor para Freud. Ao insistir nesse enredo, não consegue sustentar a transferência da jovem a tempo, ocasionando a interrupção da análise prematuramente. Coloca-se, neste momento, uma importante instância que nos cabe acusar: Dora conduziu Freud à criação de uma rede elementar da psicanálise encontrada na transferência, mas, ao mesmo tempo, assinalou a importância do cuidado no manejo desta.

A dificuldade de Freud no manejo da transferência nos assenta frente a noções oportunas. Estaria Freud guiado, inconscientemente, pelo pedido feito pelo pai de Dora: “colocá-la no bom caminho” (FREUD, 1990b, p. 17) quando este propõe uma resolução no aceitação do Sr. K. como objeto de amor e ideal heterossexual? De fato, Freud parece desfrutar de uma correlata admiração pelo Sr. Philipp Bauer quando este, por exemplo, elogia sua “inteligência e seus traços de caráter” (FREUD, 1990b, p. 13), bem como seu “talento bastante incomum” (FREUD, 1990b, p. 13), correspondendo, talvez, a uma identificação com o pai de Dora incorrendo na contratransferência, ao responder do lugar em que era colocado por sua paciente, inserindo suas posições particulares no tratamento. Assim, Freud infringe uma recomendação que ele próprio fará no artigo técnico intitulado *Caminhos da terapia psicanalítica* (2017a), de que o analista deve se abster de atender às demandas bem como de colocar suas questões pessoais no tratamento. Além disso, trata-se de considerar a sexualidade a partir do irreduzível, pois como Freud aponta em *Sobre psicanálise “selvagem”* (2017c), uma análise não visa a trazer à consciência os objetos de desejo recalcados, mas questionar o modo como o problema da satisfação se coloca para um sujeito, convidando a um reposicionamento. Ou seja, trata-se de convidar Dora a trabalhar sua posição de insatisfação.

A esse respeito, podemos subsumir que, quando Dora interrompe a análise e repete em transferência, vingando-se de Freud assim como queria vingar-se do Sr. K., ela indica, novamente, o ponto em que a transferência encontra seu limite, o que é reconhecido por Freud:

Mas fiquei surdo a essa primeira advertência, pensando haver tempo, de sobra, já que não se apresentavam outros estágios da transferência e ainda não se esgotara o material para análise. Assim, fui surpreendido pela transferência e, por causa desse “x” que me fazia lembrar-lhe o Sr. K., ela se vingou de mim como queria vingar-se dele, e me abandonou como se acreditara enganada e abandonada por ele (FREUD, 1990b, p. 74).

A condução do caso Dora muito demonstra, analogamente, o ponto no qual Freud não aduziu a tempo. Trata-se de não oferecer ao analisando o objeto para o qual ele aponta. Dessa maneira, não se trata de dar ao paciente um objeto último de seu desejo, dar a Dora o Sr. K. ou mesmo a senhora K., mas de colocá-la a trabalho a partir dos impasses da posição assumida por esta na sustentação dessa relação quartanária. Ou seja, teria sido pertinente indicar à Dora a repetição aí engendrada, inclusive com o analista.

ARTIGO

A realidade que Dora propagava marcava a posição subjetiva da jovem frente ao enigma da sua sexualidade. Lacan (1998) nos elucida um ponto equivalente, já levantado por Freud, de que, na cena do lago, onde ocorreu a proposta amorosa do Sr. K., o que Dora haveria de pensar é “se a Sra. K. não é nada para o Sr. K., o que o Sr. K. é para mim?” Dora caiu em adoecimento por perder seu lugar na posição desejante presente nessa relação. A análise interrompida por Dora não permitiu que Freud chegasse a essas possíveis construções. No entanto, é perceptível que, continuamente, durante o caso, ele esbarra com a questão: como Dora suportou durante todo esse tempo ser servida ao Sr. K. como moeda de troca, dizendo, talvez, de um reconhecimento de Freud sobre esse estado de coisas?

Quando ficava com o ânimo mais exasperado, impunha-se a ela a concepção de ter sido entregue ao Sr. K. como prêmio pela tolerância dele para com as relações entre sua mulher e o pai de Dora; e por trás da ternura desta pelo pai podia se pressentir sua fúria por ser usada dessa maneira. Noutras ocasiões, ela sabia muito bem que era culpada de exagero ao falar assim (FREUD, 1990b, p. 22).

Após o término da análise, Dora conseguiu, sob efeito da análise com Freud, fazer com que a Sra. K. confessasse seu romance com seu pai e que o Sr. K. confessasse também a cena no lago, rompendo com a amizade entre as famílias. Embora Dora tenha se casado e tido um filho, nunca conseguiu se livrar da aversão aos homens e de sua frigidez. O enigma de sua sexualidade continuou progredindo em conversões históricas durante toda sua vida até que ela sofresse de um câncer, levando-a ao seu falecimento (ROUDINESCO; PLON, 2000). Marco Antonio Coutinho Jorge (2017) também nos elucida noções acerca de um elemento universal presente na histeria quando pontua que a histérica representa o arcano do “objeto faltoso da pulsão” (JORGE, 2017, p. 11). Assim, ele destaca que a posição na qual a histeria se sustenta vai ao encontro da evasão e recusa à diferença sexual. Desse modo, o desejo é reconhecido como insatisfeito, sendo esse vetor o que o determina.

Trata-se de estabelecer o que na direção do tratamento analítico? Parece-nos que a preocupação de Freud durante a narrativa do caso era demonstrar ao leitor sua experiência psicanalítica; isto é, o caminho percorrido por ele ao detalhar a estrutura fina do material produzido por Dora (FREUD, 1990b). O movimento de Freud parece estar na tentativa de devolver à Dora a palavra. Igualmente, vale considerar um ato subversivo de Freud, visto que fazia frente a um discurso social, que recusava a palavra à mulher.

Faz-nos pertinente pensar: o que Freud nos indica ao fazer de uma “*petite hystérie*” (FREUD, 1990b, p. 16) a inauguração dos casos clínicos publicados por ele e em que medida seu malogro nos serve como direção? O que Freud parece ter expressado durante o percurso no caso Dora é uma tradução do inconsciente na palavra direta, que talvez implique um movimento de retificação próprio ao ato analítico.

Podemos considerar que Freud peca ao oferecer a Dora um objeto último à sua sexualidade. Na tentativa de oferecer a psicanálise um objeto ideal de eficácia, estaríamos indo em direção contrária à indicação talvez proposta por Freud quando este publica um caso sobre seu erro? Em *Análise terminável e interminável* (1990), o autor recomenda que a “experiência analítica ensinou-nos que o melhor é sempre inimigo do bom e que, em todas as fases do restabe-

lecimento do paciente, temos de lutar contra sua inércia, que está pronta a se contentar com uma solução incompleta” (FREUD, 1990, p. 147).

Freud (2017a) afirma que a psicanálise deveria se cursar na *Entbehrung*, em abstinência, indicando que o psicanalista deverá se ater à obstinação de não ceder às forças substitutivas dos desejos não realizados depositados sobre o tratamento. Desse modo, ele aponta uma crítica importante para melhor nos situarmos a esse respeito. Quando o analista cede ao erro de cair na demanda trazida pelo paciente, imputando em seu ato a busca pela satisfação indubitável em correspondência a uma expectativa do paciente depositada sobre ele, o analista comete “o mesmo erro econômico” (FREUD, 2017a, p. 197) presente nos modelos práticos criticados por Freud. Assim, a corajosa publicação de um caso malogrado aponta a importância de a escuta analítica voltar-se para o modo como um desejo se articula e não meramente aos objetos que o veiculam. A repetição em transferência é a via mesma para que a interpretação analítica possa alcançar esse ponto, convidando a um reposicionamento diante do problema da satisfação.

O neurótico apresenta-se dividido pelas resistências (FREUD, 1996b). Ora, a análise deveria fragmentar e unificar os sintomas, para, através dessa superação das resistências, produzir novas ligações (FREUD, 1996b). No entanto, Freud localiza dois elementos que se colocam em dissensão ao que deve ser superado em uma análise. O primeiro concerne à tendência do analisando em criar lugares para si em seu sintoma. Assim, sua capacidade de deslocamento da libido sobre as mais variadas vias de satisfações substitutivas conserva em seu conteúdo fragmentos que se repetem em novas substituições. O segundo diz respeito às reedições de moções infantis promovidas pela transferência. Dessa forma, o analisando busca presentificar no tratamento “todas as privações que lhe foram impostas” (FREUD, 1996b, p. 103) colocando a análise novamente sobre o plano da repetição e substituição no sintoma. O autor salienta que o analista, em certa medida, deve ceder a esse lugar de reedições. Todavia, talvez o cuidado deva ser tomado para que não se tomem enfoques excessivos. E, ainda, que o analista deva seguir um caminho “para o qual não exista modelo na vida real” (FREUD, 1996c, p. 104). Isto é, comunicar ao paciente sobre a esfera falseada das fantasias remontadas depositadas sobre esse lugar de investimento, assegurando-se que o paciente saiba que esse seria um obstáculo a ser atravessado na análise, a fim de que o conteúdo fosse então elaborado possibilitando novas ligações (FREUD, 1996c).

Do ponto de vista econômico, o paciente vai preferir repetir em ação ao invés de se lembrar (FREUD, 2017b, p. 158). No texto *A questão da análise leiga: conversas com uma pessoa imparcial* (2017), o ouvinte imparcial dirige a Freud a seguinte pergunta: “E se eu tiver tomado todos esses cuidados na interpretação, o que acontece depois?” (FREUD, 2017, p.251) Freud responde: “Aí, o senhor está determinado a fazer uma descoberta para a qual o senhor não está preparado” (FREUD, 2017, p.251). O ouvinte imparcial rebate com a pergunta: “E qual seria?” (FREUD, 2017, p.251) Freud responde:

Que o senhor se enganou na avaliação do paciente, que o senhor não pode contar com a ajuda e a submissão dele, que está disposto a colocar todos os empecilhos possíveis no caminho do trabalho conjunto, resumindo: que ele não quer se curar (FREUD, 2017, p. 251).

Já se sabe que a cura para o criador da psicanálise estaria inexoravelmente destituída do valor conferido pela medicina de remoção do sintoma, muito embora o autor não tenha, no decorrer de sua obra, o explicitado de maneira propriamente conceitual (PERON; DUNKER, 2002). Compartilhamos

ARTIGO

da posição assumida por Peron e Dunker (2002) quando estes defendem a ideia de que não devemos cair no erro de julgar a obra freudiana como um todo “unitário, coeso e uniforme” (PERON; DUNKER, 2002, p. 10), tendo em vista que a própria noção de cura se encontra sobre diferentes formas na medida em que esta adquire corpo em seu contexto na obra. Assim, ao tentarmos definir univocamente o que seria a cura para a psicanálise, estaríamos “tentando medicalizar a psicanálise, forçando-a a critérios de apreensão e avaliação” (PERON; DUNKER, 2002, p. 2).

Para balizar essas direções, tomamos como ponto de partida as primeiras constatações freudianas sobre o tema. Vimos, em *Estudos sobre a histeria* (BREUER; FREUD, 1990a), que, por meio das descobertas da hipnose, da catarse e da ab-reação, buscava-se um fragmento de memória, o qual permitisse que o paciente rememorasse o trauma que ocasionou a neurose, podendo, a partir daí, livrar-se da ideia conflituosa, que originou o sintoma histérico. Um segundo apontamento que encontramos na análise desses autores cursa pela conciliação do ego inibidor sobre o conteúdo sexual através da aceitação da resistência (PERON; DUNKER, 2002). Por isso, onde os afetos estavam bloqueados, o ego deveria então liberá-los (PERON; DUNKER, 2002). Em *Fragmento da análise de um caso de histeria* (1990b), o que Freud parecia propor como direção do tratamento cursava sobre a superação das resistências e a elaboração do conteúdo inconsciente recalcado, para, só então, poder advir o desejo como forma de aceitação das pulsões sexuais.

Cabe-nos acusar que a noção de cura tida no início da obra freudiana, possivelmente, demonstra as limitações frente à aplicação da técnica psicanalítica, tendo em vista que objetivava as vias do sentido promovidas pelo ego. Em *Construções em análise* (1996a) e *Análise terminável e interminável* (1990), um dos últimos textos publicados pelo autor, a psicanálise tomaria outros rumos. O reconhecimento de Freud de que a interpretação seria apenas um fragmento de manejo do analista, com as construções agora retomadas com destaque na clínica, assim como a destituição da primazia do ego como núcleo da direção da cura analítica, sendo este agora tratado como um obstáculo insuperável na análise (PERON; DUNKER, 2002), expressa uma psicanálise distanciada de qualquer tentativa de dar sentido a um ideal favoravelmente analisável como direção.

Para nos ajudar a pensar a atualidade da questão ética tratada por Freud, Christian Dunker (2014), em seu artigo dedicado a uma crítica epistêmica à assunção tão amplamente difundida pela psicologia e psiquiatria no Manual de Transtornos Psicológicos (DSM V), nos coloca frente a feições importantes de que ocorre, na esfera contemporânea, uma supressão individual dos diversos discursos presentes no mal-estar, no sofrimento e no sintoma. Essa lógica é vastamente demonstrada nos modelos psicoterápicos vigentes, cujo escopo vislumbra uma saída pragmática para a resolução, ou a cura, culminando na “patologização” das formas de sofrimento.

Assim, o sintoma aparece como objetivado, devendo ser, então, erradicado mediante um conjunto de procedimentos, que repetimos mecanicamente sobre a primazia de um imaginário de melhoramento satisfatório. As racionalidades pragmática e instrumental, herdadas do idealismo americano de Caplan sobre uma espécie de “cienticismo ideológico” (DUNKER, 2014, p. 11), operam uma corrente desde seu princípio higienista, a-teórica e descritiva, tendo como consequência a exoneração do sujeito. Assumindo enfoques preocupantes que correspondem, nas palavras do próprio autor, a um “limite entre o moral e o patológico, entre a ação restrita do transtorno e suas consequências, habilita deserções do sujeito diante de seu sofrimento” (DUNKER, 2014, p. 18).

O que parece haver no âmbito da saúde mental hoje é uma mercantilização do sofrimento psíquico. O que nos chama a atenção é a contemporaneidade da questão promovida por Freud desde *Estudos sobre a histeria* (BREUER; FREUD, 1990a), tendo apontado a inquietação provocada ao se falar do sintoma histérico dos séculos XIX e XX, o que, surpreendentemente, reverbera e assume forma no cenário psíquico atual. O desconforto promovido por essa temática é compreensível, uma vez que levanta implicações como: quais discursos representam atualmente o estatuto padronizador que Freud buscou prescindir desde os primórdios de sua obra?

Em *Por que a psicanálise?* Roudinesco (1999) entende as demandas de tratamento contemporâneas como uma espécie de estratégia de normalização em contrapartida a um litígio presente nessa própria lógica psiquiátrica e psicofarmacológica (ROUDINESCO, 1999, p. 4). Podemos pensar que a recusa do mal-estar presente nos sintomas histéricos marcados pelas conversões, na época de Freud, se transmuta hoje em sua estrutura discursiva como a valorização da farmacologia e da psicoterapia breve, cuja proposta é a “recuperação da liberdade” e a emancipação do sujeito frente ao mal-estar. A lógica é: loucos são medicamentados e causam menos impropriedade, e os deprimidos ou pacientes nervosos são agora devidamente tranquilizados pelos ansiolíticos e antidepressivos, solucionando o mais rápido possível o sofrimento psíquico.

Ocorre um erro operacional nessa nova lógica diagnóstica. A psicofarmacologia e as terapias breves desfrutam do discurso de aplicabilidade e eficácia. No entanto, a questão que se coloca para nós é: em que medida se espera uma cura sobre essas vias (qual a posição do sujeito contemporâneo que a demanda?) e de que modo a psiquiatria e as psicoterapias breves se sustentam argumentativamente, já que não parece haver a diminuição do mal-estar, mas seu reposicionamento num lugar mais adequado socialmente? Roudinesco (1999) aponta que “o inconsciente ressurgiu através do corpo, opondo uma forte resistência às disciplinas e às práticas que visam a repeli-lo” (ROUDINESCO, 1999, p. 5), analogamente, à época de Freud, a algo que retorna e causa recusa. Parece-nos que a única afirmativa que podemos aludir a respeito do axioma cura na obra freudiana é que “não é um estado negativo do mal-estar nem um conjunto de condições objetiváveis ao qual se alcança como uma meta” (PERON; DUNKER, 2002, p. 2).

O interesse da psicanálise pode se colocar aqui em contrapartida ao que Roudinesco (1999) chamou de “a violência da calma” (ROUDINESCO, 1999, p. 4), recusando-se a edificar um saber sobre aquilo que escapa à representação. Inteirar que há um isso (sujeito do inconsciente), o qual faz furo, é também resistir às lógicas que buscam produzir saberes sobre um ideal de verdade. Afinal, trata-se de curar o quê?

Isto posto, o que devemos extrair dessas reflexões é que cabe ao analista a recusa dos caminhos ideais da demanda. Assim sendo, atrelar o manejo da transferência a qualquer discurso objetivado seria habilitar dissensões do sujeito frente à questão que lhe é fundamental, portanto, é necessariamente no ponto onde a demanda não se basta que é enviado ao sujeito seu estatuto desejante. Diretriz que o caso Dora muito demonstra, pois, ao publicar o seu erro, Freud convoca o analista a sustentar em seu horizonte a exoneração das relações saber/poder que recaem sobre o tratamento, ao apoiar um ato cujo compromisso se pauta na articulação do desejo sendo, por excelência, o irreduzível que se inscreve no movimento de uma análise.

NOTAS

³ Em 1896, no artigo Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa, Freud diferencia o trauma histérico do trauma obsessivo, propondo que, na histeria, o trauma é da ordem de uma sedução sofrida na infância, para a qual não houve reação, permanecendo o sujeito na passividade. Já na neurose obsessiva, o trauma seria decorrente de atividades sexuais desempenhadas pelo sujeito em tenra idade, pelas quais ele não se recriminou, donde os sintomas retornarem como autorrecriminações obsessivas. Essa experiência ativa, no entanto, ocorreria posteriormente a uma experiência de passividade, a uma sedução sofrida. Na paranoia, algo semelhante à neurose obsessiva aconteceria. Todavia, as autorrecriminações não realizadas na infância retornariam ao sujeito, por projeção, vindas de fora (alucinatoriamente).

⁴ No artigo A etiologia da histeria (1896), Freud esclarece que a primeira lembrança que aparece nem sempre é a cena traumática. Às vezes, ela é apenas um elo na associação de pensamentos, que conduzirá ao evento traumático, formando uma complexa rede de associações. Tais associações, entretanto, conduzem, invariavelmente, à etiologia sexual.

REFERÊNCIAS

BREUER, J.; FREUD, S. A psicoterapia da histeria (1895). In: _____. **Estudos sobre a histeria** (1893-1895). Rio de Janeiro: Imago, 1990. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. II.

_____. Estudos sobre a histeria (1895). In: _____. **Estudos sobre a histeria** (1893-1895). Rio de Janeiro: Imago, 1990a. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. II.

_____. Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar (1893). In: _____. **Estudos sobre a histeria** (1893-1895). Rio de Janeiro: Imago, 1990b. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. II.

CARDOSO, M. O superego: em busca de uma nova abordagem. **Rev. Latino-am. Psicop. Fund.**, São Paulo, v. 3, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142000000200026>. Acesso em: 15 abr. 2018.

DUNKER, C. Questões entre a psicanálise e o DSM. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 47, n. 87, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352014000200006>. Acesso em: 27 abr. 2018.

FREUD, S. **A interpretação dos sonhos** (1900). Rio de Janeiro: Imago, 1977. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. IV.

_____. A questão da análise leiga: conversas com uma pessoa imparcial (1926). In: _____. **Fundamentos da clínica psicanalítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. Col. Obras incompletas de Sigmund Freud.

_____. Análise terminável e interminável (1937). In: _____. **Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos** (1937-1939). Rio de Janeiro: Imago, 1990. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XXIII.

_____. As neuropsicoses de defesa (1894). In: _____. **Primeiras publicações psicanalíticas** (1893-1899). Rio de Janeiro: Imago, 1990a. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. III.

_____. A etiologia da histeria (1896). In: _____. **Primeiras publicações psicanalíticas** (1893-1899). Rio de Janeiro: Imago, 1990a. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. III.

_____. Caminhos da terapia psicanalítica (1919[1918]). In: _____. **Fundamentos da clínica psicanalítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017a. Col. Obras incompletas de Sigmund Freud.

_____. **Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos** (1910[1909]). Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XI.

_____. Construções em análise (1937). In: _____. **Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos** (1937-1939). Rio de Janeiro: Imago, 1996a. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XXIII.

_____. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905[1901]). In: _____. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre a sexualidade, e outros trabalhos** (1901-1905). Rio de Janeiro: Imago, 1990b. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. VII.

_____. Lembrar, repetir e perlaborar (1914). In: _____. **Fundamentos da clínica psicanalítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017b. Col. Obras incompletas de Sigmund Freud.

_____. Linhas de progresso na terapia psicanalítica (1919[1918]). In: _____. **Uma neurose infantil e outros trabalhos** (1917-1918). Rio de Janeiro: Imago, 1996b. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XVII.

_____. Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa (1896). In: _____. **Primeiras publicações psicanalíticas** (1893-1899). Rio de Janeiro: Imago, 1990c. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. III.

_____. Observações sobre o amor transferencial (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III) (1915[1914]). In: _____. **O caso Schreber, Artigos sobre a técnica e outros trabalhos** (1911-1913). Rio de Janeiro: Imago, 1996c. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XII.

_____. Sobre psicanálise “selvagem” (1910). In: _____. **Fundamentos da clínica psicanalítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017c. Col. Obras incompletas de Sigmund Freud.

_____. Sobre psicoterapia (1905[1904]). In: _____. **Fundamentos da clínica psicanalítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017d. Col. Obras incompletas de Sigmund Freud.

JORGE, M.A.C. A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização? **Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142017000200307&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 23 abr. 2018.

LACAN, J. Intervenção sobre a transferência (1951). In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LAURENT, E. Falar com seu sintoma, falar com seu corpo. In: ENCONTRO AMERICANO DE PSICANÁLISE DA ORIENTAÇÃO LACANIANA – ENAPOL, .6, [S.l.], 2012. **Textos do VI Enapol**. Disponível em: <<http://www.enapol.com/pt/Textos.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

MEZAN, R. **Freud: a trama dos conceitos**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

PERON, P.R.; DUNKER, C.I.L. Usos e sentidos da cura na psicanálise de Freud. **Percurso: Revista de Psicanálise**, v. 15, p. 83-90, 2002. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/chrisdunker/files/1873/10126/2002++Usos+e+Sentidos+da+Cura+na+Psican%C3%A1lise+de+Freud+Chris+%26+Paula+-+Percurso.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

ROUDINESCO, E. **Por que a psicanálise?** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Agradecimentos: PIBIC/CNPq

TOTUMCALMUM: A CONDIÇÃO DE EXÍLIO DA ESCRITA¹

TOTUMCALMUM: THE CONDITION OF EXILE OF WRITING

Edson Luiz André de Sousa ²

Resumo: Este ensaio considera as seguintes interrogações: o que é um autor? Em que condições uma autoria pode legitimar-se? E em que medida a experiência do inconsciente pode reposicionar a clássica pergunta sobre a autoria? Considerando o ato de escrever, que instaura no sujeito uma necessária condição de exílio, percebe-se a pertinência da ideia de um apagamento do lugar/sujeito para que o lugar/autor possa advir. Esse autor se fundaria na medida em que cumpre a função de instaurador de discursividade (Michel Foucault). Entre outros exemplos, o presente artigo revisita o trabalho do poeta T.S. Eliot, que trouxe muitas luzes a esta discussão.

Palavras-chave: Inconsciente. Escrita. Exílio. Ato criativo. T.S. Eliot.

¹ Este texto é uma versão ampliada e modificada de um artigo intitulado "O inconsciente e as condições de uma autoria" publicado na Revista de Psicologia da USP, v. 10, n. 1, 1999. Uma outra versão deste texto deu origem a um capítulo do livro organizado por Giovanna Bartucci: *Psicanálise, literatura e estéticas da subjetivação*. Imago: Rio de Janeiro, 2001.

² Psicanalista. Professor Titular do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e Professor do PPG de Psicanálise: Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da UFRGS. Doutorado e PósDoutorado na Universidade de Paris VII. Pós-Doutorado na EHESS (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales em Paris). Analista membro da APPOA. Autor entre outros do livro "Uma invenção da utopia" (Lumme Editor, SP), Freud – Ciência, arte e política (LPM) em co- -autoria com Paulo Endo. E-mail: edsonlasousa@uol.com.br

Abstract: *This essay considers the following interrogations: What is an author? In what conditions can an authorship be legitimate? Under what measures can the experience of the unconscious reformulate the classic question about authorship? Considering the act of writing that sets up in the subject a necessary condition of exile, it is noticed the relevance of the idea of a deletion of the place/subject so that the place/author can come. This particular author would be based along the accomplishment of his/her functions as a speech setter (Michel Foucault). Amongst other examples, the current article revisits the work of the poet T.S. Elliot that brought much enlightenment to this discussion.*

Keywords: *Unconscious. Writing. Exile. Creative act. T.S. Eliot.*

"Tomar a obra literária por um efeito em lugar de tratá-la como origem absoluta, considerá-la como o reflexo, o resultado, o traço do autor equivale a considerá-la uma ruína, um resto, um resíduo, como nascida de um fracasso."³

Jean Bellemin-Noël

Neste ano de 2019, estou passando uma temporada em Limerick na Irlanda como pesquisador visitante junto ao Ralahine Center of Utopian Studies na Universidade de Limerick e tendo a chance de habitar estas terras que geraram tantos escritores que só conseguiram construir suas obras literárias no exílio. Entre eles podemos mencionar Samuel Beckett, Oscar Wilde, James Joyce. Cada um deles viveu uma situação específica em relação à sua condição de

exilado. Contudo, o que talvez possa haver de comum a estas experiências diz respeito aos caminhos que se abrem em toda experiência de escrita, quando esta coloca em pauta nossa condição estrutural de exilados, sempre que tentamos situar nosso lugar de sujeitos ao escrever. Iniciei, portanto, minha reflexão com James Joyce.

Finnegans Wake de James Joyce indica a quem se aventura em sua leitura nossa condição de exilados do texto. Falar em exílio implica evidentemente pensar em uma familiaridade perdida, a qual perseguimos, com nossos escritos e com nossas leituras. Buscamos, então, recuperar o que supomos ter sido. Por vezes, se nossa determinação nos sustenta o suficiente nesta busca, podemos experienciar o encontro surpreendente com tudo aquilo que a escrita vem antecipar do que supomos ser.

Anos atrás tive o prazer de encontrar Donald Schüler, tradutor para nossa língua do *Finnegans Wake* de James Joyce. Estávamos num encontro de psicanálise esperando a hora do início de uma mesa redonda na qual participaríamos. Ele mostrava para mim vários fragmentos de sua tradução e lia de forma empolgada trechos da versão para o português. Sua voz, o ritmo da leitura, as pausas, as respirações, o próprio movimento do corpo, tudo parecia brotar das determinações mesmas do escrito. A leitura se configurava, para mim, como interpretação teatral. Como estava em mãos com o primeiro volume de sua tradução, disse-lhe de forma despreziosa: “Agora, que está tudo calmo, posso te pedir uma dedicatória no livro?”. Ele parou, pegou o exemplar em suas mãos e passou a folhear o livro em silêncio. Fiquei pensando o que estaria procurando. De repente, parou numa determinada página e me apontou uma passagem de Joyce onde estava escrito: “Totumcalmum”⁴. Esse encontro indica o quanto a escrita pode produzir uma sensação de antecipação para o leitor, e que poderíamos, quem sabe, traduzir por “já estava escrito aquilo que falei”. Encontrar-se com esse “texto já escrito” revela ao sujeito sua condição de efeito de uma língua que o precede. Evidentemente, poder encontrar-se, como leitor, com estas palavras que são “nossas” e do Outro nos reposiciona diante de nossas falas e escritos. O “tudo calmo” adquiriu para mim outro sentido: o silêncio, o estado de repouso, a morte, o ponto de equilíbrio, o descanso... O leitor pode encontrar e recuperar a condição de exílio, de *unheimlich* que seus atos de fala, por ventura, podem produzir. Não é este movimento que a psicanálise vem produzir com o ato analítico e seus efeitos de interpretação?

Muito frequentemente somos confrontados com uma experiência radical em nossas vidas no momento em que nos colocamos na posição de leitor dos escritos que produzimos. O estranhamento que eventualmente podem causar nossas produções indica o desequilíbrio do “eu”, que a experiência do inconsciente, desde a formulação freudiana, vem demonstrando de forma sistemática. A interrogação sobre a autoria nos reenvia necessariamente a uma reflexão sobre os determinantes das condições de uma enunciação exigindo uma teorização das relações entre sujeito e história.

Outra pergunta que se impõe quando transitamos neste campo diz respeito à pergunta sobre a obra. Tentar encontrar respostas à indagação “o que é uma obra?” possibilita ampliar a problematização sobre a autoria. O que legitima uma produção como obra está num ponto de encontro, marcado por uma certa invisibilidade, entre o ato do autor e o efeito discursivo que tal ato produzirá na cultura. Estas interrogações “O que é um autor?” e “O que é uma obra?” abrem-nos muitos caminhos nem sempre convergentes. Michel Foucault, numa brilhante conferência feita na Sociedade Francesa de Filosofia em 1969, discor-

re amplamente sobre este tema e apresenta algumas teses que muito nos ajudam em nosso percurso. Foucault situa historicamente essas noções mostrando que a função autor não se exerce de forma universal e constante sobre todos os discursos. Diz ainda que “a palavra *obra* e a unidade que ela designa são provavelmente tão problemáticas como a individualidade do autor”⁵.

Outro pensador que tem se dedicado muito a este tema é o artista e poeta francês René Passeron⁶. Em um de seus livros, *La naissance d'Icare. Éléments de poïétique générale*, ele desenvolve uma análise apaixonante da relação entre autor e obra a partir do conceito de *poïética*⁷. Para Passeron é preciso sobretudo sublinhar, no processo de criação da obra, o que ele nomeia como “conduta produtiva”⁸. As três características específicas desta conduta produtiva seriam:

- a produção de um objeto singular, ou seja, um protótipo;
- a produção de um objeto com o estatuto de uma pseudopessoa;
- uma produção que compromete seu autor.

De uma forma ou de outra a psicanálise sempre está confrontada com estas perguntas: “O que é um texto?”; “Como se constitui um autor?”; “Quais as fronteiras, em todas suas figurações possíveis – zonas de passagens, territórios de silêncios, limites intransponíveis – entre aquele que escreve e o sujeito-autor deste ato, entre o escrito e evidentemente o leitor suposto? Trazer algumas respostas a estas interrogações implica necessariamente discorrer sobre a noção de sujeito para a psicanálise e sua relação com a linguagem. Partiremos da hipótese de que todo o ato de escritura verdadeiro, ou seja, um escrito que produz um sujeito, implica uma certa condição de exílio daquele que enfrenta o desafio do escrever. A tensão que se cria é justamente que há uma diferença importante entre aquele que se põe a escrever e o sujeito que este escrito produz. Este exílio não é sem consequências, pois como nos lembra Dominique Laporte é frequente que o escritor experimente um risco corporal. Esta expressão em nosso idioma adquire um matiz bastante peculiar, pois à ideia de perigo se associa um elemento gráfico do desenho.

O risco corporal é imediato, pois não há nada que garanta que o golpe do estilo – podemos pensar também em estilete, pois é esta a origem da palavra estilo – não escorregará do corpo da língua a minha própria carne envenenada pela palavra, pela letra ou frase destinadas a um Outro excessivamente familiar.⁹

Laporte vai, por conseguinte, pensar que a inibição à escrita é na verdade consequência direta de uma excessiva familiaridade com a língua, ou para seguirmos a lógica de nosso pensamento, uma impossibilidade de instaurar para o sujeito um lugar de exílio. Muitos escritores nos testemunham desta necessidade de se colocar em uma posição de estrangeiro para que neste intervalo criado entre o familiar da língua e o desconhecido de um sujeito produzido pelo texto, um estilo possa se constituir¹⁰. Sobre este tópico sempre me impressionou muito a leitura de um livro do escritor francês Georges Perec chamado *La disparition*¹¹. O leitor se surpreende atônito, aturdido, incrédulo ao saber, no final da narrativa de 312 páginas, que o desaparecimento em questão é a letra E do texto. Os que têm a mínima familiaridade com o francês podem ter a exata dimensão do que isto significa. O mais extraordinário é o fato de o leitor francês poder chegar a essa revelação sem a mínima desconfiança desta falta, o que indica um lugar novamente de estranho ao que é mais usual.

Ainda dentro dessa perspectiva do risco corporal, vale lembrar uma hipótese de Foucault, importantíssima para situarmos o nascimento da função autor.

Os textos, os livros, os discursos começaram efetivamente a ter autores (outros que não personagens míticas ou figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores.¹²

É essa transgressão, portanto, que indica uma responsabilidade, um novo lugar deste autor. O que durante muito tempo podia ser apresentado e recebido num anonimato, pois, como diz Foucault, a sua “antiguidade, verdadeira ou suposta, era uma garantia suficiente”, hoje não se consegue abordar um texto sem nos perguntarmos sobre o autor, pois “o anonimato literário não nos é suportável”¹³.

A psicanálise interroga de forma radical esta ilusão de autonomia do ego, esta aparente certeza de sua identidade para mostrar as determinações constitutivas de um sujeito a partir de uma exterioridade. Jacques Lacan vai traduzir estas teses produzidas por Freud, mostrando como este sujeito inflado narcisicamente é na verdade efeito do significante. Há, então, uma alienação constitutiva tão bem demonstrada no famoso texto, a saber, *O Estádio do espelho como formador da função do eu*¹⁴ de Lacan, que indica que é neste intervalo/movimento de “um ao outro” que temos que deduzir um sujeito. Os poetas sabem muito bem disto, pois nada melhor do que a experiência da escritura para reatualizar estas teses psicanalíticas.

Poderíamos pensar que uma das funções da escritura seria de manter vivo este intervalo, de velar por esta alteridade necessária em nossa relação com a linguagem. O apagamento dessa alteridade teria como consequência um empobrecimento da experiência, empobrecimento este anunciado por Walter Benjamin, há algumas décadas, como a tragédia do homem contemporâneo. Muitos escritos podem vir a cumprir uma função de resistência. Resistência em dois sentidos: resistem à pasteurização da experiência e resistem também ao leitor, obrigando-o a um esforço de encontrar para si um outro lugar discursivo.

Quando pensamos no que transmite um texto, percebemos que fundamentalmente o essencial é a lógica de sua construção, ou seja, seu estilo. É aqui que o texto/poema e o visual/pintura se interseccionam, pois como nos lembra Shitao, pintor chinês do início do século XVIII, a pintura constitui o sentido mesmo do poema, enquanto o poema é a iluminação que pulsa no coração da pintura.

Podemos então pensar no famoso adágio freudiano, *Wo Es War, soll Ich Werden*¹⁵, propondo uma pequena alteração: *onde o Isso era, o estilo deve advir*. Cabe ao leitor recuperar este esforço do escritor, no sentido de que leitura implica interpretação, ou seja, dedução de um sujeito da enunciação. Estaríamos diante da imagem de um leitor que no seu ato de leitura – experiência tão individual – nos evoca a perda que o escritor sofreu para que a escritura pudesse surgir. Talvez seja por isso que Vermeer, pintor holandês do século XVII, colocava suas mulheres leitoras diante de uma janela: evocação do fora/dentro, presente/ausente, possível/impossível, do silêncio do olhar/ruído do mundo com que a escritura nos interpela. Não existe, portanto, continuidade linear entre o sujeito que produz e a obra produzida. “O texto é aquilo pelo qual o homem ‘difere’, diferente e diferido, indefinidamente – a escritura é alteridade (lição de Proust) e autonomia (lição de Valéry)”¹⁶.

Como evocamos a questão do escrito a partir da ideia de exílio, gostaria de lembrar um fragmento poético de Waly Salomão, cujos escritos nos surpreendem pela irreverência, estranheza e lucidez. Num de seus escritos intitulado “Poema Jet-lagged” podemos ler: “Escrever é se vingar da perda...”¹⁷. Tentaremos trazer algumas reflexões sobre esta ideia principalmente pela tensão paradoxal que tal enunciado produz, pois ao mesmo tempo que uma escritura retém de certa forma o tempo, ela só é possível se estivermos dispostos a suportar este lugar de ausência produzido pelo ato de escritura.

Depois de ler o poema de Salomão, lembrei de três situações que experienciei e que, penso, podem trazer alguma luz sobre esta relação autor/obra. A primeira foi no Museu de Arte da Filadélfia, que fui visitar para poder ver especialmente *O grande vidro*, de Marcel Duchamp, e também sua última obra, que levou mais de 30 anos para ser finalizada e que ele nomeou *Etant donné*. Minha emoção e pressa eram tantas que, num primeiro momento, não detive meu olhar em nenhum outro trabalho. Depois de algum tempo junto às obras de Duchamp, fui fazer um breve percurso no museu e me surpreendi com as pinturas e desenhos em grandes dimensões de um artista norte-americano chamado Cy Twombly¹⁸. Suas pinturas lembravam garatujas de crianças que ensaiam seus primeiros traçados. Por vezes se via algumas palavras, mas escritas como se fossem de uma criança que se inicia na escrita. Não deveríamos pensar estes trabalhos como um ato de escritura? Como uma representação possível desta experiência de iniciação na escrita? O método de trabalho de Twombly legitima ainda mais estas hipóteses, pois o artista se impõe certas regras de trabalho no intuito de recuperar o que poderia ter sido este momento inicial de encontro com a escrita. Como ele obtém este resultado? Tentando instaurar, no gesto mesmo que inscreve o traço, esta dimensão da perda, de um certo apagamento da consciência, numa tentativa de minimizar o peso do que chamamos nosso controle egóico. Este artifício – pois trata-se aí evidentemente de um artifício – é obtido acordando, por exemplo, de madrugada e no escuro de seu atelier registrando tímidos traços na tela. Esta dualidade do claro/escuro, visível/invisível, permite-nos pensar no movimento de ausência/presença, movimento este que é como sabemos condição de possibilidade de qualquer escritura. Roland Barthes se interessou muito pela pintura de Twombly. Ele propôs o termo *texto gráfico*, para caracterizar a pintura deste artista. Barthes chama a nossa atenção para esta dimensão do gesto. Nos diz Barthes:

Twombly diz à sua maneira que a essência da escritura não é nem uma forma nem um uso, mas simplesmente um gesto, o gesto que a produz deixando-a acontecer como um rascunho, uma sujeira, uma negligência [...] Como se da escritura, ato erótico forte, não restasse que a fadiga amorosa.¹⁹

Passemos à segunda situação. Acontece novamente num museu, o British Museum de Londres, onde podemos ver a famosa Pedra de Roseta. Como sabemos, foi a partir dela que Jean-François Champollion começou a decifrar os hieróglifos egípcios. A pergunta que surgia era justamente saber como tinha sido possível este ato de decifrar pelo simples confronto do pequeno parágrafo escrito em hieróglifo com as respectivas traduções em grego e a escritura demótica que era a escrita egípcia de uso comum. O texto gravado na pedra tinha 14 linhas em hieróglifo, 32 em escrita demótica e 54 em grego. O método de Champollion interessa-nos particularmente, pois o essencial é que haja uma operação de perda, de queda do sentido, de busca de uma invariante no nível do

traço para que uma leitura pudesse ser possível. Como sabemos, Champollion vai encontrar este elemento no nome próprio – elemento que serviu de apoio na passagem de uma língua à outra justamente por serem intraduzíveis. É a partir do nome de Cleópatra que ele começa a deduzir uma chave de leitura dos signos presentes no texto.

A terceira situação é um caso clínico cuja apresentação foi feita pelo Dr. Jean Bergès no serviço para atendimento de crianças que ele dirigia no Hospital Saint-Anne, em Paris, que teve a chance de frequentar durante alguns anos. Tratava-se de uma menina de nove anos, com uma inteligência bem acima da média, mas que era incapaz de ler e de escrever. Ao ouvir o relato desta menina, de sua relação com as letras do alfabeto e as palavras, pude entender o que Bergès sempre insistia em seus seminários, ou seja, que o obstáculo à escrita e também à leitura, por parte de uma criança, se deve à irrupção do imaginário no simbólico, ou seja, uma certa fascinação pela imagem associada à letra. Esta menina, por exemplo, tinha uma história para cada letra do alfabeto e era justamente por um excesso de sentido que se encontrava impedida de ler e escrever. São estas imagens que barram para ela o acesso à letra. Bergès lembra-nos, num artigo intitulado “Leitura e Escrita Literal”²⁰, que, na escritura, a letra nada mais é do que desejo recalcado. Dito de outra forma, para que seja possível esta operação de acesso à possibilidade da escrita, é necessário que possa se constituir na criança este movimento de presença e ausência, que permite que um lugar de falta possa ser instaurado, como uma presença sob o fundo de ausência. É este o lugar do objeto *a*, que Lacan nomeou como o objeto causa de desejo. O acesso à escritura só é possível nesta operação de recalçamento do desejo que, como sabemos, funda a possibilidade da lei. Escrever para a criança nada mais é do que jogar com a ausência. É com os primeiros atos de escritura que a criança aprende a contornar esta ausência.

De certa forma, podemos pensar esta ausência como algo da ordem de uma pausa, de uma zona de silêncio. E estes silêncios não são menos eloquentes que muitos discursos e têm sua função e seu interesse numa trama discursiva qualquer. Para lembrar brevemente dois escritores que deram um lugar privilegiado a esta inscrição “do que falta”, “do espaço branco”, “do silêncio” poderíamos lembrar os concertos “silenciosos” de John Cage²¹, e o trabalho de tradução de fragmentos da Bíblia por Haroldo de Campos²², onde fez questão de “traduzir” as respirações, os espaços de pausa, do texto em hebraico. Ele indica na tradução, através de alguns signos, o tempo das pausas, quase como numa partitura, como se fosse possível traduzir também o tempo e o ritmo da leitura.

O ato de escritura e o próprio escrito surgem justamente neste espaço produzido pela experiência de um certo descentramento do autor na sua relação com a linguagem. Um poeta que vem interrogar – com seus poemas – o lugar do autor, a função do escrito, a relação do escrito com a tradição e a história, e também a responsabilidade do leitor, é Thomas Stearns Eliot. Ele inaugurou um novo tempo na escritura poética depois da publicação de seu célebre poema *The waste land*, em 1922, traduzido para nossa língua por Ivan Junqueira como *A Terra desolada*²³. Este poema junto com *Ulisses*²⁴, de James Joyce, vai fazer época e influenciar toda uma geração de poetas e escritores.

Eliot, com este poema, indica-nos o impasse do homem contemporâneo que se seduz com a ideia de poder prescindir da história. O poema evoca algumas consequências da cultura do narcisismo e do delírio de autonomia, temas tão presentes em nosso tempo. Uma das grandes polêmicas em torno de *The*

waste land dizia respeito à forma particular de fazer uso de citações como método de escritura. Eliot recolheu fragmentos de muitos textos para compor seu poema. Por vezes ele recolhe frases inteiras, por vezes uma ou duas palavras. Em alguns momentos, indica para o leitor a referência, em outros não faz nenhuma menção, deixando ao leitor este trabalho de investigação.

Podemos dizer que este ato segue um pouco a mesma direção de Marcel Duchamp com seus *ready-mades*. A aparente repetição de um elemento nos revela, contudo, sua diferença, pois o elemento em questão não é, em estrito senso, o mesmo por causa de seu deslocamento. Isto é válido tanto para o objeto de Duchamp, como para os versos “transplantados” de Eliot.

Em muitos momentos, Eliot modifica ligeiramente os versos de que ele se apropria. Nós podemos pensar aqui nos “*ready-mades* ajudados” (*ready-mades aidés*), como, por exemplo, as intervenções de Duchamp sobre certos objetos (o bigode desenhado numa reprodução da *Monalisa* de Leonardo Da Vinci, para citar uma delas).

Se alguns tentaram denunciar o método de Eliot, acusando-o de uma carência de criatividade e de inspiração, outros sublinharam que era justamente a repetição conduzida à sua potência máxima que constituía a inovação deste poema. Alguns críticos chegaram a falar de “corrupção do poético”. Evidentemente, estas críticas não puderam perceber aquilo que havia de singularmente novo no processo de Eliot, que longe de ser uma corrupção era, ao contrário, a irrupção de um novo pensamento poético.

Encontramos já alguns traços deste uso da história da literatura, como fonte de escritura poética, no clássico ensaio de Eliot *A tradição e o talento individual*, de 1919. Iremos indicar duas ideias principais. Primeiramente, Eliot insiste no fato de que todo poeta deve escrever com a consciência de seu passado. Eliot enuncia, neste princípio, uma responsabilidade e até mesmo uma ética do ato poético. Outro ponto bem central diz respeito à questão da emoção e da escritura. Eliot sustenta que a poesia não deve ser a expressão de uma emoção pessoal, mas que ela deve tocar um conjunto de experiências que não são necessariamente as do poeta em questão. Ele busca consequentemente uma poesia marcada por um traço de “impessoal”.

Esta interrogação sobre o impessoal vai nos interessar muito, em nossa reflexão sobre o necessário exílio daquele que escreve. O que seria esta procura do impessoal? Eliot combatia a “subjetividade” tão preciosa, por exemplo, para os poetas românticos cujas fontes maiores sempre foram as sensações experimentadas e as emoções pessoais. De uma certa forma, a escritura como testemunha de um vivido íntimo e único faz resistência à sua maneira de ver o poético.

Eliot procurou introduzir uma poética do impessoal. Assim, acentuou a função do poeta como puro efeito de discurso, como uma espécie de porta-voz de uma época. O problema da citação está no centro desta questão. Como nos lembra Maud Ellmann²⁵, esta teoria do impessoal tem uma longa genealogia, mas Eliot foi o responsável pelo reaparecimento destas ideias em nosso século. Ezra Pound também utilizou este procedimento em seus *Cantos*²⁶, pois ele tenta barrar a mão do autor com as proliferações de citações e referências diversas.

Deduzimos daí um colocar em questão a “superpotência” do ego do escritor. Este aspecto nos permite ver com clareza a contemporaneidade e afinidade destes métodos com o procedimento psicanalítico. Se lembrarmos uma frase

de Stéphane Mallarmé, “Diante do papel o artista se faz”²⁷, seríamos tentados a dizer que, com Eliot, ele se “desfaz”. Eliot procurava se opor ao individualismo dos românticos. Para que não se confunda os elementos em questão, vale ressaltar que este movimento de apagamento do sujeito não implica o apagamento da função da autoria: “O que é que esta regra do desaparecimento do escritor ou do autor permite descobrir? Permite descobrir o jogo da função do autor”²⁸.

Este “impessoal” representava para Eliot o movimento de se esvaziar de suas vivências mais íntimas. Esta atitude permitiria ao poeta ocupar um lugar bastante singular, pois ele poderia servir de espelho para sua época. Evidentemente não podemos falar de um método de recalçamento do “pessoal” em sentido estrito. Trata-se, sobretudo, da articulação deste “pessoal” com uma tradição que o ultrapassa. Eliot sustenta a ideia de que o poeta deve servir de catalisador da experiência de seu tempo, recolhendo estes elementos em diversas fontes. De certa forma, com seu *The waste land*, ele procurou esboçar o que ele nomeava como “a mente da Europa”.

Nesta perspectiva, podemos dizer que o verdadeiro poeta, para Eliot, é aquele que sabe escutar o seu tempo. Podemos deduzir daí como a subjetividade – este mundo de opiniões – pode se constituir como obstáculo. Somos tão agarrados à nossa imagem, aos nossos preconceitos, ao nosso cotidiano, às nossas opiniões, que nada mais fazemos do que as repetir com insistência. Mas, se há um movimento de queda/apagamento deste sujeito em nossa escuta do mundo, é ao escrever que poderemos reencontrar o “particular” de um estilo e a produção de um novo sujeito. Toda esta reflexão inaugurada por Eliot vem interrogar o lugar do autor. Dito de outra forma, suas proposições tentam indicar um outro lugar possível e desejável para o autor e, conseqüentemente, para o escritor, liberando assim o poema de seu narcisismo.

Este narcisismo faria resistência à tradição. De certa forma, Eliot sofre de reminiscências no nível de sua escritura. É com seu *The waste land* que uma tradição esquecida ressurgiu. Maud Ellmann se refere à afirmação de Freud onde diz que “as históricas sofrem de reminiscências”²⁹, para dizer que *The waste land* é o mais histórico dos textos.

De alguma forma, Eliot ilustra com este poema a necessária condição de exílio de quem escreve, e o escrito que surge como testemunho desta condição. A lógica de seu método aponta-nos este movimento de descentramento subjetivo necessário à produção de um novo sujeito do texto. Vemos, por consequência, a demonstração de uma das teses lacanianas, inspiradas no texto freudiano, de que devemos pensar o sujeito como efeito do significante³⁰. Este autor teria que ser pensado como ficção, que vem cumprir sua função na medida em que instaura uma discursividade³¹. Esta autoria conseqüentemente implica uma multiplicidade de eus. Este eu exilado é muitas vezes tomado no lugar de um resto e mantido cuidadosamente à distância, já que sua voz vem sempre interrogar o fracasso de nossas posições imaginárias. Um desenvolvimento bastante esclarecedor sobre este tema, e que nos permite visitar essas ideias com novos elementos, pode ser encontrado no livro de Ana Maria Costa *A ficção do si mesmo*:

O “eu” se situa como uma ficção construída no lugar de um dejetivo corporal, que necessita do reconhecimento do outro para que se torne algo possível de compartilhar. É a partir dessa necessidade que se instaura na cultura a temática do engano ou da verdade, orientadora de todo um pensamento situado desde a metafísica até a hermenêutica, na busca da in-

terpretação. Se a psicanálise possibilita um estatuto de verdade à ficção, é desde que ela desloca a questão da verdade para o ato enunciativo.³²

São estes movimentos que procurei pontuar em minha reflexão, lembrando Joyce, Twombly, Champollion e Eliot, entre outros que mencionei. Suas obras testemunham com muita precisão esta operação de descentramento tão magnificamente desenvolvida por Severo Sarduy em seu livro³³ sobre o Barroco. Ele mostra esta passagem da lógica circular copernicana, onde impera a ideia de um centro, para a cosmologia barroca, ilustrada pela descoberta de Kepler do movimento em elipse que o planeta Marte faz em torno do Sol. A elipse desorganiza o campo de um único centro como organizador do espaço. Foi por isso que Kepler, depois de anos de observação, ao constatar este movimento procurou, num primeiro momento, negar o que tinha visto, tão fortes eram “as conotações teológicas e a autoridade icônica do círculo, forma natural e perfeita”. Poderíamos então dizer que este novo sujeito vai exigir do espectador/leitor um verdadeiro trabalho de leitura, pois somente suportando este desequilíbrio, esta ameaça de queda e de perda, que talvez possamos encontrar um lugar para nós nestas obras.

NOTAS

³ BELLEMIN-NOËL, Jean. *Psicanálise e literatura*. São Paulo: Cultrix, 1983. p. 78.

⁴ “The headboddylwacher of the chempel of Isid, Totumcalmum, saith” e que Donald Schüler traduziu como: “O chupadovigiachefe de Chapelizod, Tod-ankalm-Amém, disse”. JOYCE, James. *Finnegans Wake / Finnicius revém*. São Paulo: Atelier Editorial, 1999. p. 76.

⁵ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* [S.l.]: Passagens, 1992.

⁶ René Passeron dirige a revista francesa *Recherches Poïétiques*. Publicou inúmeros livros dos quais podemos destacar: *L’oeuvre picturale et les fonctions de l’apparence* (Paris: Vrin, 1986), *Histoire de la peinture surréaliste* (Paris: Le livre de Poche, 1968); *Pour une philosophie de la création* (Paris: Klincksieck, 1989), *La naissance d’Icare – éléments de poïétique générale* (Paris : ae2cg éditions, 1996).

⁷ O conceito de poïética deriva do radical grego poïen (fazer). Este conceito foi recuperado muito recentemente graças ao trabalho do poeta francês Paul Valéry. Ver “Primeira aula do Curso de Poïética” in: VALÉRY, Paul. *Variedades*. São Paulo: Iluminuras, 1999. Remeto o leitor igualmente ao texto de René Passeron “Por uma poïanálise” in: *Psicanálise e ato criativo – Correio da APPOA*, Porto Alegre, ano IX, n. 78, p. 12-17, abr. 2000.

⁸ PASSERON, René. *La naissance d’Icare: éléments de poïétique générale*. [S.l.]: ae2cg éditions, 1996. p. 32.

⁹ LAPORTE, Dominique. “Après-coup”. *Le discours psychanalytique. Écritures Manantes: questions sur le desir d’écrire*, Paris, ano IV, n. 4, dez. 1984.

¹⁰ SOUSA, E.L. *Exil et style. Le style. Le trimestre psychanalytique*, Paris, Association Freudienne Internationale, n. 3, 1992.

¹¹ PEREC, Georges. *La disparition*. Paris: Gallimard, 1969.

¹² FOUCAULT, 1992, p. 47.

¹³ FOUCAULT, 1992, p. 50.

¹⁴ LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

¹⁵ FREUD, Sigmund. *Novas conferências introdutórias à psicanálise. Lição 31*. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

¹⁶ BELLEMIN-NOËL, 1983, p. 77.

¹⁷ SALOMÃO, Waly. *Algaravias*. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 33.

- ¹⁸ Algumas pinturas de Cy Twombly foram mostradas na XXIV Bienal de São Paulo, 1998.
- ¹⁹ BARTHES, Roland. *Le degré zero de l'écriture*. Paris: Seuil, 1953.
- ²⁰ BERGES, Jean. *Lecture et écriture littérales*. La PSYCHANALYSE DE L'ENFANT – Revue de l'Association Freudienne Internationale, Paris, n. 3/4, 1987.
- ²¹ CAGE, John. *De segunda a um ano: novas conferências e escritos de John Cage*. Tradução de Rogério Duprat. São Paulo: Hucitec, 1985.
- ²² CAMPOS, Haroldo. *Bere'shith: a cena da origem*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- ²³ ELIOT, Thomas Stearns. *Poesia*. Tradução de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ²⁴ JOYCE, James. *Ulisses*. Tradução de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- ²⁵ ELMANN, Maud. *The poetics of impersonality: T.S. Eliot and Ezra Pound*. Brighton: The Harvester Press, 1987.
- ²⁶ POUND, Ezra. *Os cantos*. Tradução de José Lino Grunewald. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- ²⁷ MALLARMÉ, Stéphane. *Poesie*. Paris: Flammarion, 1975.
- ²⁸ FOUCAULT, 1992, p. 80.
- ²⁹ FREUD, Sigmund. *Estudos sobre a histeria*. In: _____. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 2, p. 13-379.
- ³⁰ LACAN, Jacques. *A subversão do sujeito e a dialética do desejo*. In: _____. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 814.
- ³¹ FOUCAULT, 1992, p. 59.
- ³² COSTA, Ana Maria. *A ficção do si mesmo: interpretação e ato em psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud Editora, 1998.
- ³³ SARDUY, Severo. *Barroco*. Paris: Seuil, 1975. p. 87.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. **Le degré zéro de l'écriture**. Paris: Seuil, 1953.
- BARTUCCI, G. **Psicanálise, literatura e estéticas da subjetivação**. Imago: Rio de Janeiro, 2001.
- BELLEMIN-NOËL, J. **Psicanálise e literatura**. São Paulo: Cultrix, 1983.
- BERGES, J. *Lecture et écriture littérales*. **La Psychanalyse de l'Enfant – Revue de l'Association Freudienne Internationale**, Paris, n. 3/4, 1987.
- CAGE, J. **De segunda a um ano: novas conferências e escritos de John Cage**. Tradução de Rogério Duprat. São Paulo: Hucitec, 1985.
- CAMPOS, H. **Bere'shith: a cena da origem**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- COSTA, A. M. **A ficção do si mesmo: interpretação e ato em psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud Editora, 1998.
- ELIOT, T. S. **Poesia**. Tradução de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ELMANN, M. **The poetics of impersonality: T.S. Eliot and Ezra Pound**. Brighton: The Harvester Press, 1987.
- FOUCAULT, M. **O que é um autor?** [S.l.]: Passagens, 1992.
- FREUD, S. *Estudos sobre a histeria*. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 2.
- _____. *Novas conferências introdutórias à psicanálise*. Lição 31. In: _____. **Edição**

- Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- JOYCE, J. **Finnegans Wake / Finnicius revém.** São Paulo: Atelier Editorial, 1999.
- _____. **Ulisses.** Tradução de Antônio Houaiss. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LACAN, J. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LAPORTE, D. "Après-coup". **Le discours psychanalytique.** Écritures Manantes: Questions sur le désir d'écrire, Paris, ano IV, n. 4, dez. 1984.
- MALLARMÉ, S. **Poesie.** Paris: Flammarion, 1975.
- PASSERON, R. **Histoire de la peinture surrealiste.** Paris: Le Livre de Poche, 1968.
- _____. **La naissance d'Icare: Éléments de Poïétique Générale.** [S.l.]: ae2cg éditions, 1996.
- _____. **Oeuvre picturale et le foncions de l'apparence.** Paris: Vrin, 1962.
- _____. Por uma poianálise. In: **Psicanálise e ato criativo – Correio da APPOA,** Porto Alegre, ano IX, n. 78, p. 12-17, abr. 2000.
- _____. **Pour une philosophie de la creation.** Paris: Klincksieck, 1989.
- PEREC, G. **La disparition.** Paris: Gallimard, 1969.
- POUND, E. **Os cantos.** Tradução de José Lino Grunewald. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- SALOMÃO, W. **Algaravias.** São Paulo: Editora 34, 1996.
- SARDUY, S. **Barroco.** Paris: Seuil, 1975.
- SOUSA, E. L. Exil et style. **Le style.** Le trimestre psychanalytique, Paris, Association Freudienne Internationale, n. 3, 1992.
- VALÉRY, P. **Variedades.** São Paulo: Iluminuras, 1999.

TEXTURAS PSÍQUICAS, ESPAÇO POTENCIAL E A ESCRITA EM TRAVESSIA: ALGUMAS NOTAS PARA PENSAR OS FLUXOS DA PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

PSYCHIC TEXTURES, POTENTIAL SPACE AND THE WRITING
IN CROSSING: SOME ASPECTS TO REFLECT ON THE
STREAMS OF CONTEMPORARY PSYCHOANALYSIS

Renata Lisboa¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo debruçar-se sobre as relações entre as texturas psíquicas que aparecem nas expressões do sujeito e o espaço potencial winnicottiano, o qual faz expandir uma escrita em travessia, com base no conceito de experiência concebido por Winnicott. O que se imprime numa escrita da experiência vivida na dimensão clínica e compreendida à luz da dinâmica de uma travessia, consigo e com o outro, da noção de paradoxo, interessa a autora como possibilidade de formular novas perguntas e de propor novas tesituras a partir desse entrejogo da ilusão, das texturas psíquicas e do sonhar, com o que o mundo tem a oferecer e com o que pode tomar forma na realidade compartilhada, transformando-se num escrito, considerando os fluxos da psicanálise contemporânea.

Palavras-chave: Texturas psíquicas. Espaço potencial. Escrita em travessia. Experiência.

Abstract: This paper aims to drown into the relations between the psychic textures that appear in the expressions of the subject and the potential space by Winnicott which leads to expand a writing in crossing, based on the concept of experience conceived by Winnicott. What is imprinted in a writing of the experience lived in the clinical dimension and understood in the light of the dynamic of a crossing, by oneself and with the other, of the notion of paradox, interests the author as the possibility to formulate new questions and to propose new ranges from that interplay of illusion, psychic textures and dreaming of what the world has to offer and that can take shape in shared reality, becoming a writing, considering the streams of contemporary psychoanalysis.

Keywords: *Psychic textures. Potential space. Writing in crossing. Experience.*

Seria a vida uma concentração de texturas? Ou expansão? Seriam os sujeitos o efeito e a dinâmica paradoxal dessa concentração, que também é expansão? Como pensar a constituição psíquica do sujeito à luz dessas perspectivas?

¹ Psicanalista. Mestre em Psicologia Social e Institucional - UFRGS. Doutora em Letras - PUCRS. Pós-Doutoranda do PPG em Psicanálise: Clínica e Cultura - UFRGS. Membro do LAPPAP - Laboratório de Pesquisa em Psicanálise, Arte e Política - UFRGS. Coordenadora do Seminário de Escrita em Psicanálise - Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Coordenadora do Grupo de Estudos de Winnicott: a clínica, o pensamento e a técnica - Instituto Wilfred Bion. E-mail: relisboa7@hotmail.com

Escrever abre um espaço para fazermos novas perguntas, outros questionamentos. A escrita vem, em geral, acompanhada da possibilidade de fazer circular um pensamento e também uma emoção. Esse pequeno texto traz consigo algumas breves perguntas e algumas emoções, que se abrem e que pretendem movimentar reflexões, com o objetivo de operar uma certa transmissão. Tais reflexões se fundam em pontos da experiência clínica e de pensamento da analista que se ancoram num determinado tempo. Mas qual tempo?

Gostaria de colocar acento no tempo da metamorfose, que é sempre tempo da experiência, tempo kairológico, que é tempo do acontecimento. Esse tempo do acontecimento, que é sempre instigante, porque é misterioso, inspira e tem como referência, neste texto, o tempo da travessia rosiana, por exemplo, especialmente na obra *Grande sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa. Num interessante diálogo entre Riobaldo e Diadorim, em que ele narra ao Doutor, o protagonista nos brinda com esse belo trecho:

Diadorim, e quando cuidava aqui sozinho estivesse, cantarolava, fio que com boa voz. Mas, próximo da gente, nunca que ele queria. A ver que também fiquei sabendo que os outros não consideravam naqueles versos de Siruiz a beleza que eu achava. Nem de Diadorim, mesmo. — “Você tem saudade de seu tempo de menino Riobaldo?” — ele me perguntou, quando eu estava explicando o que era o meu sentir².

O que carregamos dentro de nós, não sabemos ao certo. Explicar o que é o sentir configura-se como uma atividade difícil, porque é dotada de sofisticação, porque é complexo esse exercício de tentar dizer, tentar se fazer entender, mas nunca conseguir dizer tudo. Essa afirmação se justifica, visto que essa tentativa de acessar aquilo que se sente não é algo dado, tampouco simples, mas sim, construído; é talvez uma das nuances mais importantes, protagonizadas tanto por quem tem a coragem de fazer a travessia de um percurso analítico, como por quem testemunha esse processo desde a posição de uma escuta, que no meu modo de ver, é sempre uma escuta da experiência. Essa reflexão me possibilitou lembrar de um texto do ensaísta e poeta mexicano Octavio Paz, ao discorrer sobre o que é poesia, considerando a ideia da dificuldade e da complexidade que consiste em explicar o que sentimos:

Os jovens leem versos para melhor expressar ou para conhecer seus sentimentos, como se só no poema as nebulosas, pressentidas feições do amor, do heroísmo ou da sensualidade pudessem ser vistas com nitidez. Cada leitor procura alguma coisa no poema. E não é nada estranho que a encontre: já a tinha dentro de si³.

Como podemos nos fazer entender sobre aquilo que se passa conosco? Como podemos encontrar aquilo que procuramos?

A literatura e a poesia situam um fluxo, o correr das águas psíquicas, essa imbricação do dizível e do indizível. Nesse diálogo com a psicanálise, uma textura emerge. O rio que corre dentro de nós se atualiza na transferência com a/o analista, porém, tal atualização também acontece na leitura de um poema, de um romance, de um texto épico, no encontro com uma obra de arte, ou seja, trata-se da transicionalidade, que “[...] abre campo ao processo de tornar-se capaz de aceitar diferença e similaridade”⁴. A textura que emerge, com um matiz psíquico espesso, possibilita refletir sobre a manifestação de um espaço, baseado em combinações de tons, os quais, definem uma dada superfície, um plano,

que não é nem dentro, nem tampouco fora. Essa manifestação vai ampliando, por diferença e similitude, o que sentimos e como vemos o mundo. Isso é vivido no espaço potencial, uma área intermediária da experiência que tanto separa quanto aproxima e que permite que o tempo da criação e o tempo da experiência tenham lugar e ganhem forma e sentido. Segundo Winnicott:

Minha reivindicação é a de que, se existe necessidade desse enunciado duplo, há também a de um triplo: a terceira parte da vida de um ser humano, parte que não podemos ignorar, constitui uma área intermediária de *experimentação*, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externas separadas, ainda que inter-relacionadas⁵.

No campo da escrita, dessa área transicional, não há disputa, porque há diversidade e liberdade de criação. Existe uma aquarela de cores e de possibilidades. A matéria dos sonhos não escapa para a vida de vigília⁶.

Aqui, então, cabe a pergunta: para onde a psicanálise se desloca e se deixa movimentar em tempos contemporâneos? Tarefa difícil de responder e, por isso, instiga tanto. Sem a pretensão de encontrar a resposta, mas sim de percorrer a travessia, eu me pergunto se um desses fluxos não consistiria nesse exercício de escuta da experiência a partir das narrativas das pessoas e dos pontos de silêncio que desaguam no *setting* sob forma de uma necessidade de presença, de um modo de estar junto muito particular e de viver a construção genuína de uma experiência de intimidade. A conflitiva edípica sempre se coloca, pois também é constitutiva do sujeito. Além disso, é fato que a *Era Vitoriana* acabou e as demandas e questões a respeito da psicosexualidade mudaram. Se antes havia um excesso de moralidade, hoje vivemos a escassez das virtudes e um esgarçamento do tecido simbólico. É fato que as mulheres conquistaram muitas coisas, assim como a população LGBT queer. Justamente por isso, compreende-se e pensa-se mais em transidentidades do que em transexualidades.

Observo, nas analisandas e nos analisandos, questões de ordem ontológica, relativas ao Ser, ao existir, ao medo da finitude, da solidão, ao risco de suicídio, à impossibilidade de se mostrar frágil e vulnerável, ao relato das dores, as quais não puderam ser simbolizadas, às experiências de abandono precoce que se refletiram na precariedade da construção de um espaço potencial, o qual possibilitaria, nessas histórias, esse refluir dos encontros que são disparadores de emoções, de experiências e de novas imagens, propulsores da condição de sonhar, da busca de experiências psíquicas enriquecedoras e, de certa forma, protetoras para enfrentar os microabismos cotidianos, os quais se caracterizam por zonas de congelamento, “[...]com um risco profundo de desabar em um mundo violento”⁷ que nos despedaçaria. Não estaríamos, então, na posição de analistas, sendo convocados e convidados a atravessar o deserto junto com as pessoas que nos procuram? A percorrer ao seu lado as pegadas de um enigma que ora se relança em direção à pergunta: onde estão as suas experiências psíquicas, de que forma elas aparecem, mesmo que seja pelo seu caráter de pré-existência ou de não-lugar?

A condição lírica do sujeito sofre ataques constantes por parte de um macrossistema financeiro que determina, por exemplo, que os bens materiais são mais importantes que as relações de trabalho, situação que temos visto num

número grande de demissões realizado por empresas que priorizam o lucro e as terceirizações, sem considerar a repercussão disso na vida das pessoas, das suas famílias e do que elas sentem. Em tempos sombrios e de águas turvas - tempos violentos - em que aquilo que nos enlaça no outro vem constantemente arrefecendo, nos vemos perdidos e assustados. Na condição de sobreviventes da *Shoah* que somos e das ditaduras inomináveis do século XX, vividas também na extensão de uma América Latina ensanguentada e sofrida, de um mundo cindido entre ricos e pobres, entre os que estão na margem e os que determinam discursivamente o que está no centro, a quebra do fraterno se consolida. Enlutados e aflitos, buscamos um caminho, uma saída, um novo ponto de partida. Assim, estamos sempre à espera, nessa condição de dor e de fratura, de um “movimento humano que nos resgate”⁸, de um movimento humano que se afirme pela potência do vínculo e pela necessidade da criação de uma condição em que a partilha e o fraterno apareçam.

Há pouco tempo tomei contato com o trabalho do psicanalista Tales Ab’Saber, a partir do seu livro, fruto da sua tese de doutoramento na USP, intitulado “O sonhar restaurado”⁹. Ao dar sequência à leitura de um dos capítulos dessa obra, “O sonho entre nós: Winnicott”, eu me deparei com a alegria de tomar contato com uma bela expressão que ele utiliza, qual seja, ‘texturas psíquicas’. Vejamos o que ele diz:

Mas, em toda essa matéria psicanalítica, inscrita em uma tradição, há uma torção teórica muito própria a Winnicott, cujos efeitos já estão colocados na *textura* do contato clínico onde as crianças comunicam e se comunicam a si mesmas, e que produzirá sentidos posteriores próprios: “Seu sintoma é, na verdade, um reconhecimento da maldade e lhe dá a possibilidade de manter contato com a beleza de seu mundo encantado”. O que na forma de trabalhar kleiniana dos mecanismos que operam as posições básicas ao funcionamento psíquico humano é mantido conceitualmente separado, em um movimento que busca síntese na posição depressiva, já em Winnicott aparece como dupla face, dialetizada, de um ponto de contato comum e necessário que unifica fantasias, espaços e *texturas psíquicas*: o reconhecimento do mal é a possibilidade da existência do mundo encantado interno, a comunicação de tais texturas alucinadas, no ritmo, na forma e na intensidade própria à criança, instaura o espaço de sua possível unificação, e superação, no *setting* analítico¹⁰. (grifos meus).

É dessa torção que penso ser importante partir para propor algumas notas a respeito dos fluxos da psicanálise contemporânea e para onde eles correm. Nessa maré enchente, a psicanálise, como clínica e como crítica da cultura, tem uma responsabilidade: seguir fazendo as perguntas, dando continuidade à transmissão de uma herança e, por que não dizer, à manutenção de uma tradição, considerando a história do movimento psicanalítico. Contudo, ao mesmo tempo, também assume o compromisso de torcer o que já é conhecido, precisa subverter a forma, dando lugar ao que se expande e flui, aos movimentos, ao que se apresenta como novo, levando em conta os avanços da vida, do curso dos acontecimentos, das metamorfoses e das expressões subjetivas que acompanham tudo isso. O que se passa, especificamente no *setting* com o par analítico e com essa *textura do contato clínico* como efeito movente desse encontro me interessa sobremaneira, porque desejo compreender melhor tanto as dinâmicas que se engendram e produzem novos modos de transferência, quanto

essas texturas psíquicas que se expressam e instauram outros espaços psíquicos e, por conseguinte, outras experiências que transformam e potencializam o sonhar e o escrever.

Ainda sobre Tales Ab'Saber, o seu pensamento e a sua clínica têm sido uma experiência luminosa, uma espécie de abajur. Utilizo essa palavra porque ela significa, segundo o Dicionário Priberam, aquilo que *faz incidir a luz num outro plano*. Gosto dessa imagem, porque me faz pensar em algo delicado, suave, aconchegante, íntimo e indispensável, mas também, algo que *quebra a intensidade*. A lucidez parece ter importância porque coloca em causa esse intervalo, trazendo à cena um pouco de suavidade e descanso, para que o pensamento possa surgir. Ab'Saber se apresenta como um dos psicanalistas mais lúcidos, consistentes e criativos da atualidade no meu ponto de vista. Ele reúne com vigor e rigor a qualidade e profundidade de um pensamento, somado à riqueza e vitalidade de uma prática, a prática da psicanálise, que se mostra profundamente necessária aos problemas da cultura contemporâneos, como método, como teoria e como espaço de crítica e de reflexão. Dá continuidade ao pensamento de Winnicott ao possibilitar o contato com “a densa dimensão do que é o trabalho criativo no interior de uma tradição”¹¹.

Em se tratando dessa densidade que dialoga com as texturas psíquicas, e com a importância do trabalho criativo no interior de uma tradição, introduzo com mais verticalidade a noção da escrita em travessia, como sendo a escrita de uma experiência que se abre aos riscos e aos perigos. Aliás, o conceito de experiência, do ponto de vista etimológico, a *Ehrfarung*, significa ‘travessia de um perigo’. Mas qual seria o perigo? Tem-se aí outro afluente desse rio que corre, desse navegar pelas margens do mar da vida: o perigo de viver. Parafraseando Riobaldo: “Viver é muito perigoso. – Por quê?

Porque aprender a viver é que é viver mesmo”.

A capacidade de sonhar gravita em torno desse perigo que é viver, dos riscos sempre em causa, em virtude da fragilidade do humano frente ao tempo da existência, do traumático e da própria vida. Somos frágeis, somos vulneráveis, ao mesmo tempo em que vivemos nessa condição de laço. Não podemos escapar disso. É inexorável. Possivelmente, um dos desafios da psicanálise e dos analistas em seu ofício na clínica e na crítica que tecem à cultura, diz respeito a sustentar, no discurso e na presença, uma modalidade de escuta que valorize nossa precariedade enquanto sujeitos, considerando um tempo desmentido em que vivemos, em que o caldo da cultura prioriza o autoengano, a vida falsa de super-heróis e de mulheres-maravilha que tentam camuflar sua vulnerabilidade e sua necessidade de dependência.

Entendo a escrita em travessia como sendo esse modo de expressão singular que transmite a experiência, no caso, a experiência da escuta clínica, que faz orbitar a dimensão imprevisível e não-sabida da existência. Uma escrita que fala dos riscos, das marcas psíquicas, das belezas, dos prazeres, assim como, das dores e do desamparo; uma escrita que fala da desafiante solidão a dois, da tristeza do abandono, do luto e do que realmente se passa com cada um de nós no âmago de nossa intimidade. Partindo do que o psicanalista inglês e biógrafo de Winnicott, Adam Philipps pontua, penso ser pertinente elucidar o que ele destaca sobre a solidão a dois. Vejamos o que ele diz:

Seguimos uma curiosa solidão à *deux*, chamada de situação analítica. E nesse cenário descobrimos, por várias vezes seguidas, que o paciente de-

fronta com o risco de ter de cuidar de si mesmo. De fato, um dos propósitos da análise será revelar a natureza completa do risco¹².

Coloco acento nessa natureza completa do risco, tanto do encontro com o outro quanto com a solidão, desse desafio que se caracteriza por cuidar de si mesmo, por seu caráter de incerteza, de inesperado e de assombro em que se inscreve o viver. O risco de estar na presença do outro, o risco de acessar um plano de intensidades que é propulsor das metamorfoses, mas também, e, necessariamente, da ordem das castrações e da morte, seja ela física ou psíquica. Nessa aposta, sempre difícil e custosa, a capacidade de sonhar emerge, entre o que vemos e o que sentimos. Há aí uma linha tênue, um espaço psíquico, transicional, impreciso e por isso tão fundamental à constituição do sujeito e que desponta como um fluxo interessante a se percorrer. Com o objetivo de desdobrar o argumento, trago um poema de Fernando Pessoa:

Entre a árvore e o vê-la
 Onde está o sonho?
 Que arco da ponte mais vela
 Deus?...E eu fico tristonho
 Por não saber se a curva da ponte
 É a curva do horizonte...
 [...]
 Deus é um grande Intervalo,
 Mas entre o quê e quê?...
 Entre o que digo e o que calo
 Existo? Quem é que me vê?¹³

O poema explicita a perspectiva do espaço potencial e mostra um fluxo, esse dos intervalos, do que está entre o sonho e o ver, entre o que digo e o que calo. A psicanálise tem muitas direções. Ela se expande, alargando a nossa possibilidade de alcançarmos novas experiências. A poesia, como gênero literário, acena à psicanálise um outro mundo, o da dimensão sensível da vida e da travessia do sujeito em direção ao que é mais lírico, mais profundo, mais genuíno. Conforme destaca Leyla Perrone-Moisés, “ao substituir um real visto por uma imagem dita, o poeta afina nossa percepção do real, revela o que não víamos antes, eleva diante de nossos olhos mentais um outro mundo, que concorre com o visível e o suplanta...”.¹⁴

Esse suplantar do mundo visível dialoga de forma íntima com o inconsciente e com os processos de subjetivação do sujeito orquestrados pela cultura. Parece-nos nos encontrar num registro da luta pelo viver. O deserto nos assola, instala-se, mas o vento, ao movimentar a areia, nos faz recordar que tudo isso pode se transformar em substância do nosso sonhar. Essa condição traumática que nos acossa também pode ser ponte, lugar de transformação, utopia.

O olhar das poetisas, dos poetas, das psicanalistas e dos psicanalistas parecem se encontrar nesse cruzamento que afina nossa sensibilidade fazendo circular as águas da vida e dos sonhos. Nem sempre se tem garantia, porque se trata de risco e de finitude, mas é a aposta que faz a eletricidade do coração se

propagar, é a tensão disponível enquanto carga, enquanto economia e enquanto potência criativa que surge como germe, como possibilidade de contágio e de proliferação de novos laços.

Por fim, nesses perigos que nos assolam e assombam, gostaria de trazer um poema que se chama “Rescate” (1968), da poeta argentina Alejandra Pizarnik. Vejamos o que o sujeito lírico diz:

RESCATE

Y es siempre el jardín de lilas del outro lado del río. Si el alma pregunta si queda lejos se le responderá: del otro lado del río, no éste sino aquél¹⁵.

A Octavio Paz

O jardim de lilás pode ser essa busca incansável e inelutável a esse resgate do qual estamos sempre à espera. Pode ser a nossa dimensão do sonhar em cena, tão escassa em tempos de concretude, de agitação e de monocromos psíquicos. Pode ser a procura por aquilo que sentimos que está não aqui, senão lá, como aponta o eu-lírico, ou seja, fora de nós, na outra margem. A escrita, nesse sentido, é luta pelo viver, é busca, é enigma. Pizarnik não sobreviveu às suas dores, porque suicidou-se, mas forjou nos poemas esse espaço transicional de que tanto precisava para se segurar em si mesma e para se sentir viva. No seu rastro ficam os registros de que viver é justamente lutar, fica um ensino de como se dá esse combate entre o viver e o morrer, ou como disse a psicanalista Tânia Rivera, como fazer do luto uma rebelião. Em qual dos lados realmente estamos nesse rio da existência? Não sabemos com precisão, porque viver é impreciso e indefinível. Todavia, segundo Perrone-Moisés: “O trabalho do poeta não consiste em reproduzir o que o seu olhar captou no real, mas em produzir uma visão mais intensa”¹⁶. Nessa transicionalidade do que se expande e do que se concentra, as texturas psíquicas talvez se encontrem entre os riscos que nos definem e as metamorfoses que nos libertam. Quem sabe a psicanálise possa acompanhar a poesia e o fazer dos poetas fabricando visões mais intensas no encontro com o outro, ou, como diz Tales Ab’Saber¹⁷: cultivar “a esperança de chegar a uma forma de compreensão e um lento e difícil trabalho” de abandonar-se ao não saber!

NOTAS

² ROSA, J.G. Grande sertão: Veredas. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

³ PAZ, O. O arco e a lira. 2. Ed. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

⁴ WINNICOTT, D.W. Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: WINNICOTT, D.W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1971. p. 19.

⁵ Ibidem, p. 15.

⁶ AB’SABER, T. O sonhar restaurado: formas do sonhar em Bion, Winnicott e Freud. 34 ed. São Paulo: 2005, p.145.

⁷ AB’SABER, 2005, p.141.

⁸ AB’SABER, 2005, p.120.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem, p.141.

¹¹ AB’SABER, 2005, p. 129.

¹² PHILLIPS, A. Sobre o risco e a solidão. In: PHILLIPS, A. Beijo, cócegas e tédio. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.47.

¹³ PESSOA, F. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001, p.113

¹⁴ PERRONE-MOISÉS, L. *Pensar é estar doente dos olhos*. In: *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.345.

¹⁵ PIZARNIK, A. *Rescate*. In: PIZARNIK, A. *Poesía Completa.Espanha*. 2. Ed. Barcelona: Lumen, 2016, p.229. Versão livre da autora para o português: “E é sempre o jardim de lilás do outro lado do rio. Se a alma pergunta se fica distante, se lhe responderá: do outro lado do rio, não é este, senão aquele”.

¹⁶ PERRONE-MOISÉS, 1988, p.345.

¹⁷ AB’SABER, 2005, p.116.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB’SABER, T. **O sonhar restaurado**: formas do sonhar em Bion, Winnicott e Freud. 34 ed. São Paulo: 2005, p.145.

PAZ, O. **O arco e a lira**. 2.ed. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

PERRONE-MOISÉS, L. *Pensar é estar doente dos olhos*. In: **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.345.

PESSOA, F. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001, p.113

PHILLIPS, A. *Sobre o risco e a solidão*. In: PHILLIPS, A. **Beijo, cócegas e tédio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.47.

PIZARNIK, A. *Rescate*. In: PIZARNIK, A. **Poesía Completa.Espanha**. 2. Ed. Barcelona: Lumen, 2016, p.229.

ROSA, J.G. **Grande sertão**: Veredas. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

WINNICOTT, D.W. *Objetos transicionais e fenômenos transicionais*. In: WINNICOTT, D.W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1971. p. 19.

A ESCRITA, O ESCRITO E O PSICANALISTA ENQUANTO *DICHTER*

THE WRITING, THE WRITTEN AND THE PSYCHOANALYST AS *DICHTER*

Lucas Krüger¹

Resumo: O Ensaio levanta alguns questionamentos histórico-críticos acerca da escrita e do escrito em psicanálise, para refletir sobre o psicanalista enquanto *Dichter* e o que significa essa proposição. O texto finaliza por ressaltar o caráter de composição do trabalho do analista, como contraponto à decomposição; problematizando, assim, o significado da palavra “análise”.

Palavras-chave: Escrita. *Dichter*. Escrita em psicanálise. Composição.

Abstract: The essay raises some historical-critical questions about the writing and the psychoanalysis in order to reflect on the the written in psychoanalysis as *Dichter* and what this proposition means. The text ends emphasizing the composition character of the analyst's work as a counterpoint to decomposition problematizing thus the meaning of the word “analysis”.

Keywords: Writing. *Dichter*. Writing in psychoanalysis. Composition.

Existem muitos tópicos a serem abordados se pretendemos refletir sobre o escrito e a escrita em psicanálise. É um tema que pode abrir-se infinitamente sem que o esgotemos. Desejo privilegiar neste texto alguns aspectos que dizem respeito à escrita como ato de escrever; e ao texto escrito enquanto obra. Mas, para além de abordar esses dois pontos de maneira isolada, é importante refletir sobre o papel do leitor e a maneira com que este se relaciona com o escrito.

A exposição está dividida em três subcapítulos, nos quais almejei uma comunicação direta, mais próxima da fala. No primeiro desses subcapítulos, levanto alguns questionamentos histórico-críticos, especialmente sobre a forma, para nos seguintes refletir sobre o psicanalista enquanto *Dichter* e o que significa essa proposição. Outra intenção deste escrito é de que, à medida que avançamos, as primeiras exposições possam ser gradativamente ressignificadas a partir dos novos elementos que vão adentrando o texto.

A ESCRITA E O ESCRITO EM PSICANÁLISE: UM PONTO DE VISTA HISTÓRICO-CRÍTICO

A primeira parte deste ensaio, devo admitir, mudei incansáveis vezes. Para chegar nestas primeiras páginas, escrevi muitas outras. Essa experiência é justamente o que desejo evocar como início de nossa conversa: por um lado, há um “corte” do que seria excessivo, por outro marca a trabalhosa tentativa de

¹ Escritor, editor (Editora Artes & Ecos, especializada em poesia e ensaios de psicanálise) e psicanalista. Membro Efetivo da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. E-mail: lucas_kruger@hotmail.com

dar vida a um objeto-texto que possa se relacionar intimamente com o leitor. Seria uma intervenção vazia confeccionar um texto que invada a percepção do leitor a ponto de ele não se sentir criando conjuntamente o texto que lê. No objeto-texto deve haver lacunas que se apresentam para a relação e uma nova e interminável cocriação com o quem o lê².

Para darmos seguimento, é importante começarmos a diferenciar o que é um escrito *sobre* psicanálise do que é um escrito psicanalítico, e defenderei que é o fazer do analista o que marca essa diferença. O que, mais diretamente, significa: não basta escrever *sobre* psicanálise, há de *ser* analista durante a escrita e tratar as palavras com o cuidado e o apreço com que o analista as trata em seu consultório. Isso pode parecer óbvio e simples, mas não é.

Há algo de inapreensível no ser humano que, conseqüentemente, permeia nossa prática enquanto psicanalistas. É difícil intervir “suficientemente bem” em nossa clínica. Muitas vezes “acertamos”, outras não. Ocupar o lugar de psicanalista na escrita é ainda mais difícil e “erramos” ainda mais frequentemente. Quando falamos “sobre” psicanálise, estamos distantes, não implicados, e esquecemos que cada palavra do analista é sempre uma intervenção. E, ao escrevermos “com” psicanálise, estamos conscientes de que o texto que estamos construindo é a própria intervenção, um terreno fértil para a experiência, onde cada frase confeccionada pode ser pensada para operar como uma janela transferencial na futura relação do leitor com o escrito.

O tema da escrita em psicanálise parece estar em voga. Isso, por si só, não mereceria indagações? Talvez possamos somar esta indagação a outro assunto muito evocado pelos psicanalistas: o “excesso”. Estamos às voltas com o excesso presente na contemporaneidade, nos “casos difíceis”, o excesso do traumático, do mortífero, ou qualquer outro ângulo do qual nos interessarmos abordar a questão. É um tema que identificamos facilmente na cultura e no outro, mas enxergar em si é sempre mais difícil. Será que não poderíamos nos questionar se não está havendo uma demanda externa excessiva pressionando os analistas a escrever em maior quantidade? Ou mesmo uma pressão interna desproporcional?

Como todos estamos sujeitos a pontos cegos, me parece importante problematizarmos a questão da produção escrita em psicanálise sobre o ponto de vista da qualidade vs. quantidade. Afinal, estamos imersos na cultura e atravessados por essas demandas.

Minha intenção não é tecer críticas a fenômenos de massa. Trata-se, simplesmente, de problematizar. O escrito psicanalítico possui especificidades que precisam ser retomadas. E uma delas se refere, literalmente, à forma do enunciado. Os textos dos primeiros periódicos psicanalíticos eram genuínas trocas de experiência entre psicanalistas. Todos tinham os mais variados formatos e estilos, inclusive na maneira de referenciar as contribuições auxiliares. O pré-requisito era, simplesmente, a manutenção da ética e, desde que atravessado pela ética, o psicanalista intervinha textualmente de maneira genuína e da forma que lhe parecesse mais adequada à ocasião.

Nestes textos, a “voz” do analista era facilmente identificada. Assim como Freud compartilhava em seu escrito suas experiências, dúvidas, incertezas e questionamentos a serem ainda desenvolvidos, os demais analistas faziam o mesmo. O importante era compartilhar tudo que lhes ocorria. Colocar o texto a serviço do encontro. Como critério principal: expor ideias e vivências em cir-

culação, para que, através do contato com os colegas, elas se desenvolvessem. Para isso, nem sempre são necessárias muitas palavras.

O exemplo mais fácil de tomar seria a respeito do tamanho do objeto-texto: nos primórdios da psicanálise eram publicados inúmeros textos muito pequenos. Basta revisar as publicações presentes no *Jahrbuch der Psychoanalyse*³, no *Zentralblatt für Psychoanalyse und Psychotherapie*⁴ e no *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse*⁵, principais meios de publicação nas primeiras décadas do movimento psicanalítico. Encontramos nestes periódicos grande quantidade de escritos curtos. Muitos deles não ultrapassam uma ou duas páginas, por vezes não ultrapassam um ou dois parágrafos⁶. Bastava haver uma ideia nova digna de compartilhamento e posterior discussão. Me parece importante assinalar essa questão, já que por vezes nos deparamos com textos imensos onde não conseguimos pescar novas ideias.

Estamos falando das principais revistas psicanalíticas, com publicações dos grandes psicanalistas desse período. Parece que nós, enquanto psicanalistas, às vezes nos esquecemos disso. O objeto-texto psicanalítico é a perpetuação (no sentido de deixar uma marca gravada) da intervenção de um analista. Difere da fala apenas no que tange ao acesso público, e também póstumo. O texto pode ser eternamente revisitado em seus meandros, enquanto que a intervenção falada, na clínica, além de seu caráter privado, jamais poderia ser rememorada em sua totalidade e em um estatuto de fala-objeto de uso posterior.

O que aconteceu com esse tipo de escrita? Obviamente ele existe, mas é minoria. Uma parte dessa resposta seria de que essa comunicação genuína, na qual prevalece a forma e a linguagem escolhida pelo analista para sua enunciação, foi se extinguindo à medida que os formatos da academia foram sendo incorporados à forma psicanalítica de escrever, a ponto de nem nos questionarmos mais sobre isso. É um contrassenso pensar que muitos textos que desenvolveram a psicanálise não seriam admitidos hoje para publicação devido à sua linguagem, forma e tamanho ou qualquer escolha estética diferenciada de uma pré-padronização⁷.

Certamente há um novo tipo de sofrimento que acompanha o psicanalista: o de adaptar sua singularidade a uma formatação específica na hora em que pretende compartilhar suas ideias. O analista a “deformar-se” para caber no objeto-texto⁸.

A massificação e homogeneização, tão criticadas como efeitos da globalização, influenciam a maneira de escrever do psicanalista. Essa forma o direciona a escrever mais sobre psicanálise do que a ocupar seu lugar de psicanalista, genuinamente, ao trabalhar com as palavras. Ora, há um contrassenso. Quer dizer que se espera que o analista enuncie de maneira exatamente oposta dentro de um texto e dentro da clínica. Quando intervimos, estamos sempre levando em conta a dimensão transferencial com a intenção de produzir algo novo, jamais encarnar a repetição.

Tenho a percepção de que muitas vezes é mais fácil ler/escutar a voz/estilo de um psicanalista através de uma entrevista do que em seu texto. Sua obra parece mais límpida posta em curtas frases. Minha hipótese é de que, no campo da escrita, incorporamos alguns pré-formatos que na verdade deformam e oprimem uma potencial enunciação genuína do autor. Acredito que a palavra do analista deveria ser, em todos os espaços a que ela é convocada, sempre uma palavra viva⁹.

Ao refletirmos sobre a prática clínica, não seria inverídico dizer que o analisando ainda não acostumado com a psicanálise espera ouvir muitas palavras do analista. E, não as recebendo em sessão, pode ficar com uma primeira sensação de que foi tratado como “coisa pouca”, com menor importância. Esperava muito mais palavras do analista...sem se dar conta de que o “muito mais” estava como potencial a ser explorado dentro dessas “poucas palavras”.

Não me parece que a intervenção do analista na escrita deva ser diferente da intervenção na clínica. Sendo radical a partir desta metáfora, eu arriscaria dizer que a intervenção do analista na página deveria ser análoga a de quem escreve um poema – no sentido de contemplar as lacunas, o que permite trânsito e abre espaço para vivências potencialmente transformadoras. Um texto que privilegia a lacuna seria um texto que se apresenta como faltante, incompleto, e de certo modo análogo a uma intervenção clínica construída em uma análise. Artefato-texto dependente da relação com quem o recebe para atingir seu potencial. Chegamos a uma “boa intervenção”, geralmente, com o uso de poucas e simples palavras. Condensar muitos elementos em poucas palavras, fazer uma composição, seria – para além da escuta – a grande tarefa do analista.

Lembrando que o humor nos ajuda a “afrouxar” o que está enrijecido, comicamente me permito imaginar Freud, nos dias atuais, sendo bombardeado incessantemente com convites de escrita por milhares de revistas e mídias. Ele, que teria muitos de seus textos rejeitados hoje por conta da forma, e que, por vezes, guardava e lapidava suas ideias por anos até publicá-las. Como é difícil sustentar uma palavra viva na escrita diante de tantas demandas...

O *DICHTER* E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A POÉTICA E A PSICANÁLISE

Seguirei a discussão através da minha transferência com o texto freudiano. Vejam, não pretendo discutir minha transferência com Freud, mas sim com os objetos-textos que ganharam vida própria a partir do momento de sua publicação. O texto é um objeto passível de uso e há nele um potencial de relação em aberto. E, nessa perspectiva, as perguntas que se anunciam são: por que um autor psicanalista cria um objeto-texto e que tipo de uso um leitor psicanalista pode fazer desse objeto-texto?

O termo objeto-texto foi a forma que encontrei para expressar o que seria o texto como “algo” independente de quem o escreveu. Dependendo da maneira que o leitor se relaciona com cada texto, com cada palavra que ali foi colocada, pode percorrer distintos caminhos associativos que lhe permitem chegar a novas construções, talvez até desviando das intenções de quem escreveu. O que, a título de exemplo, para o pensamento que estamos a construir, seria análogo a dizer que se relacionar com um objeto artístico é diferente de relacionar-se com as intenções do artista e até mesmo com o que o levou inconscientemente a produzi-lo. Isso não exclui que o leitor possa imaginar as intenções do autor ou do artista. Mas essa imaginação já é uma forma de usar o texto. Uma das formas possíveis e não a única forma possível. Portanto, reforço que o termo objeto-texto é usado para descolar¹⁰ o texto de seu autor: o objeto-texto passa a ter vida própria tão logo é publicado e assim se torna passível de todas as formas de uso de acordo com a recepção do leitor a este artefato.

A intervenção do analista em sessão não é feita no sentido de afirmar uma verdade. É uma intervenção que sustenta o enigma indissolúvel e inapreensível da existência humana. No caminho, e não na linha de chegada, está a vida. É cara a ideia de Christopher Bollas¹¹ de que estamos sempre em busca de objetos

que nos transformem. A busca humana seria a vivência transformacional através do encontro com o objeto. Iríamos ao encontro desses objetos, acima de tudo, pela função transformacional contida na relação com estes. E é a função do objeto-texto psicanalítico e da escrita psicanalítica o que estou tentando problematizar neste ensaio.

Escrever é uma coisa, publicar é outra. Um escrito não publicado seria tal qual um devaneio. Algo que se experimenta internamente, em silêncio. Não há um sujeito outro que o recebe. O devaneio pode se relacionar com os mais variados objetos internos, mas não se relaciona com o outro. O devaneio é ainda um ensaio de relação, e não a relação propriamente dita. É uma atividade essencial para o escritor, sem dúvidas. Mas há de se marcar essa diferença no que tange à relação com o que é interno e o que se coloca para relação com outros indivíduos.

Não à toa convoco a ideia de devaneio nesta diferenciação entre o que é vivenciado internamente e o que é enunciado, seja a fala, seja a escrita. Justamente no texto em que Freud aborda, dentre outras questões, o devaneio, há uma chave para aprofundarmos as relações entre a escrita, o escrito e o leitor. O texto em questão se chama *Der Dichter und das Phantasieren* (2014), possuindo traduções variadas em português, dentre elas “Escritores criativos e devaneios”¹², “O escritor e a fantasia”¹³ e “O poeta e o fantasiar”¹⁴. A palavra-chave *Dichter* pode nos servir tanto para pensar o que seguirei expondo quanto para refletir sobre o primeiro subcapítulo.

Traduzir *Dichter* por “escritor”, “escritor criativo” ou “poeta” é uma escolha difícil, pois esta palavra nos dá abertura para irmos, inclusive, além. O verbo *Dichten* está intimamente ligado ao ato de compor e, de fato, muitas vezes ligado ao que poderíamos chamar de “campo da poesia”. Haroldo de Campos¹⁵ em texto, justamente sobre tradução, define a palavra *Dichtung* como “obra de arte verbal”, acentuando sua essência como dotada de uma “secreta poeticidade”. Ambas as definições de Haroldo remetem à essência do objeto-texto. Logo, antes de procurarmos uma denominação em português para *Dichter*, é fundamental entendermos sua essência. Um *Dichter* é, acima de tudo, quem faz uma obra de arte verbal em que residiria uma secreta poeticidade.

Não à toa, *dicht* significa denso e *Verdichtung* (comumente traduzido por condensação) é um dos termos mais importantes da metapsicologia freudiana. *Verdichtung* poderia ser traduzido também por concentração, compressão e compactação. Portanto, seguindo a abertura que a palavra nos proporciona, e já fazendo uma “condensação” (em termos freudianos), *Verdichtung* é um termo que se apresentaria paradoxal, pois indicaria ao mesmo tempo compactar algo e tornar esse algo poético. Não à toa, Ezra Pound¹⁶ chega a criar a equação *Dichten = Condensare*.

Portanto, quando me remeto à palavra *Dichter*, levo em conta todas as dimensões apresentadas acima. Poderia, talvez, ter optado por fazer uso de outro termo neste escrito, mas a própria *Verdichtung* contida dentro da palavra *Dichter* faz alusão direta a questão da composição com palavras. *Dichter* é quem faz a composição, mas também uma palavra composta – densa em significado.

Tomando distância do alemão, vejamos como Paul Valéry descreve a *Poética* apontando para sua etimologia: “nome de tudo o que se relaciona com a criação ou com a composição de obras em que a linguagem é ao mesmo tempo substância e meio – e não com o sentido restrito de escolha de regras

ou de preceitos estéticos relacionados à poesia”¹⁷. O “poeta” não é quem faz poemas, assim como a poética não está presa à poesia. Estamos adentrando um campo para além de uma estrutura formal da escrita, estamos falando de uma transcendência.

O mesmo Valery nos fala, literalmente, já que o texto é transcrição de uma de suas aulas, de forma ainda mais aberta sobre a poética. Ele amplia o conceito, abrangendo “obras do intelecto”, e inclui nesta categoria de obras intelectuais as obras da ciência. Aumenta o campo para além do que seria estritamente literário.

Dentro do que contém a palavra grega original *poiesis*, Valery acentua o fazer, o *poein*, o ato de realizar uma obra. “Expressão originária do verbo *poiéo* (fabricar, executar, confeccionar), *poiesis* traduz-se por fabricação, confecção, preparação, produção.”¹⁸ Fabricar, na Grécia antiga, é o que hoje chamamos coloquialmente de “botar a mão na massa”. Há uma artesanaria. Botar a mão na massa é dar forma a uma massa que ainda não está dizendo nada enquanto massa amorfa, mas é um potencial dependendo da maneira como é manejada. Tal qual o corpo humano é uma massa que se movimenta devido a articulações.

Não seriam as obras psicanalíticas compostas por uma linguagem que é ao mesmo tempo “substância e meio”, como diz Valery? A criação de um conceito não seria uma espécie de *Verdichtung*? Uma composição que concentra infinitas aberturas em uma única palavra?¹⁹

E não seria a intervenção psicanalítica “suficientemente boa” uma obra de arte verbal que contém uma secreta poeticidade? O psicanalista jamais profere uma verdade estática, sua fala sempre contém algo do enigma, o secreto, algo que não está pronto e que contém a devida poeticidade para que o outro possa relacionar-se com ela. A palavra proferida pelo analista é substância e é o meio: é o processo. O escrito *Dichter und das Phantasieren* vai ainda além e amplia a condição de *Dichter* a todos: “no íntimo, somos poetas (*dichter*), e de que só com o último homem morrerá o último poeta (*dichter*)”.²⁰

O texto de Freud localiza o brincar infantil como origem do *Dichter* e faz da infância não só a substância, mas um meio. É preciso acessá-la, é preciso alcançar a essência do *Dichter* que há na infância. Mas se tomamos a noção de que a *Dichtung* é uma obra de arte verbal, dizer que todos são *Dichter* seria reducionista, ainda que certamente possamos afirmar que o brincar infantil movimenta o *Dichter* e faz parte do *Dichter*.

Em nossa condição de leitor em relação com uma obra poderíamos, por exemplo, imaginar que Freud escreveu que todos somos *Dichter*, de maneira a condensar em “todos” o que é algo seu, particular. Nessa concepção ele, Freud, estaria anunciando-se de maneira inconsciente enquanto *Dichter*. E a ousadia de sua afirmação poderia ser o que o fez generalizar “a todos”, diminuindo o peso que a enunciação teria para si.

Só ousar me relacionar com a frase desta maneira, justamente porque Freud é de fato um *Dichter*. Toda a construção teórica freudiana, seu sistema metapsicológico, é uma *Dichtung*. O escrito psicanalítico só existe, enquanto tal, devido ao trabalho de um *Dichter*. Para dar apenas um exemplo, Freud fez da simples palavra *Trieb* (“pulsão”) um palavra cheia de significados. Portanto, ser fiel a Freud e à psicanálise no ato de escrever é exercitar-se enquanto *Dichter*. Na posição de quem cria, faz novas composições, oferece novos sentidos e não de quem repete.

Assim como o ato de escrever é um desdobramento do falar, o ato de ler é um desdobramento do escutar. O escrito psicanalítico ocupa um espaço potencial para todos que se relacionam com ele. Escrever/falar/intervir em psicanálise não deveria possuir como ideal oferecer respostas, preencher lacunas. Há de se manter um espaço de dúvida, uma brecha para o enigma e para a secreta poeticidade. Lacuna que permite a circulação dos afetos, terreno fértil, com potencial transformador, entre o escrito (enunciado) e o leitor (receptor). Afinal, ler não é simplesmente incorporar, colocar dentro de si algum conhecimento.

Ler é escutar. A escuta psicanalítica contempla a atenção, mas também possui seu caráter flutuante que almeja transcender o conteúdo manifesto. Portanto, a escrita psicanalítica tem a responsabilidade de, artesanalmente, criar um objeto que contém e media uma fala/escrita e uma escuta/leitura. O objeto-texto nasce com uma voz emprestada pelo analista, mas descola-se deste, adquire vida própria e passa a conter um potencial relacional entre si (objeto-texto) e o leitor-psicanalista que o recebe.

Não sabemos e nunca saberemos quem foi Freud, Klein, Bion, Lacan, Ferenczi, Winnicott e toda a infinidade de importantes nomes da psicanálise. Todos nos relacionamos com os artefatos verbais criados por eles. Não acessamos sua clínica, nem seus pensamentos. Acessamos seus artefatos. Obras estas que foram criações de linguagem viva.

Do ponto de vista autoral, os temas nunca são do autor, são temas da humanidade. Morte, amor são duas grandes temáticas com inúmeros derivados...O singular é a forma como esses temas são trabalhados pelo autor. O *Dichter* mais antigo que possa ter havido no mundo, assim como o mais novo, trata desses temas. Renomeia-os. Faz novas composições. Exercita a forma de apresentá-los.

Repito, a diferença é a forma. É a forma que leva à transcendência, não o conteúdo. E os grandes autores psicanalistas o são devido à forma com que tratam desses conteúdos. Do modo como “põem a mão na massa”. O *Dichter* é aquele que trabalha para construir a forma-conceito que tangencia o inapreensível do ser humano — tarefa que é o próprio trabalho do psicanalista.

O “PSICOARTENALISTA”

A palavra análise (do grego *análisis*) significa decomposição em partes. Na química, é o processo de decompor uma substância em suas partes constituintes — exato oposto da síntese. A palavra *psicanalista* nos engana um pouco sobre a totalidade de nossa função, pois ser um psicanalista não é ser simplesmente quem analisa ou “decompõe”. Ser psicanalista é mais amplo do que isso. Esta inventada palavra — “psicoartenalista” — não apaga o caráter de decomposição da análise, apenas agrega o caráter de composição, da artefaria, de condensar elementos para fazer nascer algo novo.

O psicanalista trabalha com a “matéria” psíquica. Ser um psicanalista (quem, etimologicamente, decompõe o que é do campo psíquico) é ser também um “psicoartenalista” (quem compõe o que é do campo psíquico). Aquele que trabalha com e na “matéria” psíquica de maneira artesanal, singular, não apenas na sua decomposição.

É essencial em nosso trabalho pensarmos sobre a composição, especialmente no que tange à escrita. Um novo poeta não inventa o amor, cria artesanalmente um objeto que o contém. É responsabilidade de cada psicanalista que se coloca na tarefa da escrita encontrar/criar suas próprias palavras e a partir disso propiciar novas janelas psicanalíticas.

NOTAS

2. “Você concebeu isso ou lhe foi apresentado a partir do exterior? O importante é que não se espere decisão nenhuma neste ponto.” WINNICOTT, D.W. *Objetos transicionais e fenômenos transicionais*. In: _____. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 28. A relação com o objeto, se vivida em sua plenitude, faz com que o objeto-texto, já não mais na posse do autor, seja sempre um novo encontro potencial de cocriação para o leitor.
3. Anuário de Psicanálise, publicado entre 1909 e 1914. Lista de publicações presente em: <<http://www.psyalpha.net/literatur/psychoanalytische-zeitschriften-vollstaendige-inhaltsverzeichnisse/jahrbuch-psychoanalyse-1909-1914>>.
4. Revista Central de Psicanálise e Psicoterapia, publicada entre 1911 e 1914. Lista de publicações presente em: <<http://www.psyalpha.net/literatur/psychoanalytische-zeitschriften-vollstaendige-inhaltsverzeichnisse/zentralblatt-psychoanalyse-psychotherapie-1911-1914>>.
5. Revista Internacional de Psicanálise, publicada entre 1913 e 1941. Lista de publicações presente em: <www.psyalpha.net/literatur/psychoanalytische-zeitschriften-vollstaendige-inhaltsverzeichnisse/internationale-zeitschrift-psychoanalyse-1913-1937-1939-41>.
6. Selecionamos e traduzimos a partir de consulta aos originais, eu, Felipe Gerchman e Eduardo Spieler, 33 importantes textos de Sándor Ferenczi (FERENCZI, S. *Sintomas, sonhos e melodias*. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2019). Textos estes que, se somados, não chegam a 50 páginas. Boa parte deles possui três parágrafos ou menos. Todos com grande valor não só em seu conteúdo, mas que contribuem para nossa reflexão sobre a forma da comunicação psicanalítica.
7. Continuando a exemplificar a partir do tamanho: apenas a página 96 da Revista Internacional de Psicanálise de 1941 possui 4 escritos distintos (e de psicanalistas diferentes).
8. Aqui, trago para o âmbito da escrita a mesma ideia de Sándor Ferenczi (S, FERENCZI. *A adaptação da família à criança*. In: *Obras Completas*, vol. IV. São Paulo: Martins Fontes, 2011.) quando este assinala os riscos para o desenvolvimento da criança quando esta não é devidamente acolhida em sua singularidade. Quando esta precisa se adaptar aos pais/adultos ao invés destes adultos cuidadores se adaptarem a criança, teremos consequências catastróficas. Não seria desejável que a “voz” do analista se apague traumáticamente por conta de formatos pré-estabelecidos. Assim como o self da criança não deve deformar-se para estar na família, a intervenção do analista não pode deformar-se para estar no escrito.
9. O termo palavra viva é encontrado em livro de Pontalis (PONTALIS, J.B. *À margem dos dias*. São Paulo: Primavera Editorial, 2012. p. 26) e há termo semelhante em livro de Ogden (OGDEN, T. *Reverie e interpretação: captando algo humano*. São Paulo: Escuta, 2013): neste é encontrada a expressão linguagem viva. O que me interessa assinalar aqui é que ambos os escritores fazem uso da problemática da “vivacidade” em oposição ao que seria uma palavra pobre, sofrida, morta ou vazia, sem vitalidade. Abordo, também, este tema da vivacidade no texto “A poesia, a escuta e o uso da palavra na clínica psicanalítica” In: KRÜGER, L; REFOSCO, L. e SILVA, S. (Org.). *Interlocuções na fronteira entre psicanálise e arte*. Porto Alegre, Artes & Ecos, 2017.

10. Apenas apontar para o detalhe: a palavra descolar foi minunciosamente escolhida, pois ela remete à questão narcísica-constitutiva do sujeito de maneira metafórica. No princípio mãe e bebê misturados. No princípio, escritor e escrito misturados. Até o momento que se descolam um do outro.
11. Esta ideia embrionária está presente no livro *A sombra do objeto* (2015) de Christopher Bollas, e desenvolvida por ângulos diferentes nos livros *Forças do destino: psicanálise e idioma humano* (1992), *Sendo um personagem* (1998), *O momento freudiano* (2013) e *A questão infinita* (2012).
12. FREUD, S. *Escritores criativos e devaneios*. In: _____. *Obras completas – vol. IX*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
13. _____. *O escritor e a fantasia*. In: _____. *Obras completas – vol. VIII*. São Paulo: Cia das letras, 2015.
14. Idem. *O poeta e o fantasiar*. In: _____. *Escritos sobre literatura*. São Paulo: Hedra, 2014.
15. Haroldo de Campos escreve sobre o assunto em “O que é mais importante: a escrita ou o escrito? Teoria da linguagem em Walter Benjamin”, presente no livro *Haroldo de Campos – transcrição, com organização e seleção de textos de Haroldo de Campos realizadas por Marcelo Tápia e Thelma Médici Nóbrega* (2013), nas páginas 147-148 (São Paulo: Perspectiva, 2015).
16. POUND, E. *ABC da literatura*. São Paulo: Cultrix, 2013. p.92.
17. VALERY, P. *O ensino da poética no Collège de France*. In: _____. *Lições de poética*. Belo Horizonte: Âyiné, 2018. p. 13.
18. Em texto que apresenta usos diversos, desde a origem, para a noção de poíesis, Jovelina Maria Ramos de Souza nos apresenta: “Expressão originária do verbo poiéio (fabricar, executar, confeccionar), poíesis traduz-se por fabricação, confecção, preparação, produção”. SOUZA, J.M.R. *As origens da noção de poíesis*. *Revista Hypnos*, São Paulo, ano 13, n. 19, 2. sem. 2007, p. 85-96.
19. Como contraponto, me parece interessante assinalar que o livro de Pontalis e Mango (PONTALIS, J.B.; MANGO, E.G. *Freud com os escritores*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.) não segue a mesma linha de pensamento apresentada neste escrito. Ao contrário do que é defendido aqui a partir de Valery e das demais considerações sobre o Dichter e os elementos que o compõe enquanto *Verdichtung* (o que está ‘condensado’ na palavra Dichter), Pontalis e Mango preferem ressaltar uma dualidade entre o Dichter e o Forscher (pesquisador). Em seu trabalho, colocam a conceitualização como parte do trabalho do Forscher, deixando para o âmbito do Dichter apenas o que seria do campo poético literário. Logo, seu livro opera numa oposição do que é literário vs. o que é científico. O ângulo que proponho não pretende nem desconsiderar, tampouco discutir essa questão. O objetivo deste escrito é apenas pensar o papel do psicanalista em seu trabalho enquanto compositor de palavras, seja na clínica ou na criação de um objeto-texto (e isto inclui a criação/composição de conceitos).
20. FREUD, S. *Escritores criativos e devaneios*. In: _____. *Obras completas – vol. IX*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 135.

REFERÊNCIAS

- BOLLAS, C. **A sombra do objeto**. São Paulo: Escuta, 2015.
- _____. **O momento freudiano**. São Paulo: Roca, 2013.
- _____. **Forças do destino: psicanálise e idioma humano**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- _____. **A questão infinita**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- _____. **Sendo um personagem**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- CAMPOS, H. O que é mais importante: a escrita ou o escrito? Teoria da linguagem em Walter Benjamin. In: : _____. **Transcrição**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- FERENCZI, S. **Sonhos, melodias e sintomas**. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2019. (Série Escrita Psicanalítica)
- _____. A adaptação da família à criança. In: **Obras Completas**, vol. IV. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FREUD, S. Escritores criativos e devaneios. In: _____. **Obras completas** – vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. O escritor e a fantasia. In: _____. **Obras completas** – vol. VIII. São Paulo: Cia das letras, 2015.
- _____. O poeta e o fantasiar. In: _____. **Escritos sobre literatura**. São Paulo: Hedra, 2014.
- KRÜGER, L. A poesia, a escuta e o uso da palavra na clínica psicanalítica. In: KRÜGER, L; REFOSCO, L. e SILVA, S. (Org.). **Interlocuções na fronteira entre psicanálise e arte**. Porto Alegre, Artes & Ecos, 2017.
- OGDEN, T. **Reverie e interpretação: captando algo humano**. São Paulo: Escuta, 2013.
- PONTALIS, J.B. **À margem dos dias**. São Paulo: Primavera Editorial, 2012.
- PONTALIS, J.B.; MANGO, E.G. **Freud com os escritores**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.
- POUND, E. **ABC da literatura**. São Paulo: Cultrix, 2013.
- SOUZA, J.M.R. As origens da noção de *poïesis*. **Revista Hypnos**, São Paulo, ano 13, n. 19, 2. sem. 2007, p. 85-96.
- VALERY, P. O ensino da poética no Collège de France. In: _____. **Lições de poética**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- WINNICOTT, D.W. Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: _____. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

DIFERENCIA(S): NUEVAS CONSTRUCCIONES

DIFFERENCE(S): NEW CONSTRUCTIONS

Leticia Glocer Fiorini¹

Resumo: A proposta deste trabalho parte das consultas atuais de mulheres e suas problemáticas, de pessoas que respondem a sexualidades e gêneros não convencionais, assim como a novas formas de organização familiar, não clássicas. Se incluem também as consultas de adolescentes que expõe dúvidas não somente a respeito de sua sexualidade, mas também ao seu gênero atribuído (gênero fluente). Ou as consultas de mães e pais de crianças que não aceitam sua atribuição de gênero. Nesta trama está em jogo como se interpreta a categoria “diferença”. Se propõem distinções necessárias entre a diferença sexual e de gêneros, assim como suas expressões no plano linguístico e discursivo. A partir dos atoleiros que a lógica binária apresenta para refletir sobre estas problemáticas, estes desenvolvimentos objetivam repensar os diferentes níveis em que se posiciona a categoria “diferença” e concentrá-los na base de lógicas complexas, que incluam os dualismos em complexidades maiores.

Palavras-Chave: Diferença sexual. Diferença de gêneros. Diferença discursiva. Lógica binária. Paradigma da complexidade.

Abstract: The purpose of this work comes from current appointments of women and their issues, of people that respond to sexuality and non-conventional genders, as well as new forms of family setting, non traditional. Including also appointments of teenagers that present doubts regarding not only their sexuality, but also their assigned gender (fluent gender). Or the appointments of parents of children that do not accept their gender assignment. In this plot, how the category “difference” is presented is at stake. Necessary distinctions between the difference in sex and gender are proposed, as well as their expression in the linguistic and discursive field. From the mire that binary logics presents in order to reflect on this problematic, these developments aim to rethink the different levels in which the category “difference” is placed and concentrate them in the foundation of complex logics that include dualisms in major complexities.

Keywords: Sexual difference. Gender difference. Discursive difference. Binary logics. Complexity Paradigm.

INTRODUCCIÓN

El concepto de diferencia sexual marca la historia de la cultura y la civilización desde sus orígenes. Uno de los ejes fundamentales de la vida en común siempre se sostuvo en la diferencia de los sexos, incluidas sus consecuencias. Por eso, no se trata solo de un concepto sino también de una experiencia que determina la vida y los conflictos de hombres y mujeres. Esa relación entre los

¹ Médica y psicoanalista. Miembro titular de la Asociación Psicoanalítica Argentina (APA). Cochair para América Latina del Comité “Estudios de Diversidades Sexuales y de Género”, de la Asociación Psicoanalítica Internacional (IPA). Profesora de la Universidad de Buenos Aires (UBA) en la Maestría “Estudios Interdisciplinarios de la Subjetividad”. Ex Presidenta de la APA. Ex Chair del Comité de Publicaciones de la IPA y de la APA. Premio Celes Cárcamo por su trabajo: “La posición femenina: una construcción heterogénea”. Autora de los siguientes libros: *Lo femenino y el pensamiento complejo (Deconstructing the Feminine)*; *La diferencia sexual en debate. Cuerpos, deseos y ficciones (Sexual difference in debate. Bodies, desires and fictions)*; *On Freud’s “Femininity”, entre otras publicaciones en libros y revistas psicoanalíticas.*
E-mail: lglocerf@intramed.net

hechos y los conceptos es clave si entendemos que nunca se superponen totalmente. Los hechos, lo fáctico, obligan a revisar teorías y, a la vez, los cambios en las teorías producen efectos en las interpretaciones de los hechos.

Sin embargo, no se trata solo de los hechos y experiencias ni de las teorías que intentan comprenderlos. Se trata también del lenguaje. ¿Qué expresa el lenguaje sobre la diferencia sexual? ¿Acaso se trata de aceptar una supuesta neutralidad del mismo? Fox Keller (1994) ya había planteado que el lenguaje nunca es neutro y que expresa una relación de poder entre los géneros. Mucho antes, en relación al genocidio nazi se había planteado que el alemán no era un idioma neutro. En la actualidad constatamos que hay cambios en el lenguaje que intentan modificar la invisibilización de las mujeres en el lenguaje, cambiando el a y el o, por el e. Se trata de formas de exploración que están expresando movimientos en relación con un cierto “estado de las cosas”.

Desde un punto de vista psicoanalítico, si deseamos adentrarnos en los cambios que se constatan en las sociedades actuales debemos trabajar con esa relación disyuntiva entre hechos y conceptos así como, además, focalizar en los efectos del lenguaje en cuanto a la diferencia sexual.

Pero, ¿qué nos conduce a revisar la categoría “diferencia”? Prestamos atención a las consultas actuales de mujeres y sus problemáticas, de personas que responden a sexualidades y géneros no convencionales así como a nuevas formas de organización familiar, no clásicas. Pensamos también en las consultas de adolescentes que plantean dudas no solo en cuanto a su sexualidad sino también a su género asignado (género fluido). O en las consultas de madres y padres por niños que no aceptan su asignación de género. En esta trama está en juego cómo se piensa la categoría “diferencia”.

De aquí surge un primer problema: ¿nuestra teoría, nuestras creencias, nuestras herramientas están preparadas para pensar estos desafíos? En este texto, voy a desarrollar mi propuesta sobre la categoría “diferencia” en psicoanálisis, con la perspectiva de que las teorías sobre la diferencia sexual subtienden aspectos importantes de la teoría psicoanalítica y que esto actualmente se encuentra cuestionado desde varios puntos de vista: las experiencias culturales y sociales, las consultas clínicas y los puntos ciegos de la teoría para abarcar estas multiplicidades. Todo esto tiene efectos en el curso de un análisis.

Surge de mi propuesta un primer paso: distinguir entre el concepto de diferencia sexual y la “categoría diferencia”, más abarcativa para expresar una operatoria referida a la construcción de subjetividad sexuada en un sentido simbólico. Un segundo paso es el de distinguir la diferencia sexual de la diferencia de géneros. Un tercer paso, que considero fundamental, es ampliar el concepto de diferencia a categorías lingüísticas y discursivas que son indispensables, a mi juicio, para analizar los procesos de subjetivación en un sentido simbólico.

Esta propuesta no apunta a negar las diferencias, pero sí a determinar la genealogía de sus interpretaciones, que indudablemente fueron variando en el curso de los siglos. En este marco, el psicoanálisis está involucrado por lo cual se hace imprescindible investigar en qué medida respondió a ideas sobre la diferencia profundamente arraigadas en la intertextualidad así como en los discursos y prácticas vigentes.

Desde las religiones se instaló que la incitación al pecado provenía de las mujeres así como se determinó que su única función era la reproducción; también la Iglesia católica postuló que las mujeres no tenían alma hasta que el

CONVIDADO

Concilio de Trento modificó esa concepción. Desde la filosofía, Aristóteles sostuvo que los hombres eran la forma y las mujeres lo informe. Muchos filósofos centraron sus desarrollos en un sujeto masculino tomado como modelo de sus teorías.

Salvo algunas excepciones, estas teorías fueron cuestionadas desde fines del siglo XIX y aun antes, tanto desde distintas disciplinas como por movimientos de mujeres, principalmente en Occidente. Cambió con la entrada de la mujer al mundo del trabajo en la segunda guerra mundial, la introducción del voto femenino, y otros reconocimientos en el plano legal como la patria potestad compartida, el divorcio, cambios en el concepto de infidelidad que siempre fue interpretada en forma diferente para hombres y mujeres, con efectos en las legalidades vigentes. Estos movimientos giran en torno a la construcción del lugar de sujeto para las mujeres, lugar que no fue considerado por la Modernidad ilustrada.

Laqueur (1994) señaló las variaciones en el concepto de diferencia sexual que hubo en el curso de la historia, entre el modelo monosexuado y el bisexuado. Estos dos modelos: la mujer como la inversa del hombre, en negativo, o bien como alguien diferente, aunque desvalorizada, se alternaron en el curso de la historia de las ideas.

Actualmente, como señalamos, nos encontramos ante múltiples variantes de sexualidades y de géneros, que se van multiplicando. En Internet figuran más de 100 y esto, más allá de los números, es un indicio de un cambio cultural en proceso.

Algunos piensan que estos cambios son sólo modas que no afectan al psicoanálisis. En este sentido, proponemos que es indispensable diferenciar entre cambios transitorios, epocales, y cambios a largo plazo cuyos efectos no podemos todavía dimensionar totalmente, como señalaba Braudel (1991).

DIFERENCIA SEXUAL Y DE GÉNEROS

La diferencia sexual en psicoanálisis está basada en un eje: la sexualidad. Su expresión son las teorías sexuales infantiles. Cuando Freud (1909), junto con el padre de Juanito, propone la teoría de la castración, está estableciendo una línea para pensar la diferencia. Se trata de una línea basada en un registro imaginario, pero con fuertes efectos simbólicos, basada en el dualismo fálico-castrado. Posteriormente, lo que fue pensado como fase fálica pasó a tener cada vez más pregnancia; el falo como metáfora simbólica, de poder y potencia pasó a ser un significante "neutro", indiscutible. En otras palabras, si la obra freudiana, como señalaban Mitchel y Rose (1982), era un ejemplo privilegiado de cómo funcionaba el patriarcado, esto se pierde cuando el falo supera y excede cualquier estatuto relacional.

Además, si las teorías sexuales infantiles (FREUD, 1908) expresan la forma que tiene el niño varón, investigador, de teorizar sobre la diferencia sexual sin sentirse amenazado en su potencia; esta teoría imaginaria, defensiva, no explica suficientemente por qué la niña se acopla a la misma. Tampoco explica qué pasa con las teorías sexuales adultas: si se mantiene la misma teoría eternamente o si habría modificaciones. Y, en este caso, de qué dependerían.

Ahora bien, si de lo que estamos hablando es de la castración en un registro simbólico (LACAN, 1974), ya nos ubicamos en otro plano. La castración

simbólica, como acceso a los límites, a la incompletud, atañe a ambos sexos y, en este sentido, marca una distinción fundamental con la castración imaginaria.

Pero, avanzando más: ¿es necesario incluir la categoría género para pensar la diferencia?

Las teorías de género se imponen principalmente desde mediados del siglo XX. Surgieron desde la Medicina (MONEY; HAMPSON; HAMPSON, 1957) y la Antropología (RUBIN, 1975). Stoller (1984), desde el psicoanálisis, incluyó el tema género para sus estudios del transexualismo.

Como señalé, ¿puede el psicoanálisis seguir avanzando en estas áreas de la diferencia sin incluir la categoría género? Y, si se incluye, ¿en qué sentido se efectúa? ¿Cuáles serían los aportes y posibilidades de inclusión y cuáles las divergencias?

A nuestro juicio, el género está incluido en los desarrollos freudianos, aunque todavía no estaba nominado. Cuando Freud (1923) describe cómo se posicionan el niño o la niña en relación con el complejo de Edipo, ya está marcando diferencias entre los géneros al enfrentarse a la diferencia sexual y, por lo tanto, en su concepción sobre la misma. En este sentido, la teoría freudiana sobre la diferencia sexual parte de una teoría (implícita) sobre los géneros, que presenta puntos ciegos y controversiales, especialmente en lo que respecta al desarrollo psicosexual de la niña. Esto no quita que sus planteos sobre lo femenino y las mujeres presentan otras vertientes, aunque predominan las clásicas de la época.

En relación con la obra freudiana, señalemos que Freud parte de una concepción simétrica, el complejo de Electra, (la niña como análoga y, a la vez, complementaria del niño), para luego avanzar sobre una disimetría, ya que el complejo de Edipo de la niña se diferencia del varón por una prolongada fase preedípica. Esto se expresa en un recorrido diferente comandado por la envidia del pene, con el imperativo de cambio de objeto y cambio de zona, que no existiría en el varón. Sin embargo, el resultado final, en su resolución es arribar a una complementariedad entre ambos sexos. Esta complementariedad está basada en la reproducción ya que el destino príncipe de la niña es, para Freud, la maternidad. Activo-pasivo, posesión o no del pene, entre otras polaridades homologadas a masculino-femenino, son parte de la obra freudiana.

La rigidez y la falta de atributos intelectuales que señala en las mujeres coincide con las opiniones vigentes en su época (MOEBIUS, 1982). Puntualicemos también que si bien Freud tenía relaciones intelectuales fuertes con distintas mujeres, atribuía las capacidades sublimatorias y creativas de las mismas a su "parte masculina". Como señalaba Kofman (1982): una verdadera tautología.

Sin embargo, constatamos que no hay en Freud una sola línea con respecto a la diferencia sexual; hay otras vertientes que debemos reconocer también. Al final de su obra descrea de la oposición activo-pasivo asignada a lo masculino y lo femenino respectivamente, y arriba asimismo a la conclusión de que si bien hay una sola libido, ésta no es masculina como señalaba al principio, sino neutra (FREUD, 1933). También enfatizó lo incierto de las significaciones atribuidas a las categorías femenino y masculino (FREUD, 1933).

Laplanche (1988) abordó la categoría género asignándole sus propias acepciones. En vez de distinguir el sexo anatómico del género como producto cultural, diferenció el sexo vinculado a la función y al placer sexual, del género relacionado con la distinción masculino-femenino. Este autor distinguió entre

CONVIDADO

la diferencia de géneros y la diferencia sexual. Propuso que la diferencia de géneros es pre-edípica y se establece desde el nacimiento o antes, ya que los padres diferencian los géneros y sostienen anhelos y deseos con respecto a los mismos en sus hijos. En cambio, plantea que la diferencia sexual aparece como parte del enfrentamiento del niño investigador a la diferencia de los sexos. Este enfrentamiento sigue la teoría freudiana sobre las teorías sexuales infantiles tradicionales: tiene o no tiene. Indudablemente, la diferencia sexual en términos fálico-castrado responde a un registro imaginario y requiere ser analizada y deconstruida.

Además, Laplanche planteó una diferencia importante: por un lado, señaló que la polaridad masculino-femenino al momento del nacimiento atañe al género asignado, con su creciente reconocimiento por el niño o la niña antes del acceso a la diferencia sexual; por el otro, planteó una distinción con la polaridad masculino-femenino a partir de la resolución edípica. Esta última también fue tomada por Freud (1905) en *Tres Ensayos*, aunque con la perspectiva de que lo femenino, como dijimos, respondía al modelo masculino, si bien con algunas distinciones. Laplanche sugirió la necesidad de repensar las teorías sexuales adultas y la teoría psicoanalítica en sí, y cuáles serían las influencias de las teorías sexuales infantiles a este respecto. Como señalamos, este es un punto que es necesario retomar y ampliar: el papel del dualismo fálico-castrado, con su potencia imaginaria, en los procesos de subjetivación así como en la construcción de teorías sobre la diferencia.

Vemos que hay una intrincación entre ambas categorías: diferencia de géneros-diferencia sexual.

BINARISMOS Y RELACIONES DE PODER

Es necesario profundizar los lazos de los dualismos masculino-femenino y fálico-castrado, con las relaciones de poder implícitas y explícitas en las relaciones entre hombres y mujeres que impregnan los discursos vigentes. Héritier (2007), desde la Antropología, abordó estas relaciones de poder, inscriptas en el binarismo masculino-femenino. Las dicotomías binarias son claves para sostener relaciones de poder y para entender cómo la misoginia encuentra sus herramientas y modos de acción a través de las mismas.

Pero, ¿cómo se transmiten esas relaciones de poder desde lo colectivo a lo individual? Es ineludible pensar en esos procesos de transmisión. El proyecto identificador, tal como lo propuso P. Castoriadis-Aulagnier (1977), es un instrumento teórico necesario para poder entender cómo se transmiten los ideales sobre los géneros a niños y niñas desde los enunciados maternos, y cómo esta transmisión incluye relaciones de poder. Si bien esta autora no se refirió específicamente al género, considero que su propuesta brinda una herramienta necesaria para comprender las operatorias de transmisión de los ideales de género de los padres a través de identificaciones, imaginarias y simbólicas. Estas operaciones psíquicas sostienen también las relaciones de poder entre los géneros.

Asimismo, recordemos que Freud ya había propuesto el concepto de pulsión de dominio (FREUD, 1915), que luego incluyó en su segunda teoría de las pulsiones. Pero, a nuestro criterio, estas fuentes pulsionales deben entrar en relación con lo transubjetivo: la pulsión tiene un empuje propio pero no es arbitraria.

En esta línea, introducimos las ideas de Bourdieu (1999) sobre la dominación masculina. Sus estudios sobre las tribus primitivas de Cabilia mostraron

que ciertas actitudes corporales de las mujeres, que caminaban encorvadas, estaban naturalizadas. Puntualizó que en realidad respondían a relaciones de sometimiento de las mujeres cuyas determinaciones se desmentían a través de procesos de deshistorización. Incluir el factor historización puede permitir entender los efectos de las relaciones de poder en los cuerpos, en las relaciones de género y, fundamentalmente, en sus conexiones con el factor pulsional. En este marco, advertimos que hay una relación recíproca entre la pulsión y el género, entre la pulsión y los otros. La pulsión informa al género y el género informa a la pulsión (OPPENHEIMER, 1986). Agregamos que el cuerpo informa al género y el género al cuerpo. Estas informaciones, en las que circulan relaciones de poder, no son directas ni hay una concordancia necesaria entre estos factores. La diferencia se configura sobre estas concordancias y discordancias.

Se trata también de incluir, por cierto, fuentes de estudios interdisciplinarios que ayuden a comprender la influencia de la cultura, los discursos vigentes y la organización social en la construcción de teorías sobre la diferencia sexual y en la construcción de subjetividad sexuada. Estas teorías no son inocuas ya que, como hemos destacado, incluyen implícitamente relaciones de poder entre los géneros.

Por otra parte, es imprescindible adentrarnos en cómo se juega la diferencia sexual y de géneros en la clínica. Hay algunas categorías a repensar: en primer lugar, la histeria y el masoquismo femenino.

Ya Foucault (2007) planteaba que hay una fuerte tendencia a histerizar lo femenino, generalización que ubica a las mujeres en un lugar otro, seductor pero peligroso y enigmático a la vez. Una de sus expresiones fue encarnada en las brujas, a quienes “era necesario” eliminar. El elemento en común es lo enigmático, lo misterioso, lo amenazador, siempre vinculado a lo femenino.

Otra categoría a repensar es el masoquismo femenino. Tiene suma importancia en el área de la violencia de género. ¿Cómo se piensa y cómo se interpreta? ¿Hay un masoquismo femenino esencial que está en los orígenes de esa violencia y que la perpetúa? Esta propuesta marca una línea de comprensión que transfiere la violencia de género y sus determinaciones androcéntricas hacia una responsabilidad en las mujeres, replicando así los saberes comunes sobre el tema. Es necesario desarticular esa relación entre el masoquismo y lo femenino. En primer lugar, investigando la historia infantil y sus determinaciones en cada mujer. En segundo término, redireccionando la mirada hacia las relaciones de poder entre los géneros que influyen en cómo se construye subjetividad. Además, conocemos el masoquismo llamado femenino en los hombres. Indudablemente, esto repercute directamente en las interpretaciones que maneja cada psicoanalista.

Pero también tenemos que incluir en la teoría y en la clínica los cambios en la categoría masculinidad, que se acentúan en las sociedades actuales. Las incertidumbres con respecto a las significaciones de la feminidad influyen en la masculinidad, como atributo a lograr por los varones. Han cambiado esos atributos pero sigue presente una idea de masculinidad fuerte, dominante y posesiva. El imperativo de masculinidad está en las bases de la violencia de género y la misoginia. Tiene sus raíces en el *pater familia* que controlaba, dominaba y educaba a las mujeres y los niños. Esto fue consagrado en el Derecho Romano y sus efectos siguen vigentes.

LA DIFERENCIA: CUERPOS, IDENTIFICACIONES, DESEOS

¿Es la anatomía el destino? ¿O todo se juega en el plano de las identificaciones de género? ¿O bien son los deseos los que definen la diferencia según la elección de objeto, hetero u homosexual? ¿Hay que elegir?

¿Qué quiso decir Freud (1925) con “la anatomía es el destino”, cuando a la vez planteó la necesidad del atravesamiento edípico para acceder a una posición sexuada en un sentido simbólico? En esta segunda opción ya la anatomía no es el destino.

Por otro lado, ¿acaso la sexuación se definiría solamente con el género asignado?

¿Qué relación hay entre los cuerpos (de la cultura) y las identificaciones de género? Y, a la vez ¿qué relación tendrían con los itinerarios del deseo?

Consideramos que estas variables forman parte de un entramado cuyas relaciones son ineludibles. No se puede atribuir la complejidad de los procesos de construcción de subjetividad a una sola variable. Más aun, tampoco se trata sólo de una sumatoria simple de factores. Se trata, por el contrario, de hacer trabajar estas variables entre ellas. *Estas relaciones se dan en concordancia y discordancia; se trata de relaciones entre elementos heterogéneos: cuerpos, deseos e identificaciones.* En cada uno de estos niveles se producen operatorias relativas a la categoría “diferencia”. Es así como entendemos la construcción de subjetividad sexuada. Lo heterogéneo es parte de la producción subjetiva. El magma psíquico de Castoriadis (1992) refleja esta concepción. Por cierto, no se trata de un caos sostenido sino de operatorias de orden-desorden, en coexistencias y sucesiones a la vez, que se producen en una trama heterogénea que demanda ser pensada con los elementos que proporciona el paradigma de la complejidad (MORIN, 1995).

ENTONCES, ¿CÓMO PENSAR LA DIFERENCIA?

Un aspecto es abordar la diferencia como una operatoria simbólica, como contradicción entre dos términos; estos dos términos son de orden lingüístico y discursivo. Pero, pretender localizarlos y eternizarlos en la oposición fálico-castrado sería sostener un imaginario basado en relaciones de poder. El dualismo fálico-castrado responde a un registro imaginario que se sostiene en poderosas relaciones de poder. Y, si avanzamos más, el falo como significante maestro debe ser reconsiderado. Si bien puede ser considerado como un organizador en el plano de los corrimientos significantes, no es inocuo que justamente sea el falo ese organizador. ¿Acaso es un significante neutro?

Esta problemática nos condujo a complejizar la categoría “diferencia” como un organizador simbólico en el orden intra y transubjetivo. A partir de esta propuesta, nuestra línea de trabajo se dirigió no solamente a incluir la diferencia sexual como contradicción binaria, sino a buscar otras vías que amplíen esta perspectiva.

De esta manera, hemos incluido formas de pensamiento que conceptualicen la diferencia en el marco del *pensamiento triádico* (FIORINI, 2015; 2017). Se trata de hacer trabajar, en sus heterogeneidades, *distintos niveles en los que se juega la diferencia: diferencia anatómica-diferencia de géneros-diferencia sexual (que incluye la oposición fálico-castrado pero que va más allá)*. Este juego de diferencias y sus interpretaciones, imaginarias pero con potentes efectos simbólicos, nos permiten salir del planteo estructural, eterno e inamovible asenta-

do sobre el significante falo, con sus inevitables connotaciones androcéntricas, sobre el que se posicionarían ambos sexos.

Las operaciones que marquen diferencia son claves para el acceso a un universo simbólico, pero solo si se las puede categorizar en sus múltiples vertientes y niveles, incluyendo la diferencia en el orden lingüístico y discursivo. De lo contrario, la diferencia sexual es un mecanismo más para sostener el orden constituido.

A la vez, siempre la diferencia como tal deberá incluir el reconocimiento al otro: al otro como otro radicalmente distinto al yo, pero también al otro como sujeto. La alteridad está inscripta en la diferencia y la diferencia en la alteridad.

BIBLIOGRAFÍA

- BOURDIEU, P. **La dominación masculina**. Barcelona: Anagrama, 1999.
- BRAUDEL, F. **Escritos sobre la historia**. Madrid: Alianza, 1991.
- CASTORIADIS, C. **El psicoanálisis, proyecto y elucidación**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1992.
- CASTORIADIS-AULAGNIER, P. **La violencia de la interpretación**. Del pictograma al enunciado. Buenos Aires: Amorrortu, 1977.
- FIORINI, L.G. **Deconstructing the feminine**. Psychoanalysis, gender and theories of complexity. London: Karnac, 2007.
- _____. Deconstruyendo el concepto de función paterna. Un paradigma interpelado. **Revista de Psicoanálisis**, v. 58, n. 4, p. 671-681, 2013.
- _____. **La diferencia sexual en debate**. Cuerpos, deseos y ficciones. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2015.
- _____. **Lo femenino y el pensamiento complejo**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2001.
- _____. **Sexual difference in debate**. Bodies, Desires and Fictions. London: Karnac, 2017.
- FOUCAULT, M. **Las palabras y las cosas**. Mexico: Siglo XXI, 2007.
- FREUD, S. **Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia anatómica entre los sexos**. XIX. Buenos Aires: Amorrortu, 1925.
- _____. **Análisis de la fobia de un niño de cinco años**. X. Buenos Aires: Amorrortu, 1909.
- _____. **El yo y el ello**. XIX. Buenos Aires: Amorrortu, 1976.
- _____. La femineidad. In: _____. **Nuevas Conferencias de Introducción al Psicoanálisis**. XXII. Buenos Aires: Amorrortu, 1933.
- _____. Pulsiones y destinos de pulsión. In: _____. **Trabajos de metapsicología**, XIV. Buenos Aires: Amorrortu, 1979.
- _____. **Sobre las teorías sexuales infantiles**. IX. Buenos Aires: Amorrortu, 1908.
- _____. **Tres ensayos de teoría sexual**. VII. Buenos Aires: Amorrortu, 1905.
- HÉRITIER, F. **Masculino-Femenino II**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- KELLER, E.F. La paradoja de la subjetividad científica. In: SCHNITMAN, D.F. (Ed.). **Nuevos paradigmas, cultura y subjetividad**. Buenos Aires: Paidós, 1994.
- KOFMAN, S. **El enigma de la mujer**. ¿Con Freud o contra Freud? Barcelona: Gedisa, 1982.
- LACAN, J. **Los cuatro conceptos fundamentales**. Barcelona: Barral, 1974.

CONVIDADO

LAPLANCHE, J. **Castración. Simbolizaciones. Problemáticas II.** Buenos Aires: Amorrortu, 1988.

LAQUEUR, T. **La construcción del sexo.** Madrid: Cátedra, 1994.

MITCHELL, J.; ROSE, J. **Feminine sexuality:** Jacques Lacan and the école freudienne. New York: N.W. Norton & Co., 1982.

MOEBIUS, P.J. **La inferioridad mental de la mujer.** Madrid: Bruguera Editorial, 1982.

MONEY, J.; HAMPSON, J.G.; HAMPSON, J.L. Imprinting and the establishment of gender role. **Arch. Neurol. Psychiat.**, v. 77, p. 333-336, 1957.

MORIN, E. **Introducción al pensamiento complejo.** Barcelona: Gedisa, 1995.

OPPENHEIMER, A.F. **La elección de sexo.** Madrid: Akal, 1986.

RUBIN, G. The traffic in women: notes on the "political economy" of sex. In: REITER, R.R. (Ed.). **Toward an anthropology of women.** New York: Monthly Review Press, 1975.

STOLLER, R. **Sex and gender.** London: Karnac, 1984.

ENTREVISTA COM TANIA RIVERA¹

AN INTERVIEW WITH TANIA RIVERA

– PODERIA NOS CONTAR SOBRE O PAPEL OU FUNÇÃO DA ESCRITA NA SUA VIDA?

TANIA - A pergunta é muito boa, mas muito difícil de responder, porque relança em mim a questão fundamental – e que me surpreende, confesso, ainda hoje, depois de muitos anos de reflexão e prática: o que é, afinal, a escrita?

Há muitos tipos de escrita, ligadas a funções diversas, no dia a dia das pessoas em geral, e não creio que seja o caso de circunscrever um deles – a escrita teórica ou a literária, por exemplo – como superior e único digno de interesse. Penso que devemos, antes, considerar a escrita – qualquer escrita – como gesto fundamental, e sempre retomado, de inscrição no mundo.

Em seu grau zero, digamos, toda escrita é, em primeiro lugar, inscrição do sujeito em uma superfície – papel, tela ou parede, no caso dos *graffitis*, por exemplo. Ou dos homens pré-históricos a traçar desenhos na parede de cavernas, em um gesto que, antes de supormos que tenha intenções mágicas, devemos reconhecer que põe em ato, muito simplesmente, a presença de alguém – e a transmite a outrem.

Antes de poder ser vista e lida por meu semelhante, servindo à comunicação, a escrita talvez seja, neste sentido, oferta de algo de si a um Outro inalcançável, dessemelhante – como os imensos traçados do povo Nazca no solo de um deserto no Peru, que só podem ser totalmente vistos, hoje, de avião, e, portanto, nunca o foram pelo próprio povo pré-colombiano que os realizou. Ela se destinaria a uma espécie de Olhar Outro, que comandaria e garantiria a cena do mundo. Nessa linha de pensamento, ao traçar desenhos ou letras, eu me daria a esse Olhar de modo a tomar lugar nesta cena, ao mesmo tempo em que dela me ocultaria em parte, podendo mover-me para fora de seu palco.

Por isso, entendo a escrita como gesto elaborativo em potencial: nele me refaço, recolocando em jogo meu lugar, ao mesmo tempo em que posso mudar alguma mínima coisa na cena da fantasia e no mundo que a abriga. A criança que empunha pela primeira vez um giz e cria uma curva colorida no papel realiza, portanto, algo extraordinário, que ela retomará por sua própria conta e risco ao aprender a compor letras e se apropriar materialmente da linguagem, aprendendo a escrever para fins de comunicação com os outros.

Diante de qualquer papel ou tela, somos convidados a refazer este gesto. Não é à toa que tanta gente o suspende, em inibição e angústia. Escrever nos convoca a brincar com o “bloco mágico” de que fala Freud, aquele palimpsesto móvel que é o próprio psiquismo. E escrevendo, pode-se ser levado eventualmente ao gesto de “virar a página”, no qual Lacan aponta uma das figuras do “ato analítico” em sua radicalidade.

Escrever é para mim, portanto, algo muito sério, e ao mesmo tempo lúdico, implicando prazer e, por vezes, alguma angústia. Longe de ser uma atividade

¹ *Psicanalista, ensaísta e professora do Departamento de Arte e da Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes da Universidade Federal Fluminense (UFF). Recebeu o prêmio Jabuti de Psicologia/Psicanálise (2014) com o livro “O Averso do Imaginário: arte contemporânea e psicanálise” (Cosac Naify, 2013). Atuou como professora visitante no departamento d’Arts plastiques da Université Paris 8, Vincennes Saint-Denis, em março de 2016. Foi curadora da exposição “Lugares do Delírio” (Museu de Arte do Rio, 2017 e Sesc Pompeia, 2018), entre outras. E-mail: taniarivera@uol.com.br*

² *Entrevista realizada pela gestão anterior da SIG Revista – Clarice Moreira da Silva, Cristina Gudolle Herbstrith, Felipe Canterji Gerchman e Lísia da Luz Refosco.*

de gratuita ou mera exibição de saberes, trata-se de uma espécie de necessidade: escrevo porque acredito que algo deve ser dito e passado adiante.

– A PARTIR DE SUA EXPERIÊNCIA E ESTUDO, QUAL O LUGAR DA ESCRITA NA TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE?

TANIA - Na linha do que vinha dizendo acima, podemos considerar que *escrita é transmissão*, na medida em que lhe é inerente o caráter de registro de uma experiência singular, mas que se destina de saída ao outro. Toda escrita pressupõe o outro, seu olhar ou leitura, e só com ele se fecha em circuito.

Quando escrevemos, nos lemos e relemos, como nota argutamente Susan Sontag, e isso já implica minimamente um jogo entre eu e outro, uma alternância e alteração de si como aquela que Arthur Rimbaud já indicava com a fórmula “eu é um outro”. Ao escrever, somos convidados a ocupar o lugar de um outro no circuito do desejo, na cena da fantasia, e apenas através dessa movimentação pode vir a se configurar uma “voz” própria, aquilo que comumente se chama “estilo”. Em vez de consistir em expressão de um “si mesmo” preexistente, essa voz é, em minha opinião, a modulação em formas diversas do que se apresenta a nós e nos causa. A “voz” de um escrito traz, neste sentido, configurações parciais do inconsciente ou d’*Isso*, do Id freudiano que mergulha nas coisas e no mundo e deixa claro que o sujeito não coincide com o indivíduo em sua “subjetividade”, sua “psicologia”. O traço e sua configuração em letra são retomadas materiais d’*Isso* que está no mundo, e não jaculações de uma subjetividade autônoma e bem delimitada.

Em psicanálise, a ideia de que se trata de transmissão, e não de mero ensino e aprendizagem de teorias e de sua aplicação clínica, justifica-se pela importância de se reconhecer a radicalidade da experiência de uma análise. Não basta dizer, contudo, que esta é fundamental e que um analista não pode dela prescindir em sua formação, tendo a seu lado o estudo teórico. A questão essencial é a do nó entre as duas vias, dos modos singulares pelos quais tal experiência incide sobre a própria teoria e sobre sua apropriação por cada analista.

Creio que a própria teoria psicanalítica explicita sua estrutura transmissiva – ou seja, de inacabamento e demanda de leitura singular e reescrita por parte de cada estudioso –, apesar de existirem, é claro, muitos escritos que a reduzem a dogmas e fórmulas fixas. Desde a escrita dos sonhos do próprio Freud em *A Interpretação dos Sonhos*, no qual o onírico é proposto e explorado como texto, a teorização freudiana é aquela de uma voz se constituindo e modulando em consonância com prática clínica. A teoria é fiel a esta dimensão da experiência e se afirma como busca constante, e a este respeito a noção de “construção em análise” é eloquente: trata-se de traçar palavras em narrativas jamais fixadas em uma verdade universal, de combinar letras em formulações moventes, tanto na clínica quanto em sua transmissão.

– QUAL SUA POSIÇÃO SOBRE A ESCRITA NA FORMAÇÃO DE UM PSICANALISTA?

TANIA - Para responder a essa questão gostaria de ressaltar que a leitura de Freud já constitui, na linha de reflexão que estamos tentando desenvolver, uma espécie de escrita de cada estudioso, de cada analista. Ela convoca a reescrita singular do “bloco mágico”, cujas inscrições de base são perdidas e devem se retrair e refazer, na análise como na teoria. E como na vida.

Essa concepção não deve ser tomada, entretanto, como uma espécie de

relativização da teoria. Não se trata simplesmente de cada analista construir “sua” teoria e “sua” escrita, a seu bel-prazer. Ela aponta, sim, para a necessidade de uma apropriação teórica e clínica não dogmática, na medida em que nela se implica a singularidade de cada estudioso (e todos somos aprendizes diante da experiência do inconsciente, mesmo quando já realizamos nela uma longa trajetória). E reconhece, assim, a importância de uma certa invenção na formação interminável de cada um. Mas o fundamental é que ela indica um rigor mais fundamental e difícil do que aquele da citação, da repetição dogmática de combinatórias já fixadas: a fidelidade a tal experiência em sua singularidade.

Essas ideias tampouco devem ser compreendidas como pregando a obrigatoriedade da produção de textos por parte de todo ou toda analista. Afinal, não há prescrições ou garantias, no terreno movente e plural da apropriação da psicanálise. E é da modulação da voz de cada um – de *escrita*, no sentido que proponho aqui – que se trata, também, na clínica de todo dia.

– DE QUE ESCRITA ESTAMOS FALANDO QUANDO O OBJETO EM QUESTÃO SE TRATARIA DO INCONSCIENTE?

TANIA - Justamente, creio que não se trata de ter o inconsciente como “objeto” da escrita e tema da transmissão. Trata-se, antes, de vê-lo como uma espécie de *operador*, que faz vibrar a relação entre sujeito e saber e assim desestabiliza a própria linguagem. Acho que o campo na cultura no qual isso (ou *Isso*, em maiúscula) costuma se dar é aquele da poesia. E da arte.

Por isso com frequência recorro, em minha busca de transmissão (ou seja, na missão de pôr em trânsito minha experiência em psicanálise), ao diálogo com a literatura e as artes: para tentar convocar, em ato, tal operação. Acho que o diálogo de Freud com tal campo inaugura esse caminho, que é uma espécie de “método alteritário”, no qual a psicanálise explicita sua busca de palavras “emprestadas” em obras como *Édipo Rei*, em seu exemplo mais forte e óbvio. É na tragédia de Sófocles que o psicanalista encontra a nomeação para seu conceito central de Complexo de Édipo. As construções psicanalíticas se fazem, assim, com traços já presentes na cultura, do mesmo modo como as formulações em análise empregam palavras do analisando – e de outros, em combinatórias que podem alterá-las um tanto.

Mais do que simplesmente ter acesso, no campo da arte, às palavras fundamentais que habitariam o inconsciente, o psicanalista nele pode se pôr em atrito com a vibração da linguagem que é correlata ao descentramento do eu – e, portanto, deste dá notícias. Tal correlação não possibilita, contudo, a meu ver, um uso funcionalista da arte e da literatura, ou ainda da escrita, como técnica terapêutica, pois não se trata de um esquema de causa e efeito, mas sim de uma certa ressonância. Antes mesmo de a psicanálise ser criada, a literatura e a arte eram o amplo terreno, de fronteiras mal definidas, no qual se subvertia e apresentava o sujeito como efeito, entre nós. A subversão do sujeito não é apêndice da clínica psicanalítica, apesar de esta explorá-la e visá-la em um dispositivo próprio e singular. O sujeito está na Cultura (ele aí *mal está*, se quisermos brincar com a tradução de *Unbehagen* como *O Mal-Estar na Cultura*).

Mais do que “conteúdos” do inconsciente, creio que a literatura e as artes fornecem algo muito importante para o psicanalista: estratégias de subversão, modelos plurais de incitação ao descentramento do eu. Acredito que dialogar com elas pode ajudar-nos a pôr em movimento a teoria psicanalítica. Além disso, podemos tentar “pegar carona” em sua vibração da linguagem, nos efeitos

que elas podem produzir, para tornar sensível aquilo de que se trata na psicanálise. Para tentar *performar* a própria teoria, acentuar seu poder descentrador e subversivo – que deve ser considerado, ademais, em suas incidências políticas, para além da clínica em suas delimitações tradicionais.

– NO LIVRO *PSICANÁLISE**, VOCÊ AFIRMA QUE “PARA TRANSMITIR A EXPERIÊNCIA IMPLICADA NA CLÍNICA E NA TEORIA, SERIA OBRIGATÓRIO RECORRER AO ENSAIO – E, EM VEZ DE ESCREVER ‘SOBRE PSICANÁLISE’, ESCREVER *PSICANALITICAMENTE*” (P. 17). PODERIA NOS FALAR UM POUCO MAIS SOBRE O TEXTO ENSAÍSTICO E POR QUE O CONCEBE COMO A FORMA MAIS INTERESSANTE DE TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE?

TANIA - Escrever “psicanaliticamente” consistiria em desdobrar, com todo rigor, a proposta de fidelidade da escrita em psicanálise à experiência de descentramento do eu. Para tal, a escrita deveria *performar*, ou seja, pôr em ato, a implicação do enunciador em sua enunciação como disjunção e desestabilização da própria linguagem, e não como identidade a gerar textos autobiográficos ou autorreferenciais, por exemplo.

Tal implicação do sujeito da enunciação só se dá singularmente; não creio que existam fórmulas gerais nem preceitos que a guiem, na medida em que ela é a própria modulação de voz de que falávamos há pouco. De minha parte, busco-a há muitos anos no diálogo com a arte e a literatura, como já disse. Não se trata, porém, de usar obras com fins didáticos ou para tornar mais palatável ou agradável a recepção da psicanálise. Trata-se de me apropriar de palavras e formulações da arte e da literatura para nelas, ou em conversa com elas, tornar presente minha própria voz. Desde minha tese de doutorado, defendida em 1996, havia me aproximado do ensaio como escrita mais fluida e hesitante, mais afeita à experiência do pensamento como processo, dúvida e incerteza do que o formato acadêmico tradicional, feito para veicular certezas.

Eventualmente, trago em meus escritos pequenas narrativas autobiográficas, mas apenas quando um acontecimento realmente se mescla ao pensamento, como ocorreu, por exemplo, no sonho que relato no livro *Guimarães Rosa e a Psicanálise*, de 2005. Mais recentemente, com *Fora da Imagem*, de 2018, decidi publicar de forma independente um texto que força os limites tanto da fluidez do ensaio quanto da exigência de performatividade. O livro consiste em uma reflexão sobre imagem que assume sua inscrição na vida (em minha vida), recusa qualquer enunciação neutra e acaba, por esses dois motivos, aproximando-se da ficção. Poderíamos talvez caracterizá-lo como *novela teórica*, ou *reflexão autoficcional*. Conto nele um episódio muito doloroso, acontecido durante o luto de uma pessoa muito importante em minha vida, meu ex-marido e pai de minhas filhas, que faleceu precocemente. Trata-se do encontro, poucos meses depois de sua morte, com uma fotografia que ele havia tirado. Essa experiência me ensinou algo fundamental sobre a imagem em geral, e a fotografia em particular.

Talvez pela gravidade da situação, a dor e o amor que implicava, pensei que seria injusto e mesmo antiético recolher dela uma reflexão teórica neutra, destacando-a do pedaço de vida e afeto no qual ela se deu. Para ser fiel a tal elaboração – parte de um luto e de uma reflexão, ao mesmo tempo – seria necessário contar a história na qual ela se inscrevia; ou melhor, *construir* tal história. No livro, fora o encontro com a foto e talvez uma ou outra cena, tudo é inventado – e, portanto, tudo é verdade, como diria Flaubert. E talvez essa verdade seja necessária à transmissão.

Para mim, *Fora da Imagem* leva adiante o pensamento do livro *Cinema, Imagem e Psicanálise* e de outros textos que publiquei sobre fotografia, e deve ser tomado como reflexão teórica. Ou talvez eu deva dizer que essa é uma de suas camadas, e ele também pode ser lido como uma novela fragmentada e pontuada de devaneios sobre a imagem. Uma outra camada é ainda trazida pela presença de fotografias muito simples, feitas com a câmera do celular, que não ilustram o texto, mas busca enxertar figuras concretas na reflexão sobre a imagem, tentando materializar uma espécie de *pensamento da imagem*.

Algumas fotografias trazem obras de arte em recortes muito pessoais, e recebem títulos que não são aqueles das obras. Tanto essas imagens quanto várias frases do texto são apropriações de que dou crédito, em parte, ao final do livro. Gosto de ter omitido algumas delas, por esquecimento ou lapso, e de assim convocar uma espécie de anonimidade da escrita. Afinal, a escrita se dá sempre em um enorme palimpsesto, em um bloco mágico do mundo no qual recuperamos traços, palavras, frases, e os combinamos de modo a fazê-los *nossos*.

– NA ENTREVISTA PUBLICADA EM VÍDEO, INTITULADA *O MOVIMENTO DA PSICANÁLISE: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS*, PUBLICADA EM 27 DE MAIO DE 2017, VOCÊ CITA SUA PESQUISA COM A FUNARTE SOBRE ENSAIOS PSICANALÍTICOS, E EXPLICITA QUE OS PSICANALISTAS LEEM-SE MUITO POUCO ENTRE SI, EM NOME DE UMA RELAÇÃO DIRETA COM OS MESTRES, ACABANDO REPRODUZINDO UMA POSIÇÃO DE SUBMISSÃO TEÓRICA. PODERIA FALAR MAIS SOBRE ESTA CRÍTICA?

TANIA - A formação implica, como dizia acima, uma apropriação das formulações dos autores fundamentais que são Freud e pós-freudianos como Lacan, Klein, Winnicott e alguns outros. Mas é importante distinguir entre apropriação e citação. A última consiste em mero recurso à posição de autoridade e de reconhecimento do dogma, excluindo a dúvida e o diálogo que seriam capazes de desmontar o texto canônico, estranhando-o e fazendo-nos colocar algo de nós em sua remontagem, como aconteceria na apropriação.

A diferenciação é epistemológica e metodológica, mas se atualiza como modo de leitura: a citação consiste em tomar o texto como enunciado correspondente a um sistema de pensamento fixo e verdadeiro, que coincidiria com um estado empírico de coisas no mundo e ao qual só se pode aderir, repetindo-o, ou então abandoná-lo. Já a apropriação diria respeito a uma leitura que desconfia da coerência e da pretensão à totalidade de todo sistema conceitual, lendo-o freudianamente em busca de seus pontos cegos, de seus lapsos, de seus nós “sintomáticos” – não em uma proposta de interpretação de seu autor, mas sim de aposta na ideia de que todo texto é um trabalho como aquele do sonho. Ler um texto, no caminho traçado por Freud, consiste, portanto, em buscar nele incoerências, repetições, enigmas – e tomar a liberdade de passear, de errar um pouco com eles, em vez de aplainá-los em uma leitura dogmática. A relação com o texto torna-se então uma espécie de aventura na qual estou implicada intimamente, na medida em que se torna impossível neutralizar minha posição em nome de uma instância impessoal de produção da verdade, como na clássica posição científica.

A “relação direta” com os mestres convida a tal aventura, em minha opinião, e não deve se reduzir à citação e à sua explicação escolar, a sua fixação conceitual, a sua compreensão “exata”. Creio que os bons leitores dos mestres são aqueles autores que nos fazem ler e reler as fontes primárias, convidando-nos a tomarmos por nossa vez um caminho próprio de leitura. Esses autores

não visam a explicar Freud ou Lacan pela via da erudição, tornando unívocos e menos complexos os conceitos que estes vão traçando de modo bastante errático, mas assumem tal complexidade. Neste caso, é como se nos pusessem no meio de um entrecruzamento de questões que seria como um labirinto, no qual devemos traçar nosso próprio caminho. Afinal, ler é dialogar, e escrever e publicar é assumir publicamente sua voz nessa conversa.

Isso implica risco, um risco que Freud e Lacan parecem-me ter assumido com grande vigor. Lacan, em particular, teria explicitamente buscado nele o motor para sua transmissão, ao se colocar à prova do improvisado diante da plateia de seu seminário. Em muitos trechos da transcrição de suas aulas podemos perceber hesitações, saltos, acrobacias do pensamento. Longe de ser um oráculo no qual devemos procurar a verdade última, através de um trabalho de exegese que organize e aplaine os problemas, creio que seu ensino oral performa a teoria como aventura e como dispositivo de transmissão em circuito, e deve ser tomado menos conceitualmente do que metodologicamente. Ou seja, mais como convite a se meter no labirinto do que como necessidade de reduzi-lo a estrutura fixa e sem falhas. Quanto a seus escritos, que tentam também performar a teoria, mas por outras vias, ainda mais barrocas e tortuosas, talvez devamos vê-los menos como texto hermético que se trata de interpretar do que como terreno no qual se poderia praticar o conselho do próprio Lacan aos jovens analistas: “façam palavras cruzadas!”.

Não se trata, portanto, em absoluto, de minimizar a leitura dos “grandes mestres”, mas sim de recusar a posição de meros receptores ou comentadores de seu saber, para então assumir a leitura como *ato* no qual estamos implicados. Como autoria. E se esta convoca nossa singularidade, ela tem, é importante ressaltar, uma dimensão política. Ela nos convoca a assumir nossa posição geopolítica, hoje. Em um país periférico como o nosso, creio que nossa geração tem a tarefa de recusar a posição colonizada que naturaliza a posição do europeu como suposto detentor de algo que não alcançaríamos. Infelizmente, o mercado editorial segue marcado por essa premissa, que lhe garante um lucro imediato. Caímos então em um ciclo vicioso: os autores brasileiros são pouco lidos, portanto pouco publicados; e na medida em que não são difundidos, têm dificuldade de chegar a seus leitores em potencial. A tal lógica, que mistura mercantilismo e passividade colonizada, vem somar-se o fato de que o campo da psicanálise ainda é muito marcado pela divisão entre instituições que se organizam transferencialmente em torno de mestres que se creem os únicos herdeiros da “boa” psicanálise – em uma posição narcísica que deve, em minha opinião, ser denunciada como profundamente antianalítica. Infelizmente, até hoje existem escolas de psicanálise nas quais chega a ser proibido o estudo de textos que não sejam dos autores primários e daqueles que nela ocupam posição de poder.

Acredito que isso esteja mudando, e a presença da psicanálise nas universidades brasileiras vem, sem dúvida, contribuindo para isso. Mas as revistas e coletâneas publicadas na área seguem apresentando caráter fortemente endógeno, além de atingirem um público muito limitado. Isso reforça o isolamento da psicanálise e dos psicanalistas nos debates públicos, apesar de o atual momento político ter levado a iniciativas na direção contrária, como o site *Psicanalista pela Democracia* e propostas de atendimento psicanalítico em praças, de que tenho conhecimento em São Paulo e em Brasília, até o momento.

– **NO MESMO VÍDEO, VOCÊ TRATA SOBRE SUA PREOCUPAÇÃO EM RELAÇÃO AO FATO DE QUE, NA REFLEXÃO TEÓRICA, A VIVACIDADE E A PULSAÇÃO DA SINGULARIDADE DA CLÍNICA PARECEM AINDA MUITO POUCO PRESENTES. PODERIA DESENVOLVER MAIS ESTA IDEIA?**

TANIA - O vídeo busca divulgar o livro *Psicanálise*, um dos volumes da coleção *Ensaio Brasileiro Contemporâneo*, idealizada e dirigida por Francisco Bosco quando presidente da Funarte e editada por Filomena Chiaradia. A coleção contempla áreas diversas como Filosofia, Política, Estudos de Gênero, Música e Arte, entre outros, com a intenção de mostrar e divulgar o vigor da recente produção intelectual no país, especialmente em sua verve ensaística.

Quando Bosco convidou-me para estar à frente do volume de *Psicanálise*, de imediato percebi que seria a oportunidade ideal para constituir uma antologia de textos de referência até então inexistente e quebrar a lógica mercantil e colonizada de que falava acima, mostrando a força da reflexão em psicanálise no Brasil em todos seus quadrantes. Cada editor podia contar com dois colaboradores de fora do eixo Rio – São Paulo, e convidei dois colegas e amigos muito importantes em minha trajetória: Edson de Sousa e Luiz Celes. Juntos, buscamos garimpar textos de autores de linhas diversas, incluindo não psicanalistas. Tentamos acessar textos da primeira geração de psicanalistas no país, buscando alargar a ideia de “contemporaneidade” para sanar a pobreza editorial já mencionada, mas logo percebemos que isso demandaria uma pesquisa mais aprofundada, que não estava em nosso alcance. Optamos então por ter como marco cronológico um texto de Hélio Pellegrino sobre questões políticas e sociais publicado no período da abertura democrática, que traz uma apropriação da teoria freudiana de forma muito engajada. A partir dele, tentamos dar lugar a psicanalistas que foram importantes para a implantação clínica da disciplina nos diversos estados brasileiros, e que em vários casos eram estrangeiros aqui radicados. Buscamos incluir autores das gerações seguintes, sempre pautados pela necessidade de contemplar as diversas regiões e estados, bem como o mais amplo leque de pertencimento institucional e filiação teórica possível.

Apesar de nossos enormes esforços, nossa seleção traz, sem dúvida, falhas e lacunas. Ela não chegou a uma prospecção total da produção de todas essas décadas, o que demandaria anos de pesquisa e uma equipe maior, sem dúvida. Ela me parece particularmente injusta com a geração que hoje tem entre 45 e 60 anos, aproximadamente, e possui uma produção vasta e de alta qualidade. Essa geração mereceria uma coletânea própria e dedicada apenas a textos recentes e mais claramente ensaísticos.

A coleção da Funarte visava a privilegiar esse formato fluido, o “ensaio”, que costuma ser mais “pessoal”, opondo-se à escrita científica ou acadêmica e estabelecendo, com frequência, relações com a vida cotidiana, a cultura e a sociedade. Foi muito interessante, durante nossa pesquisa editorial, ler os textos de psicanalistas e estudiosos em psicanálise perguntando-nos se e em que medida podiam ser considerados “ensaios”. Em princípio, se poderia supor que os estudos de caso e os escritos que relatam situações clínicas seriam ensaísticos em alto grau, por remeterem à experiência viva, ao “ensaio” sempre a se refazer de nossa clínica cotidiana. Mas este nem sempre era o caso. Muitas vezes tais relatos parecem conformar-se à teoria com perfeição, omitindo as hesitações e pulsações inerentes à experiência clínica.

São raros, na verdade, os textos “clínicos”, e eles talvez estejam se tornando cada vez menos frequentes. Talvez isso se deva, em parte, por envolverem questões éticas, ou talvez, justamente, por colocarem o psicanalista frente à

impossibilidade de construir uma narrativa fiel à multiplicidade e ao caráter móvel e escorregadio das construções em análise. Além disso, a singularidade de cada instante e de cada processo – interminável – de análise corre o risco de ser aplainada em sua relação com a teoria, quando se busca refletir e fixar em texto essas experiências.

Escrever diretamente sobre a clínica não garante, portanto, que se recolha e transmita o essencial da experiência clínica. E este é um paradoxo de peso. Creio que Freud tinha dele perfeita consciência, e que ele o leva a reconhecer e assumir que seus casos clínicos são como romances, mesmo que não se concluam por um final feliz, mas fiquem inacabados e transmitam mais os desacer tos e errâncias do psicanalista do que a excelência de um método, como bem mostram *Dora*, *O Homem dos Lobos* e *a Jovem Homossexual*, por exemplo. O mal-estar do analista logo toma a dianteira em relação à demonstração da eficácia da psicanálise que guiava os *Estudos sobre a Histeria*, fazendo dos textos clínicos freudianos verdadeiros ensaios, em minha opinião, na medida em que põem em questão a experiência e se esforçam, como texto, a dela se aproximarem ao máximo. São maus romances, no sentido clássico do gênero, mas excelentes ensaios. Ou poderiam ser considerados romances pós-modernos, na medida em que assumem a insuficiência da narrativa e performam seu autor na lida com tal precariedade.

Acredito que é justamente esse paradoxo fundamental à transmissão da psicanálise que leva Freud a escrever ensaios como “O Moisés de Michelangelo”, “O Estranho” ou “Transitoriedade”, entre outros. Não se trata apenas de levar a psicanálise a fazer contribuições para outros campos do saber, como a estética. Trata-se, em meu ponto de vista, de reconhecer que a transmissão da experiência psicanalítica é estética, ou seja, convoca as “qualidades do sentir”. Ou melhor, de perceber que o descentramento do sujeito explorado e visado pela psicanálise diz respeito a operações e estratégias que são conformadas pela arte e pela literatura de forma plural, ao longo dos séculos.

Para transmitir isso de que se trata em análise – as pulsações, a movimentação do sujeito na cena da fantasia – nos movemos necessariamente, neste sentido, no campo estético. E podemos aprender com a arte e a literatura, portanto, estratégias e arranjos que nos ajudem a convidar ou convocar nosso leitor a vivê-lo, ainda que de maneira fugaz, ínfima e sem nenhuma garantia.

* RIVERA, T.; CELES, L.A.M.; SOUZA, E.L.A. (Orgs.). **Psicanálise**. Rio de Janeiro: Funarte, 2017.

AS MAIS RECENTES ASSOCIAÇÕES NA TRANSMISSÃO CLÍNICA DE JACQUES ANDRÉ

THE LATEST THOUGHTS ON THE CLINICAL
TRANSMISSION OF JACQUES ANDRÉ

Eduardo Kives

LIVRO: L'INCONSCIENT EST POLITIQUEMENT INCORRECT

AUTOR: JACQUES ANDRÉ

PARIS: ÉDITIONS STOCK, 2018, 236 P.

Um rápido vislumbre sobre o índice de capítulos do último livro de Jacques André (dos mais de trinta capítulos, listo quatro, à guisa de exemplo: “Seis pés abaixo do mar”, “O sentido da dor”, “A escrita maia”, “O analista seduz por sua própria interpretação¹”) nos dá uma ideia da miríade de temas que aguarda o leitor. Antes de mais nada, é o formato do livro, à medida que ele vai se revelando ao longo da leitura – uma espécie de colcha de retalhos de considerações teóricas e vinhetas clínicas –, que chama a atenção. Por que o autor escolheu, entre outras possibilidades, este modo de transmissão? Ele não nos dá claramente uma explicação. Porém, o que é certo é que o estilo não exegético e a fluidez interrogativa da escrita de André contribuem para transmitir suas concepções do fazer do psicanalista: não se trata de tudo compreender, mas, principalmente, de abrir enigmas. É assim que, de um capítulo a outro, assistimos a André dar livre curso a suas associações: temas que se cruzam, significantes que se repetem... Convite feito ao leitor para se deixar levar.

Esta paixão associativa, contudo, não deixa de ser desde o início marcada pela tese expressa já no título: *L'inconscient est politiquement incorrect*. Assim, ficamos com a tarefa de tentar entender a relação entre essa proposição e a pluralidade de temas abordados na obra. Isso porque a proposição-título não é desenvolvida de uma forma que poderia se dizer “sistemática”, assim como tampouco constitui o objeto explícito de boa parte dos capítulos. E não por acaso: parece-me que também o esforço de sistematizar o livro de André, buscando, por exemplo, o modo como cada capítulo contribui ou não com o seu “argumento”, é engajar-se em um trabalho que correria o risco de perder de vista os aspectos principais de sua transmissão. É preferível proceder de outro modo, buscando aqui e ali, no jogo entre título e obra, o que se produz como efeito de significação. De minha parte, gostaria apenas de notar que o título é tão instrutivo quanto potencialmente enganador. *L'inconscient est politiquement incorrect* é menos um livro sobre política do que sobre o inconsciente. Isso não quer dizer que a política aí esteja ausente, mas simplesmente que o inconsciente é escolhido como o personagem principal.

Do fato de que o que é próprio ao inconsciente é, independentemente da época e do indivíduo, estar em conflito com as exigências do eu, Jacques André (p. 26) deriva que, inevitavelmente, ele é politicamente incorreto:

O fundamentalista moral e religioso luta contra seu próprio inferno, o inconsciente daquele que detesta a tourada não é uma arena de descanso, quanto ao do vegetariano, ele tem o sabor e a cor de um bife malpassado [...] o inconsciente da mulher feminista não é mais feminista do que é democrático o inconsciente do mais democrata dos homens.

Ao sustentar isso, a psicanálise, “ciência” da parte intratável da vida psíquica, se colocaria numa “situação de instabilidade em relação ao discurso ‘politicamente correto’ de hoje em dia assim como com o de ontem” (p. 137). Por exemplo, a psicanálise nos levaria a rejeitar o lema republicano da Revolução Francesa (*liberté, égalité, fraternité*) como um lema que pudesse se aplicar ao inconsciente. Na mesma linha associativa, o autor tenta transformar o discurso feminista que associa o abuso sexual masculino ao fracasso do controle civilizatório sobre o aspecto “animal” da sexualidade. O abuso sexual, para André, é uma questão humana/pulsional, e não animal/instintual: não é a ereção dos homens, mas a *fragilidade* da ereção que é o problema, abusar das mulheres sendo uma das formas, para o homem, de verificar que sua potência segue intacta.

A psicanálise, contudo, não escapa, ela também, de ser capturada pelo discurso do seu tempo. Refletindo sobre o “Freud patriarcal”, em *Moisés e o monoteísmo*, que propõe compreender a passagem da mãe ao pai como um triunfo da civilização, o autor (p. 66) se pergunta: como Freud descreveria a psicogênese da vida do espírito tivesse ele sido um “herdeiro da Índia antiga, continente cultural védico onde a palavra é mulher e onde a primazia do laço mãe-filho é prevalecente”? Ao invés de nos dar uma resposta, André nos remete à clínica, única autoridade que nos permitiria verificar o que resta da tese de Freud a respeito da diferença organizante entre pai e mãe. Em outra parte, André aponta o primado do falo como sendo uma teoria potencialmente reducionista. Ele propõe (p. 82-83) que a inventividade em geral, inclusive nas disciplinas científicas mais rigorosas, teria uma dívida importante com o polimorfismo da sexualidade infantil: “O pequeno polimorfo cedeu lugar ao pequeno binário. O primeiro partilhava com o inconsciente o fato de não se incomodar com a contradição, o segundo se submete dos pés à cabeça ao princípio de não contradição”.

Em um dos capítulos mais robustos do livro, *A homossexualidade do psicanalista*, André retoma a história da homossexualidade na psicanálise para mostrar que um dos grandes problemas desta última é que, frequentemente, funda-se em teoria o ponto de vista pessoal e as dificuldades do autor. É o ensinamento que poderíamos tirar da associação clássica da homossexualidade à perversão, assim como da representação normativa do desenvolvimento definido pelo primado da genitalidade. Na crítica realizada por Jacques André, nem a própria palavra *homossexualidade* escapa ileso: esta se refere à realidade material, mas não diz nada, porém, sobre a realidade psíquica, já que não há cena psíquica em que não estaria presente o outro sexo do que aquele que aparece na realidade.

Mais além, ele enriquece seu fluxo argumentativo com achados interessantes. Em contraste à condenação da homossexualidade pela IPA durante oitenta anos, André (p. 131) nos traz uma carta de Freud a Stefan Zweig potencialmente redentora:

Por que o homem não pode aceitar o amor de um homem, mesmo quando ele se sente fortemente ligado a ele no plano psíquico? Isso não seria contra a natureza de Eros que, ultrapassando a rivalidade natural entre

homens (atitude de ciúmes), conheceria um triunfo notável. O amor do homem por um homem seria também mais fácil sobre o plano do desenvolvimento histórico, ele seria inclusive talvez mais satisfatório, dado que ele não teria que vencer este último resto de estranheza entre um homem e uma mulher, e não guardaria esse acréscimo de sadismo que envenena as relações dos dois sexos. Ele também não é contra a “natureza” humana, pois esta é bissexual; mais ainda, esta incapacidade não existe desde sempre (o amor grego e romano), ela parece existir unicamente para nós hoje em dia, e, ainda assim, não para todo mundo. Lá onde ela existe, ela é insuperável... O que funda esta repulsão aparentemente elementar? Nós não o sabemos...

Que encontremos nessa carta de Freud o possível fundamento de uma esperança de que bastaria a evolução das democracias ocidentais para que a bissexualidade pudesse se exercer livremente é algo que o autor encara com ceticismo. A razão para isso não se encontra na política, e sim no inconsciente. Para André, recalçamento psíquico e repressão cultural são conceitos que, por mais que não sejam indiferentes um ao outro, nunca se recobrem totalmente. Por isso, não haveria nenhuma chance para que a abolição da discriminação se traduzisse, no inconsciente, por um tipo de igualdade benevolente.

Radical em seu ponto de vista, o autor sustenta que a psicanálise tal como ele a vê deve escapar ao politicamente correto sempre, inclusive quando somos tentados a não o fazer – por exemplo, quando a situação da homossexualidade se inverte, sua condenação (e não ela própria) passando a ser considerada, em nossos dias, como politicamente incorreta. É neste ponto que ele desenvolve sobre a diferença entre o método psicanalítico e a militância. Esta diz respeito ao eu da vida de todos os dias, à construção da identidade e à fundação de comunidades. A escuta psicanalítica, por sua vez, desambienta-se (o eu é um outro), largando as amarras a fim de flutuar em viagem a terras desconhecidas. O psicanalista que, em sua prática, defende uma *identidade homo* ao modo de Judith Butler, considerando que o desejo homossexual não deve nada ao outro sexo, distancia-se da alteridade do inconsciente tanto quanto aquele psicanalista que esperava conduzir seu paciente à plenitude do amor genital. André propõe que, ainda que, na cura, encontrar as fontes da escolha do objeto não se constitua necessariamente como uma finalidade privilegiada (somente a transferência e as associações livres traçam o caminho a ser seguido para permitir a mudança psíquica), a formação do psicanalista exigiria, em particular, que ele ousasse se confrontar com a história inconsciente de suas escolhas sexuais. Por mais que a psicogênese da escolha de objeto possa ser obscura, o psicanalista deveria tentar se aproximar desse não saber, ao invés de se proteger dele.

Para além de todas essas questões, muitos outros assuntos são abordados no livro: a carga inconsciente das relações que guardamos com a água, as diferenças entre a escuta psicanalítica e a que é operada pelas “terapias positivas”, o nascimento de afetos na experiência transferencial da cura, a fraqueza da construção do eu na contemporaneidade, uma crítica à crítica que Foucault fez da psicanálise ao associá-la ao confessional, alguns modos inesperados em que o inconsciente do analista pode se implicar na cura de seu paciente, o desejo de ser algemado e sua relação com o fantasma de massa da servidão voluntária, os lugares do humor na clínica, o que a psicanálise tem a dizer sobre os sujeitos que cometem atentados terroristas, a utilização de aplicativos de relacionamento, etc. Seria impossível dar conta de tamanha pluralidade em

apenas uma resenha. E, com certeza, voltando ao ponto em que começamos, sistematizar o livro de André acarretaria a perda de sua riqueza, que reside, em grande parte, nos temas que o autor aborda sem necessariamente realizar um grande desenvolvimento, seus insights.

Uma leitura atenta às distinções fundamentais que organizam o texto de André – distinção entre vida psíquica e vida ordinária, e entre o registro das representações políticas e o registro das representações inconscientes – mostra-nos definitivamente que o autor não é um psicanalista querendo ensinar sobre política. Ao contrário, ele parece rejeitar a ideia de que a psicanálise poderia dar conta, sozinha, de explicar os fenômenos políticos. O lugar de onde nos fala o psicanalista Jacques André é, sobretudo, o lugar daquele que tem – creio que poderíamos dizê-lo assim – um acesso especial, através do dispositivo analítico, à escuta da loucura privada. Assim, se antes dissemos que o inconsciente é o protagonista deste livro, cabe acrescentar que o cenário principal de André é a sua clínica. É este o simples fundamento do qual o texto do livro, que pode à primeira vista parecer tão fragmentado, retira, a meu ver, a sua consistência.

NOTA

¹ Todas as citações do livro de Jacques André são traduzidas livremente do francês para o português.

Eduardo Kives
Psicólogo clínico no Centre Médico-Psycho-Pédagogique de Grigny.
E-mail: kives.eduardo@gmail.com

SOBRE O HOMEM DOS LOBOS: UM ENCONTRO E REENCONTRO COM O INESPERADO

ABOUT THE WOLF MAN: AN ENCOUNTER AND
REENCOUNTER WITH THE UNEXPECTED

Manola Vidal

LIVRO: O RETORNO DO HOMEM DOS LOBOS

ORGANIZADORES: DÉBORA ZAFFARI LORA / SANDER MACHADO DA SILVA

PORTO ALEGRE: SULINA, 2018, 286 P

O desafio no trabalho de resenhar o livro *O retorno do homem dos lobos*, uma seleção de trabalhos organizada por Lora e Silva, foi o de sustentar dois movimentos: o da confirmação sobre a importância do lugar ocupado pelo caso clínico de Freud, publicado em 1918, e o da *História de uma neurose infantil*, no panorama da produção do conhecimento psicanalítico, observando como os autores reencontram este lugar de importância, produzindo algo novo no já conhecido. O resultado foi o do encontro com o inesperado, que se tornou possível buscando em cada texto selecionado a experiência do autor na sustentação destes dois movimentos.

Em “Os desafios de uma apresentação de caso (a propósito do Homem dos Lobos)”, conferência realizada por Chemama e organizada pelos membros da *Association Lacanienne Internationale*, indaga-se sobre o que é, de fato, a história do Homem dos Lobos e responde que a mesma é, antes de tudo, um entrelaçamento entre a história da teoria e da técnica com a do movimento psicanalítico marcado pelos interesses de Freud em contestar as concepções de Jung e Adler. Apesar desta perspectiva histórica, ela provoca indagações atuais: O que demandamos quando relemos o Homem dos Lobos? A cena primitiva é apenas uma fantasia que traz o risco da renúncia ao sexual e ao infantil na origem do conflito patogênico? Este caso clínico, um paradoxo, se relaciona com as dificuldades atuais da clínica contemporânea? A concepção lacaniana sobre os significantes da pulsão em relação às três correntes defensivas e em relação à castração permite que outro paradoxo se apresente. Não se trataria mais de perguntar como a forclusão pode esclarecer aquilo que aconteceu com o Homem dos Lobos, mas sim, destacar o que o trabalho de Lacan com o Homem dos Lobos nos oferece de novo. A rejeição radical da castração nos conduz também à rejeição que vale para as estruturas neurótica, psicótica e perversa, pois existiria em cada um o sentimento de não querer saber da castração. O recalamento originário se constitui, então, como um paradigma para pensar o estatuto da Letra do Inconsciente, que se repete fora de qualquer significação. Prossequindo, com Daniel Deloya em “Tempos de reencontro do Homem dos Lobos”, a compreensão, via narcisismo, da cena primária contém uma força de atração – promessa de inclusão e inserção – e, ao mesmo tempo, uma força contrária – a de exclusão e rejeição. Este paradoxo ligado às mensagens sexuais inconscientes dos pais endereçadas ao paciente e sua irmã, seriam menos enigmáticas e mais intrusivas, afetando o eu e dando margem a atuações per-

versas e psicóticas. A partir dos delírios hipocondríacos, relatados no segundo tratamento psicanalítico com Ruth Marck Brunswick, o autor se aproxima do conceito de cripta em Abraham e Torok. A cena freudiana do coito parental dá lugar à fantasia da cena de coito entre seu pai e sua irmã, que é acrescida pela experiência de ter sido rejeitado por ela. O temor de ser penetrado pelo pai e, por outro lado, a satisfação por empréstimo, da penetração da irmã pelo pai, expõe uma fragilidade incorporada, uma cripta no seio do eu, enclausurando o paciente em relação a própria vida psíquica. Com Inácio A. Paim Filho em “Serguei Constantivovitch Pankejeff: uma estranha memória sem lembrança do Homem dos Lobos”, a memória sem lembrança, presente na problemática dos traumas precoces, indaga ao trabalho de elaboração onírica, figurabilidade, sobre as condições de capturar as não imagens, os *fueros*. A importância de se poder dar palavra ao silêncio das origens, que possui na cena primária seu ponto de ancoragem, nos aproximaria do conhecimento sobre o inconsciente não recalcado, da constituição da sexualidade sem desejo, nos confrontando com os destinos da pulsão que são anteriores ao recalque. Freud se viu diante da necessidade de legitimar o que não pode ser lembrado, o traumático não passível de tradução, a cena primária que será inscrita e não transcrita. Com Bárbara de Souza Conte em “Homem dos Lobos: a sedução indaga o tempo”, a diferença do fluxo no tempo nos estados de luto e o não fluxo do tempo na experiência do tabu nos leva para a dinâmica narcísica entre o tempo ideal e o tempo necessário para a desilusão do objeto idealizado. O tempo da desilusão do objeto idealizado é permeado pela existência de mensagens enigmáticas que se originam em um adulto. A sedução estaria fora das séries temporais, pois é relativa à intromissão. A cena de sedução originária e o sonho apresentam uma inversão temporal: a cena do coito dos pais é lembrada depois do acontecimento do sonho e, então, o processo de resignificação da posterioridade. Sander Machado da Silva, através da versão do trabalho vencedor do prêmio Tuti em 2017, “Cenas do masoquismo no Homem dos Lobos”, esclarece o lugar ocupado pelo masoquismo na obra de Freud, afirmando a necessidade de se investigar a especificidade do masoquismo no Homem dos Lobos e o entrelaçamento entre prazer e dor. A problemática do diagnóstico é reconhecida como sendo um dos maiores desafios deste caso clínico e também reconhecida como um dos maiores desafios diagnósticos da era moderna. Dunker e Mendonça, em “O Homem dos Lobos como enigma diagnóstico”, percorrem as designações clínicas da neurose obsessiva em Freud, e paranoia em Ruth Mack Brunswick, observando uma grande cisão no que se refere aos diagnósticos realizados a partir daí. O autor cita os trabalhos de Lacan e Miller na descrição dos processos defensivos, relacionados à realidade insuportável, que produziriam o encapsulamento em uma realidade mais aceitável, produzindo uma descontinuidade: a da experiência de angústia flutuante, que caracterizou o estado mental do Homem dos Lobos. A questão diagnóstica retorna em Lora, “O Homem dos Lobos e o *fuero* do espelho”, a partir de sua imprecisão como característica das situações limítrofes, em que há falha na constituição do eu. A autora recorre a Roussillon e Lebrun na compreensão da recusa de percepção subjetiva, já que perceber-se é perceber a catástrofe, característica da questão narcísica. “O Homem dos Lobos: o homem que vence o tempo (estórias e história do homem dos lobos)” permite Francischelli fazer a seguinte indagação: Como nasce uma neurose infantil? Como se dá a fragmentação da libido? Qual seria o mecanismo indutor da psicose? O autor percorre os efeitos para a metapsicologia do novo mecanismo de defesa, o da rejeição a castração – *Verwerfung* –, fazendo referência aos trabalhos de Lacan sobre os diferentes papéis da rejeição nas

RESENHAS

diferentes análises deste paciente. O processo inacabado, que contribuiu para o recebimento da pensão pelos psicanalistas, colaborou com o estado de alienação do paciente em relação a sua verdade. Betts, em “Considerações sobre *O vocabulário do Homem dos Lobos - uma criptonimia*”, se aproxima da obra não publicada no Brasil, *Crytonimie: Verbier de L’Homme aux Loups* (Abraham & Torok), nas divergências apresentadas entre as perspectivas intersubjetivas e lacaniana. Para uma, existiriam dois sujeitos, e na outra, a imparidade subjetiva. A partir da perspectiva lacaniana o sonho é compreendido a partir do olhar, não apenas através da fascinação do sujeito pelo olhar dos lobos, mas porque, no olhar dos lobos, o fascinado seria o próprio sujeito. A pulsão escópica seria a chave do caso coincidindo com a constante pressão entre o ego na cripta e a outra parte do ego não encriptada. No último trabalho, “De como o Homem dos Lobos botou o dedo na ferida de Freud: Alucinação, perlaboração e construções em análise”, Kuperman e Dallazen reafirmam a atualidade da clínica psicanalítica ligada aos traumas que afetam a constituição narcísica e aos impasses que produz na técnica. A herança privilegiada do caso estaria ligada à questão técnica da construção, o que impele os autores a apresentarem a noção de perlaboração da contratransferência como dispositivo clínico. Sendo assim, imprescindível para o atendimento de casos difíceis a partir da compreensão da contratransferência narcísica de Freud nesse caso.

Dessa forma, este livro corresponde aos efeitos e aos retornos dos efeitos através do inesperado, presentes no trabalho dos psicanalistas que se debruçaram sobre o caso de maior repercussão para a clínica atual da psicanálise.

Manola Vidal

Psicóloga pela Universidade Gama Filho. Mestrado em Saúde da Criança – FIOCRUZ- Instituto Fernandes Figueira. Doutorado: Saúde da Mulher – FIOCRUZ - Instituto Fernandes Figueira. Pós-Doutorado: Saúde Mental e Psicanálise - Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental (PROPSAM) - Laboratório de Psicopatologia e Psicanálise do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Formação em Psicanálise pela Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro - Filiada a International Psychoanalytical Association. E-mail: manolavidal@gmail.com

Sigmund Freud Associação Psicanalítica
Rua Marquês do Herval, 375
Moinhos de Vento . Porto Alegre, RS . Brasil
CEP 90570-140 . (51) 3062.7400
www.sig.org.br . sig@sig.org.br
revista@sig.org.br

